

# Enade

Comentado

**Serviço Social**  
**2010**

 ediPUCRS

**Serviço Social**  
**2010**



Pontifícia Universidade Católica  
do Rio Grande do Sul

**Chanceler**

Dom Dadeus Grings

**Reitor**

Joaquim Clotet

**Vice-Reitor**

Evilázio Teixeira

**Conselho Editorial**

Armando Luiz Bortolini

Ana Maria Lisboa de Mello

Agemir Bavaresco

Augusto Buchweitz

Beatriz Regina Dorfman

Bettina Steren dos Santos

Carlos Gerbase

Carlos Graeff Teixeira

Clarice Beatriz de C. Sohngen

Cláudio Luís C. Frankenberg

Elaine Turk Faria

Érico João Hammes

Gilberto Keller de Andrade

Jane Rita Caetano da Silveira

Jorge Luis Nicolas Audy – Presidente

Lauro Kopper Filho

Luciano Klöckne

**EDIPUCRS**

Jerônimo Carlos Santos Braga – Diretor

Jorge Campos da Costa – Editor-Chefe

# Enade

## Comentado

# Serviço Social

# 2010

Gleny Terezinha Duro Guimarães  
Maria Isabel Barros Bellini  
Organizadoras



PORTO ALEGRE · 2013

© EDIPUCRS, 2013

**CAPA:** Rodrigo Braga

**REVISÃO DE TEXTO:** FERNANDA LISBÔA

**EDITORAÇÃO ELETRÔNICA:** RODRIGO VALLS



**EDIPUCRS – Editora Universitária da PUCRS**

Av. Ipiranga, 6681 – Prédio 33  
Caixa Postal 1429 – CEP 90619-900  
Porto Alegre – RS – Brasil  
Fone/fax: (51) 3320 3711  
E-mail: edipucrs@pucrs.br - www.pucrs.br/edipucrs

#### Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)

---

E56 ENADE comentado 2010 : serviço social [recurso eletrônico] /  
Gleny Terezinha Duro Guimarães, Maria Isabel Barros  
Bellini (organizadores). – Dados eletrônicos. – Porto  
Alegre : EDIPUCRS, 2013.  
130 p.

ISBN 978-85-397-0303-6 (on-line)  
Sistema requerido: Adobe Acrobat Reader  
Modo de Acesso: <<http://www.pucrs.br/edipucrs>>

1. Ensino Superior – Brasil – Avaliação. 2. Exame  
Nacional de Cursos (Educação). 3. Serviço Social – Ensino  
Superior. I. Guimarães, Gleny Terezinha Duro. II. Bellini,  
Maria Isabel Barros.

CDD 378.81

---

**Ficha Catalográfica elaborada pelo Setor de Tratamento da Informação da BC-PUCRS.**

# CONTEÚDO

APRESENTAÇÃO .....	7
QUESTÃO 12.....	11
QUESTÃO 13.....	15
QUESTÃO 14.....	19
QUESTÃO 15.....	21
QUESTÃO 16.....	25
QUESTÃO 17.....	29
QUESTÃO 18.....	33
QUESTÃO 19.....	37
QUESTÃO 20.....	41
QUESTÃO 21.....	45
QUESTÃO 22.....	49
QUESTÃO 23.....	53
QUESTÃO 24.....	57
QUESTÃO 25.....	61
QUESTÃO 26.....	65
QUESTÃO 27.....	67
QUESTÃO 28.....	71
QUESTÃO 29.....	73
QUESTÃO 30.....	77
QUESTÃO 31.....	81
QUESTÃO 32.....	83
QUESTÃO 33.....	87
QUESTÃO 34.....	89
QUESTÃO 35.....	93
QUESTÃO 36.....	97
QUESTÃO 37.....	101



### APRESENTAÇÃO

A Faculdade de Serviço Social da PUCRS é a mais antiga do Estado do Rio Grande do Sul, tendo sido criada em 1945. Desde seu surgimento, vem formando assistentes sociais que, com sua competência, têm projetado a profissão em âmbito local, nacional e internacional. Entre a tradição, oriunda de seus 68 anos de história, e a renovação, marcada pela sintonia com as demandas societárias contemporâneas e com as novas exigências do mundo do trabalho, o Projeto Pedagógico do Curso de Serviço Social objetiva formar profissionais críticos, que tenham internalizados os valores do projeto ético-político da profissão e o compromisso com a sua materialização. A proposta formativa do Curso converge para um perfil profissional habilitado a realizar leitura crítica e intervenção na realidade social de modo a contribuir com a redução das desigualdades (expressões da questão social) e com o fortalecimento das resistências dos sujeitos sociais – incidindo na ampliação de sua cidadania e autonomia e no desenvolvimento de processos sociais emancipatórios. Com essa visão, a formação oferecida pela Faculdade de Serviço Social (FSS/PUCRS) vem repercutindo no reconhecimento de sua excelência, expressa na obtenção da nota máxima (5) em todos os critérios do MEC na última avaliação. Nesse cenário, inclui-se o excelente desempenho de seus alunos no ENADE – Exame Nacional de Desempenho dos Estudantes – realizado em 2010, cujas questões são tematizadas no presente *e-book*. Espera-se que o esforço dos professores da FSS/PUCRS, ao apresentarem o debate crítico sobre cada uma das questões do último ENADE, possa traduzir-se em material didático valioso para os alunos de Serviço Social em seu processo de formação.

Beatriz Gershenson Aginsky,  
Diretora da Faculdade de Serviço Social da PUCRS.



## COMPONENTES ESPECÍFICOS

### QUESTÕES OBJETIVAS

#### QUESTÃO 11

O assistente social, tanto em sua prática investigativa para conhecimento da realidade quanto em sua atuação junto aos movimentos sociais, necessita do aporte teórico de autores clássicos. Desses, alguns conceitos teóricos devem ser priorizados, objetivando perceber a realidade tal qual ela é.

GOHN, M. G. **Teoria dos movimentos sociais**: paradigmas clássicos e contemporâneos. São Paulo: Loyola, 2000 (adaptado).

Assinale a alternativa que apresenta conceitos fundamentais que devem ser considerados pelo assistente social em sua prática.

- 
- A. Classes, estamentos, papéis em Durkheim, função e organização da cultura em Weber e estrutura, infraestrutura e superestrutura em Marx.
  - B. Ação social e suicídio em Durkheim, anomia/dinomia em Weber e consciência individual, capital e trabalho em Marx.
  - C. Luta de classe em Durkheim, burocracia e aparelhos de estado em Weber e estratificação social em Marx.
  - D. Organização em Durkheim, desorganização em Weber e consciência de classes em Marx.
  - E. Anomia/dinomia em Durkheim, burocracia em Weber e consciência e luta de classes em Marx.
- 

- \* **Gabarito: Alternativa E.**
  - \* **Tipo de questão: Escolha simples, com indicação da alternativa correta.**
  - \* **Conteúdos avaliados: Realidade Social, Anomia, Burocracia e Consciência.**
  - \* **Autores: Francisco Arseli Kern e Luiza Rutkoski Hoff.**
- 

#### COMENTÁRIO

A alternativa **E** está correta. Os conceitos teóricos fundamentais sobre a realidade social com a qual o Assistente Social desenvolve a sua prática investigativa podem ser encontrados em

Durkheim, Weber e Marx. O conceito de Anomia encontrado em Durkheim refere-se à divisão de tarefas no mundo do trabalho quando o próprio sentido de trabalho passa a ser fragmentado. Essas tarefas constituem um conjunto sem unidade, porque carecem de um sentido de planejamento e de organização. A burocracia encontrada em Weber possui o sentido da forma mais racional para atingir objetivos organizacionais. Na obra *Um Toque de Clássicos*, escrita por Quintanero, Barbosa e Oliveira (2002), evidencia-se que a concepção de burocracia para Weber se coloca dentro da perspectiva ideal, ou seja: “A burocracia enquanto tipo ideal pode organizar a dominação racional legal por meio de uma incomparável superioridade técnica que garanta precisão, velocidade, clareza, unidade, especialização de funções, redução do atrito, dos custos de material e pessoal” (2002, p. 139). Complementa-se com esses conceitos, a concepção de consciência e luta de classes em Marx. Com base nos estudos de Karl Marx, a consciência humana é sempre um produto social, produzido pelos homens a partir de suas representações, de suas ideias etc. Na obra *A Ideologia Alemã*, Marx afirma: “A consciência é, portanto, desde início, um produto social e assim sucederá enquanto existirem homens em geral”. A luta de classes em Marx deve ser entendida como o confronto entre opressores e oprimidos como classes antagônicas. Quintanero, Barbosa e Oliveira (2002) afirmam que a luta de classes a partir de Marx, “relaciona-se diretamente à mudança social, à superação dialética das contradições existentes” (p. 43). Continuam os autores: “É por meio da luta de classes que as principais transformações estruturais são impulsionadas, por isso ela é dita o motor da história” (p. 43).

A alternativa **A** está errada porque não responde especificamente aos aportes teóricos trabalhados na prática investigativa relacionada aos autores.

A alternativa **B** está errada porque o conceito de anomia/disnomia é trabalhado por Durkheim e não por Max Weber.

A alternativa **C** está errada porque a temática da luta de classes é estudada em Marx e não em Durkheim.

A alternativa **D** está errada porque organização e desorganização são conceitos trabalhados por Durkheim.

## REFERÊNCIAS

QUINTANEIRO, Tania; BARBOSA, Maria Ligia; OLIVEIRA, Márcia Gardência Monteiro. **Um toque de clássicos**: Marx, Durkheim, Weber. MG: UFMG, 2002.

GOHN, Maria da Glória. **Teoria dos movimentos sociais**: paradigmas clássicos e contemporâneos. São Paulo: Loyola, 2002.

### QUESTÃO 12

O processo histórico de instituição dos direitos fundamentais consistiu primeiramente na conquista das liberdades políticas, o que foi denominado como direitos de primeira geração, tendo como subsídio os valores do liberalismo no período da Revolução Francesa. Nesse processo, considera-se que a luta travada no ambiente político da época consistia em uma luta de classe

- I. em busca da afirmação dos direitos individuais.
- II. para impor freios aos poderes absolutistas.
- III. pela afirmação dos direitos sociais.
- IV. pela afirmação ao direito à greve.
- V. pela preservação do direito de propriedade.

É correto apenas o que se afirma em

- 
- A. I, II e III.
  - B. I, II e V.
  - C. I, IV e V.
  - D. II, III e IV.
  - E. III, IV e V.

- 
- \* **Gabarito: Alternativa B.**
  - \* **Tipo de questão: Escolha combinada, com indicação da resposta correta.**
  - \* **Conteúdo avaliado: Processo Histórico dos Direitos Fundamentais.**
  - \* **Autora: Idilia Fernandes.**

### COMENTÁRIO

Considerando a historicidade dos direitos humanos, tem-se que primeiramente acontece a conquista das liberdades políticas e o fundamento para isso são os valores calcados no liberalismo do período da Revolução Francesa. Partindo desse contexto inicial, compreende-se que existia uma busca da afirmação dos direitos individuais para impor freios aos poderes absolutistas. Existe nesse contexto também a luta pela preservação do direito de propriedade, o que imprime um tom burguês à gênese dos direitos fundamentais. Assim sendo, a alternativa **B** é a correta, pois a mesma assinala esses aspectos nos itens **I, II e V**.

Os sujeitos de direitos podem ser individuais ou coletivos. O direito de votar e ser votado, por exemplo, é um direito individual. O direito de greve, em contrapartida, é um direito coletivo. Com efeito, a história dos direitos humanos pode ser vista como um processo de expansão dos sujeitos de direitos e dos objetos correspondentes. Os primeiros direitos humanos, que surgiram no século XVIII, são os chamados direitos civis e políticos. Os sujeitos destes direitos são os indivíduos; objetos sobre os quais eles versam, por sua vez, são as liberdades individuais (liberdade de ir e vir, liberdade de expressão, liberdade de crença etc.). Por isso mesmo os direitos civis e políticos são também conhecidos como “direitos-liberdade”. (RABENHORST, 2011, p. 6)

Dentro desse entendimento histórico, o item **III**, que vincula a origem “pela afirmação dos direitos sociais”, está incorreto, bem como o item **IV**, que indica “pela afirmação ao direito à greve”. Esses últimos têm características que remetem ao coletivo e, portanto, buscam garantir direitos para além dos direitos individuais. No entanto os direitos fundamentais, mesmo que em determinado contexto tenham servido à luta de classe, favorecendo a classe burguesa, não perdem o mérito de se colocarem como um evento para a humanidade se repensar enquanto humanidade afirmando o direito peculiar a cada ser humano de fazer parte de seu contexto sem ser discriminado nem banido, preservando sempre sua dignidade, independentemente da sua condição social, religiosa, política, cultural ou subjetiva.

A história da maldade humana é longa e assustadora, e a lista dos mortos sempre ultrapassou a casa dos milhões. Milhões de negros africanos capturados, traficados e transformados em escravos por toda a América. Milhões de índios dizimados por guerras e doenças trazidas pelos colonizadores. Milhões de judeus mortos pelos nazistas em campos de concentração. Foi contra essas deploráveis barbáries que construímos o consenso de que os seres humanos devem ser reconhecidos como detentores de direitos inatos, ainda que filosoficamente tal ideia venha a ensejar grandes controvérsias. Por isso mesmo, podemos dizer que os direitos humanos guardam relação com valores e interesses que julgamos ser fundamentais e que não podem ser barganhados por outros valores ou interesses secundários (RABENHORST, 2011, p. 5).

A sociedade vem se estruturando, também, em torno de guerras, torturas, processos de subalternização de povos sobre povos, capitalistas sobre trabalhadores, homens sobre mulheres, culturas sobre culturas e assim por diante. Nesse processo, a humanidade foi se desumanizando e perdendo valores humanos de respeito fundamental à dignidade humana, à cidadania e à solidariedade. A luta dos direitos humanos acontece para se contrapor à barbárie de crimes contra humanidade e busca garantir a dignidade à nossa espécie humana.

Viver em um mundo no qual as pessoas são vistas como detentoras de direitos é uma grande conquista, senão vejamos. Durante séculos, milhões de seres humanos, nos mais diversos lugares do mundo, inclusive no nosso país, foram reduzidos à condição de escravos e submetidos aos tratamentos mais cruéis e degradantes que podemos imaginar. Até bem pouco tempo, a violência contra a mulher e o abuso sexual de crianças despertavam apenas indignação moral. Hoje acarretam punições jurídicas. Há duas décadas, os trabalhadores que não pagavam contribuições previdenciárias em nosso país eram tratados como indigentes nos hospitais ou postos de saúde. Hoje dispomos de um Sistema Único de Saúde que, apesar de todas as dificuldades, presta serviços a todos os cidadãos brasileiros. É bem verdade que o mundo continua sendo profundamente perverso e injusto, sobretudo com relação aos mais vulneráveis. No Brasil, parte significativa da população sofre com a falta de emprego, saúde, alimentação, água potável etc. Mas, ao menos diante destes absurdos, hoje podemos dizer: isso não está direito! E mais importante, podemos nos dirigir ao Estado como cidadãos e exigir que nossas demandas sejam atendidas, não a título de favor, mas exatamente porque elas são direitos! (RABENHORST, 2011, p. 2)

Para a garantia dos direitos humanos é fundamental a presença de um Estado forte para o desenvolvimento social. Essa característica vai de encontro a um projeto neoliberal que pretende diminuir a esfera pública e privatizar os serviços. O descompromisso do Estado com a sociedade alimenta o sistema de desigualdade e privilégios de poucos. Isso limita o acesso das pessoas com menor poder aquisitivo à utilização dos serviços e circulação pelas diversas instâncias sociais. Assim, para que se possa falar em uma sociedade de direitos, será imprescindível um Estado democrático com acesso universal aos seus cidadãos e cidadãs, preservando a dignidade da pessoa humana, que é campo dos direitos humanos.

Com a crescente globalização econômica, acentua-se a privatização, quando a questão social deixa de ser associada ao mercado de trabalho para ser vinculada ao mercado de consumo. Atualmente o Estado procura diminuir o seu tamanho, ou seja, reduzir os custos com as políticas públicas voltadas à realização da cidadania. O cidadão agora é visto pela sua capacidade de consumo e não por ser portador de direito ao pertencimento social pelo fato de fazer parte da sociedade, assim também a sua proteção social fica reduzida e ameaçada.

O povo se vê desvalido de direitos sociais básicos, enquanto as elites políticas não articulam democracia política com democracia social, pois o país é uma das maiores economias do mundo e também é uma das maiores desigualdades sociais. Os direitos sociais cada vez mais passam a ser entendidos como necessidades sociais, pois os direitos estando privatizados, vincula-se a proteção à capacidade produtiva de cada um.

A questão social no Brasil é moldada de acordo com os interesses das elites políticas. A questão social, que com a questão trabalhista firma-se como proteção social (como direitos sociais e filantropia), assume característica paternalista, de política do favor, de patriarcalismo autoritário, ou seja, misérias transformam-se em instrumentos, armas de dominação, bem como a reprodução do sistema. Por isso, ainda hoje, direitos são vistos pela elite como privilégios, favores.

Desde a sua origem, o nosso sistema de proteção social, em vez de existir para garantir a capacitação e inclusão do cidadãos (desempregados, analfabetos, pessoas em situação de miséria) no mercado de trabalho, tem funcionado apenas para reproduzir o atual sistema de subalternidade, de subserviência, de apadrinhamento das classes assalariadas e do povo em geral frente àqueles detentores do poder econômico e político do país. Vivemos, na verdade, um sistema de desproteção social, e as múltiplas expressões da questão social atravessam o cotidiano da maior parte dos brasileiros, levando-os a uma vida de privações e não acesso aos bens sociais e à riqueza produzida socialmente.

## REFERÊNCIAS

- BARROCO, Maria Lúcia. A inscrição da ética e dos direitos humanos no projeto ético-político do Serviço Social. **Revista Serviço Social e Sociedade nº 79**. São Paulo: Cortez, 2004.
- \_\_\_\_\_. **A historicidade dos Direitos Humanos**. APROPUC: 2008. Disponível em: <http://www.apropucsp.org.br/apropuc/index.php/revista-puc-viva/39-edicao-33/433-a-historicidade-dos-direitos-humanos1>. Acesso em: abr. 2011.
- FERREIRA FILHO, Manoel Gonçalves. **Direitos humanos fundamentais**. São Paulo: Saraiva, 2004.
- MONDAINI, Marco. **Direitos humanos no Brasil**. São Paulo: Contexto, 2009.
- ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS. **Declaração Universal de Direitos Humanos**, 1948.
- \_\_\_\_\_. **Pacto Internacional dos Direitos Econômicos Sociais e Culturais**, 1966.
- PIOVENSAN, Flávia. **Direitos humanos: fundamento, proteção e implementação: perspectivas e desafios contemporâneos**. Curitiba: Juruá, 2008.
- \_\_\_\_\_. **Direitos Sociais, Econômicos e Culturais e Direitos Cívicos e Políticos**. **SUR – Revista Internacional de Direitos Humanos**. Ano 1, nº 1.
- RABENHORST, Eduardo R. **O que são os direitos humanos?** Disponível em: <http://www.dhnet.org.br/direitos/textos/index.html>.
- SIMÕES, Carlos. **Curso de direito do Serviço Social**. Biblioteca Básica de Serviço Social. São Paulo: Cortez, 2008.
- TRINDADE, José Damião de Lima. **História Social dos direitos humanos**. São Paulo: Editora Petrópolis, 2002.



### QUESTÃO 13

As primeiras formulações teóricas do serviço social no Brasil seguem os princípios propostos pela Igreja Católica, determinados basicamente nas encíclicas *Rerum Novarum* e *Quadragesimo Anno*, documentos que propunham o envolvimento dos católicos com os problemas sociais. Essa perspectiva de formação teórica visa subsidiar a prática profissional dos assistentes sociais sob uma visão teórica

- 
- A. fenomenológica.
  - B. neopositivista.
  - C. materialista.
  - D. racionalista.
  - E. neotomista.

- 
- \* **Gabarito: Alternativa E.**
  - \* **Tipo de questão: Escolha simples, com indicação da alternativa correta.**
  - \* **Conteúdos avaliados: Fundamentos histórico, teórico e metodológico do Serviço Social.**
  - \* **Autores: Francisco Arseli Kern e Márcia Salete Arruda Faustini.**

### COMENTÁRIO

A resposta correta é a alternativa **E**, que problematiza o neotomismo. O neotomismo está na base das concepções presentes no surgimento da profissão na década de 30. Sua influência no Serviço Social se dará a partir da própria vinculação história da profissão com a Igreja Católica, com repercussões na formação e no trabalho profissional da época. A profissão, cuja origem não pode ser apreendida isoladamente, nasce vinculada a profundas transformações do Estado e, também, ao laicato da Igreja Católica, num “momento em que a Igreja passa por uma reordenação interna profunda e procura mobilizar, reorganizar e reanimar o bloco católico, lançando-o numa militância ativa” (CARVALHO, IAMAMOTO, 1993, p. 220).

O pensamento social católico, que vai se expressar na Doutrina Social da Igreja, indica a necessidade desta de ter uma participação ativa na vida social através da sua ação na sociedade, e está ancorado nas encíclicas como a *Rerum Novarum* (Leão XIII, 1891) – que traz o papel social da Igreja na sociedade moderna, destaca a situação dos trabalhadores e a questão da justiça – e a *Quadragesimo Anno* (Pio XI, 1931) – que destaca a ação social da Igreja junto à questão social, indicando os efeitos do poderio econômico na sociedade e a busca de harmonia entre as classes sociais.

Documentos que ancoram princípios e valores que vão ser traduzidos em postulados e rebatidos na profissão através de um corpo de referências ao pensar e ao agir profissional em sua origem. A seguir, trazemos dois extratos referentes ao pensamento expresso nestes documentos.

Em *Rerum Novarum* (1891), temos:

estamos persuadidos, e todos concordam nisto, de que é necessário, com medidas prontas e eficazes, vir em auxílio dos homens das classes inferiores, atendendo a que eles estão, pela maior parte, numa situação de infortúnio e de miséria imerecida. O século passado destruiu, sem as substituir por coisa alguma, as corporações antigas, que eram para eles uma proteção; os princípios e o sentimento religioso desapareceram das leis e das instituições públicas, e assim, pouco a pouco, os trabalhadores, isolados e sem defesa, têm-se visto, com o decorrer do tempo, entregues à mercê de senhores desumanos e à cobiça duma concorrência desenfreada.

Em *Quadragesimo Anno* (1931), vemos:

Sem dúvida que a condição dos operários melhorou e se tornou mais tolerável, sobretudo nas cidades mais progredidas e populosas, onde os operários já não podem todos sem exceção ser considerados como indigentes e miseráveis. Mas, desde que as artes mecânicas e a indústria moderna em pouquíssimo tempo invadiram completamente e dominaram regiões inumeráveis, tanto as terras chamadas novas como os reinos do remoto Oriente cultivados já na antiguidade, cresceu desmesuradamente o número dos proletários pobres, cujos gemidos bradam ao céu. Acresce o ingente exército dos jornaleiros relegados à ínfima condição e sem a mínima esperança de se verem jamais senhores de um pedaço de terra; (43) se não se empregam remédios oportunos e eficazes, ficarão perpetuamente na condição de proletários.

Vemos com Olegna Guedes (2000) que a influência neotomista marca a gênese do Serviço Social no Brasil. A autora destaca, em seus estudos, a influência desse pensamento na concepção de homem da profissão, que vinculava uma filiação neotomista por parte dos primeiros assistentes sociais, influenciados pelo retorno da filosofia de S. Tomás de Aquino.

Assim, o pensamento neotomista, em sua tradução, para o Serviço Social vai marcando valores que acompanham o surgimento da profissão, através de postulados, como referido por Yasbek (2009):

a noção de dignidade da pessoa humana; sua perfectibilidade, sua capacidade de desenvolver potencialidades; a natural sociabilidade do homem, ser social e político; a compreensão da sociedade como união dos homens para realizar o bem comum (como bem de todos) e a necessidade da autoridade para cuidar da justiça geral.

Esse pensamento neotomista estará presente no que Barroco (2003) vai caracterizar como os “fundamentos filosóficos da ética profissional tradicional”, que traduzem uma moral conservadora e vão contribuir na operacionalização de um *ethos* profissional não crítico, que acaba deslocando para o campo da moral as desigualdades sociais.

Não podemos ter como resposta correta o item **A**, que se refere à visão teórica Fenomenológica, posto que essa perspectiva teórica não estava presente nas primeiras formulações teóricas do Serviço Social no Brasil, ingressando no universo de discussão teórica da profissão por ocasião do Movimento de Reconceituação nas décadas de 60 e 70.

Não podemos ter como resposta correta o item **B**, que se refere à visão teórica neopositivista – posto que, no surgimento da profissão suas primeiras formulações teóricas, estão muito mais pautadas em princípios e valores do que em um método científico.

Não podemos ter como resposta correta o item **C**, que se refere à visão teórica materialista – posto que essa perspectiva também ingressa como referência teórica a ser considerada no universo de discussão teórica da profissão por ocasião do Movimento de Reconceituação nas décadas de 60 e 70.

Não podemos, igualmente, ter como resposta correta o item **D**, que se refere à visão teórica racionalista – posto que o racionalismo destaca a racionalidade como princípio fundamental para o conhecimento da realidade e não princípios religiosos ou dogmáticos que não passam pelo crivo do movimento razão.

## REFERÊNCIAS

BARROCO, Maria Lucia Silva. **Ética e Serviço Social: fundamento ontológico**. 2. ed. São Paulo: Cortez, 2003.

IAMAMOTO, M.; CARVALHO, R. **Relações Sociais e Serviço Social no Brasil**. São Paulo: Cortez; Lima [Peru], CELATS, 1993.

GUEDES, Olegna de Souza. **A Compreensão da Pessoa Humana na Gênese do Serviço Social no Brasil: uma Influência Neotomista**. (2000). Acesso em: abr. 2011. Disponível em: [http://www.ssrevista.uel.br/c\\_v4n1\\_compreensao.htm](http://www.ssrevista.uel.br/c_v4n1_compreensao.htm).

QUADRAGÉSIMO ANNO (1931). Acesso em: abr. 2011. Disponível em: [http://www.vatican.va/holy\\_father/pius\\_xi/encyclicals/documents/hf\\_p-xi\\_enc\\_19310515\\_quadragesimo-anno\\_po.html](http://www.vatican.va/holy_father/pius_xi/encyclicals/documents/hf_p-xi_enc_19310515_quadragesimo-anno_po.html).

RERUM NOVARUM (1891). Acesso em: abr. 2011. Disponível em: [www.vatican.va/.../hf\\_l-xiii\\_enc\\_15051891\\_rerum-novarum\\_po.html](http://www.vatican.va/.../hf_l-xiii_enc_15051891_rerum-novarum_po.html).

YASBEK, Maria Carmelita. **Os fundamentos do Serviço Social na contemporaneidade** (2009). Acesso em: abr. 2011. Disponível em: [www.pucsp.br/pos/ssocial/professor/yazbek\\_fundamentos.doc](http://www.pucsp.br/pos/ssocial/professor/yazbek_fundamentos.doc).



### QUESTÃO 14

A partir da década de 1950, estruturou-se em países de capitalismo periférico, entre eles o Brasil, um modelo de desenvolvimento denominado desenvolvimentismo, que marcou profundamente o modo de funcionamento dessas sociedades. Nesse modelo, o Estado

- 
- A. assume o papel de agente central do processo de industrialização acelerada e de modernização econômica e social.
  - B. realiza investimento em infraestrutura econômica, combinando-o a um esforço de enxugamento dos gastos públicos.
  - C. enfatiza a construção de grandes monopólios e o saneamento da economia para reduzir a inflação e o déficit público.
  - D. promove captação de investimentos privados estrangeiros para realizar investimento no mercado financeiro.
  - E. atua menos no campo econômico e concentra-se em seu papel como agente político.
- 

\* **Gabarito: Alternativa A.**

\* **Tipo de questão: Escolha simples, com indicação da alternativa correta.**

\* **Conteúdos avaliados: Desenvolvimento político, econômico e social brasileiro, desenvolvimentismo, Estado.**

\* **Autora: Maria Palma Wolf.**

### COMENTÁRIO

O modelo desenvolvimentista brasileiro se definiu pelo protagonismo do Estado na condução da economia. A intenção era consolidar um caminho de aceleração do desenvolvimento industrial e assim possibilitar a modernização econômica e social do país. Sendo assim, é correta a alternativa **A**, pois a centralidade do Estado foi incontestável nesse processo (FONSECA, 2010; BOSCHETTI, 2009).

Embora seja correto afirmar que o modelo desenvolvimentista priorize o investimento em infraestrutura visando à aceleração do processo de industrialização, também é verdade que essa política implica justamente um aumento dos gastos públicos. O capital estatal viabilizava o programa de melhorias da infraestrutura necessária para a sustentação do modelo, através da construção de rodovias e da ampliação do potencial da matriz energética do país. Tudo isso gerou um aumento dos gastos, sem que houvesse qualquer esforço no sentido de reduzir o déficit público; é, portanto, incorreta a alternativa **B** (FEE, 1983).

A alternativa **C** está incorreta por pressupor, para o período desenvolvimentista, a “construção de grandes monopólios e o saneamento da economia para reduzir a inflação e o déficit público”. A política de mobilização das massas em torno de questões gerais como inflação, custo de vida, bem-estar social estava articulada com o tema do desenvolvimento industrial de base nacional, o que montou as bases de uma estratégia de poder que iria marcar todo o período populista. Por outro lado, os mecanismos econômicos adotados resultaram na agudização do processo inflacionário. O rápido desenvolvimento econômico, anunciado pelo Governo Vargas e estimulado pelo Governo Juscelino, representou, na realidade, um alto custo para os trabalhadores, à medida que veio acompanhado de um processo inflacionário que redundou na queda do poder aquisitivo dos salários (FEE, 1983; Behring, Boschetti, 2007).

A alternativa **D**, que refere o objetivo da captação de recursos privados estrangeiros para investir no mercado financeiro, está igualmente incorreta. Isso porque, em meados dos anos 50, mais precisamente durante o governo de Juscelino Kubitschek, começa a se configurar um modelo de desenvolvimento calcado na produção de bens de consumo duráveis e de equipamentos. No início da década de 1950, ainda não havia uma definição em torno da industrialização, via-se capital estrangeiro ou estatal. Mas a presença norte-americana também já era visível em nossa economia. A ascensão de Juscelino Kubitschek, em 1956, marcou o início de um processo de industrialização inteiramente ajustado aos interesses do capital internacional. A penetração do capital estrangeiro ocorreu de forma maciça, ocupando os ramos da indústria pesada: indústria automobilística, de caminhões, de material elétrico e eletrônico, de eletrodomésticos, de produtos químicos e farmacêuticos, de matéria plástica (FEE, 1983).

A implantação definitiva do sistema industrial no Brasil dependia do encontro de soluções para a implantação dos diversos ramos da indústria: pesada, produtora de bens duráveis de consumo, bens intermediários e bens de capital. Para isso, era imprescindível a atuação firme do Estado no campo econômico, propiciando as condições especialmente para a industrialização pesada, mediante investimento nacional ou estrangeiro no país. Além disso, o governo juscelinista definiu com clareza o rumo da industrialização ao implantar o modelo desenvolvimentista estreitamente associado ao capital estrangeiro. Em oposição a essa abertura ao capital estrangeiro, surgiu um maciço movimento de nacionalização do petróleo, sob o lema “O petróleo é nosso”. Em 1953, finalmente, o Congresso, pressionado pela força que o movimento atingira, aprovou a lei que instituiu o monopólio estatal da exploração e do refinamento do petróleo. Com isso, o Estado assume protagonismo como agente econômico privilegiado no país; a alternativa **E**, portanto, também não está correta (BOSCHETTI, 2009).

## REFERÊNCIAS

Behring, Elaine R.; Boschetti, Ivanete. **Política Social: fundamentos e história**. São Paulo: Cortez, 2007.

BOSCHETTI, Ivanete et al. **Política Social no Capitalismo – tendências contemporâneas**. São Paulo, Cortez, 2009.

FEE. Fundação de Economia e Estatística. **A Política social brasileira 1930 – 1964**. Porto Alegre: FEE, 1983.

FONSECA, Pedro Cezar Dutra. **Nem ortodoxia nem populismo: o Segundo Governo Vargas e a economia brasileira**. Tempo [online]. 2010, v. 14, n. 28. Disponível em: [http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S1413-77042010000100002&lng=pt&nrm=iso](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1413-77042010000100002&lng=pt&nrm=iso). Acesso em: abr. 2011.

### QUESTÃO 15

O atual quadro sócio-histórico não se reduz a um pano de fundo para que se possa, depois, discutir o trabalho profissional. Ele atravessa e conforma o cotidiano do exercício profissional do assistente social, afetando as suas condições e as relações em que se realiza o exercício profissional, assim como a vida da população usuária dos serviços sociais. A análise crítica desse quadro requer um diagnóstico mais complexo sobre os processos sociais e a profissão neles inscrita.

IAMAMOTO, M. V. As dimensões ético-políticas e teórico-metodológicas no Serviço Social contemporâneo. **Serviço social e saúde: Formação e Trabalho Profissional**, Cortez, 2006, p. 76 (adaptado).

A partir do texto e considerando o exercício da assistência social no contexto atual, assinale a alternativa correta.

- 
- A. O contexto sócio-histórico traz os elementos necessários para o profissional categorizar os problemas sociais e os vulnerabilizados, facilitando a priorização das ações e as opções técnicas. Tais procedimentos encontram respaldo no projeto ético-político profissional para a definição das estratégias de intervenção.
  - B. É sob o escopo das questões sócio-históricas que os problemas sociais configuram-se como pessoais e delimitam os elementos teórico-metodológicos e ético-políticos que norteiam as estratégias profissionais.
  - C. Os limites e possibilidades da intervenção estão impressos no terreno sócio-histórico em que se exerce a profissão e nas referências éticas, políticas e metodológicas do assistente social.
  - D. A prática profissional é uma relação singular entre o assistente social e o cliente e estabelece as bases para as estratégias profissionais, pois o serviço social é uma profissão do agir.
  - E. A prática profissional interfere diretamente no cotidiano da população, razão pela qual o cotidiano alcança a centralidade da atenção profissional.
- 

- \* **Gabarito: Alternativa C.**
- \* **Tipo de questão: Escolha simples, com indicação da alternativa correta.**
- \* **Conteúdo avaliado: O atual quadro sócio-histórico do trabalho profissional.**
- \* **Autora: Idilia Fernandes.**

## COMENTÁRIO

A resposta certa é a alternativa **C**, os limites e possibilidades da intervenção estão impressos no terreno sócio-histórico em que se exerce a profissão e nas referências éticas, políticas e metodológicas do assistente social.

A direção social que orienta este projeto de profissão tem como referência a relação orgânica com o projeto das classes subalternas, reafirmado pelo Código de Ética de 1993, pelas Diretrizes Curriculares de 1996 e pela Legislação que regulamenta o exercício profissional, Lei n. 8.662 de 07/06/93. (YASBEK, 2009, p. 156)

A alternativa **A** não está correta, pois diz que “o contexto sócio-histórico traz os elementos necessários para o profissional categorizar os problemas sociais e os vulnerabilizados, facilitando a priorização das ações e as opções técnicas [...]”. Isso não é assim, há uma invisibilidade das verdadeiras expressões da questão social nos processos sociais, essas precisam ser desvendadas por um método investigativo crítico e atento a uma visão de totalidade e contradição.

Sartre dizia na obra “Questão de Método” “o marxismo é a filosofia insuperável do nosso tempo”. Enquanto as condições nas quais o marxismo se debruçou permanecerem o capitalismo, o marxismo continuará sendo o instrumento analítico mais adequado, mais poderoso, mais abrangente, mais percuciente para revelar esse mundo. É um instrumento adequado ao seu objeto, que é a análise da realidade capitalista. Enquanto o capitalismo existir, nas suas formas, nas suas consequências, o marxismo continuará sendo o mais importante instrumento analítico de intervenção. Instrumento de crítica e autocrítica de visualização e de superação dessa realidade. As fontes do pensamento de Marx são constituídas por uma concepção de mundo e método que é a filosofia dialética, na qual se percebe que tudo que existe é um permanente devir, uma permanente superação, um permanente movimento (PAULA, 1995, p. 30).

Na alternativa **A**, também está colocado que: “[...] tais procedimentos encontram respaldo no projeto ético-político profissional para a definição das estratégias de intervenção”, o que não é verdade pelo fato de que tais procedimentos de “categorização de problemas sociais” não é o recomendado pela profissão. A expressão “problemas sociais” não é bem-vista na profissão de serviço social, pois remete a uma visão fragmentária e localizada de situações que fazem parte da realidade de um sistema social e da estrutura de uma sociedade.

“É sob o escopo das questões sócio-históricas que os problemas sociais configuram-se como pessoas e delimitam os elementos teórico-metodológicos e ético-políticos que norteiam as estratégias profissionais”, é o que diz a alternativa **B** e está incorreto. Essa ideia insiste na perspectiva dos “problemas sociais” em detrimento de uma visão de totalidade e ainda indica, de forma confusa, que “as pessoas” são configurações desses problemas e vão delimitar metodologias, uma ideia nada esclarecedora sobre a profissão.

A história do conhecimento não pode ser relacionada à história abstrata do “ser social”, mas à história concreta da prática social. As três características que atribuímos ao conhecimento (prática, social, histórico) características que formam um todo indissociável. A lógica formal, lógica da forma, é lógica da abstração. Quando nosso pensamento, após essa redução provisória do conteúdo, retorna a ele para reapreendê-lo, então assim a lógica formal se revela insuficiente. (LEFEBVRE, 1995, p. 137)

As questões sócio-históricas vão evidenciar um processo social de desigualdade e acumulação de capital para uma pequena minoria em detrimento de uma maioria populacional que fica à margem de usufruir os bens da sociedade e de exercer sua plena cidadania e pertencimento social. Esse processo social vai configurar a questão social a qual o serviço social vai tomar como objeto de estudo e intervenção social.

Na alternativa **D**, está colocado que “A prática profissional é uma relação singular entre o assistente social e o cliente e estabelece as bases para as estratégias profissionais, pois o serviço social é uma profissão do agir”. Essa questão não está correta, primeiramente pela linguagem, já abandonada pelo serviço social, à expressão “cliente”, nossa relação com os sujeitos sociais não se faz à base do clientelismo e sim de uma abordagem com cidadania. A base para uma intervenção

profissional transformadora não pode se restringir à relação profissional-sujeito, terá que investigar, compreender e intervir em contextos, nos quais esses sujeitos estão inseridos.

Observa-se que a complexidade da questão social não está na abordagem de questões microssociais, locais ou que envolvam dimensões de valores, afetos e da subjetividade humana (questões de necessário enfrentamento), mas está na recusa da Razão e na descontextualização, na ausência de referentes históricos, estruturais no não reconhecimento de que os sujeitos históricos encarnam processos sociais, expressam visão de mundo e tem suas identidades sociais construídas na tessitura das relações sociais mais amplas. Relações que se explicam em teorias sociais abrangentes que configuram visões de mundo onde o particular ganha sentido referido ao genérico (YASBEK, 2009, p.157-158).

Na lógica dialética que está sendo desenvolvida aqui para análise dessas questões, pode-se afirmar também que a alternativa **E** está errada. Tal questão assevera que “A prática profissional interfere diretamente no cotidiano da população, razão pela qual o cotidiano alcança a centralidade da atenção profissional”. O cotidiano é um dado de realidade significativo da prática profissional dos assistentes sociais, porém não se pode afirmar que seja o mesmo a centralidade da nossa intervenção. Tanto quanto é exagero afirmar que nossa prática profissional venha interferir diretamente no cotidiano da população. Poderá alterar ou não fazer diferença, dependendo da intencionalidade das ações e das articulações de forças políticas que forem possíveis de serem conjugadas para o alcance efetivo de mudanças nesse cotidiano.

Para que ocorram transformações no cotidiano, é necessário ir para além dele, ou seja, perceber os processos de subjugação, hierarquização, exploração, subalternização, discriminação que nele estejam presentes. Esses processos estão presentes na sociedade de classes e capitalista em que nosso cotidiano acontece historicamente e no tempo presente.

Oswaldo Iamamoto (1997) tem um artigo intitulado “É o cotidiano uma questão para o marxismo?”, em que desenvolve uma análise que remete ao entendimento do cotidiano como uma categoria de análise que contém alguns aspectos peculiares a serem observados. Esse artigo indica que, na cotidianidade, as coisas simplesmente são impostas mecânica, instintiva, sub e inconscientemente aos homens: é o mundo da familiaridade. O cotidiano como qualquer outro campo, tomado na sua imediatez, é o lócus do fragmentário, do microscópico, do efêmero, do imaginário. Portanto o cotidiano é uma questão relevante para o marxismo (IAMAMOTO, 1997).

O serviço social brasileiro, a partir das novas diretrizes curriculares de 1996, assume uma perspectiva epistemológica de matriz marxista. Nessa perspectiva, o trabalho profissional vai se orientar pelo método dialético, que tem na totalidade e na contradição duas de suas categorias de análise do real. Isso nos levará a uma visão de ampliação dos horizontes para análise e intervenção na realidade. Sendo assim, ao analisarmos o cotidiano, precisaremos situá-lo num contexto maior de sociedade e de estrutura social, localizando o significado do mesmo nas forças que se movem dentro dessa sociedade marcada por condicionantes econômicos, culturais, sociais e singulares. Cada situação particular tem sua singularidade situada numa contextualidade inscrita na universalidade onde se move cada sujeito desse social. Se o cotidiano fosse central para nossa análise e intervenção, correríamos o risco de despolitizar a profissão e ter uma ação focada apenas num sujeito, descontextualizado de sua realidade social e de vida.

## REFERÊNCIAS

- IAMAMOTO, Marilda V. **O Serviço Social em tempos de capital fetiche e formação profissional**. São Paulo: Cortez, 2008.
- IAMAMOTO, Oswaldo H. É o Cotidiano, uma questão para o marxismo? **Revista Serviço Social e Sociedade**, nº 54. SP: Cortez, 1997.
- KOSIK, Karel. **Dialética do Concreto**. 3. ed. Tradução de Célia Neves e Alderico Toríbio. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1995.
- LEFEBVRE, Henry. **Lógica Formal/Lógica Dialética**. 6. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1995.

PAULA, João Antônio. A Produção do Conhecimento em Marx. **Cadernos ABESS 5**. A produção do conhecimento e o Serviço Social. São Paulo, 1995.

YASBEK, Carmelita. Fundamentos Históricos e Teórico-Metodológicos do Serviço Social. **Serviço Social: direitos sociais e competências profissionais**. Brasília: CFESS/ABEPSS, 2009.

### QUESTÃO 16

O pensamento neoliberal defende uma segmentação entre as esferas do Estado e do mercado. O neoliberalismo entende a existência e permanência das questões econômicas no âmbito do mercado, enquanto, ao Estado, cabem os processos da política formal e, eventualmente, algumas atividades sociais. Desse modo, trata-se de uma concepção do Estado como público e de tudo o que não é estatal como privado. Nesse sentido, o modelo de Estado que mais se aproxima ao ideal do pensamento neoliberal é aquele que

- 
- A. centraliza o poder de dirigir os interesses particulares de frações da população, não toma conhecimento da atuação da sociedade civil e tem como meta a luta contra a tirania da maioria.
  - B. promove a democracia governada, restringe a participação política ao silencioso ato eleitoral e assegura a legitimação total da dominação da sociedade.
  - C. amplia suas responsabilidades no tratamento da questão social, prioriza a questão econômica como determinante do sistema e se distancia da sociedade.
  - D. reduz suas intervenções no campo social, apela à solidariedade e se apresenta como parceiro da sociedade em suas responsabilidades sociais.
  - E. fornece a estrutura necessária para a livre concorrência do mercado, atua de forma descentralizada e reconhece a universalização dos direitos sociais a todos os cidadãos.
- 

\* **Gabarito: Alternativa D.**

\* **Tipo de questão: Escolha simples, com indicação da alternativa correta.**

\* **Conteúdo avaliado: O papel do Estado frente ao ideário neoliberal.**

\* **Autor: Giovane Antonio Scherer.**

### COMENTÁRIO

O neoliberalismo se caracteriza por ser uma argumentação teórica que restaura o mercado como instância mediadora societária elementar e insuperável e uma proposição política que repõe o Estado mínimo como a única alternativa e forma de democracia (NETTO, 1993). Nesse sentido, o ideário neoliberal possui como concepção a minimização do Estado frente a suas responsabilidades, colocando uma centralidade na instância do Mercado, que deveria suprir, na lógica da mercantilização, as necessidades humanas. Desse modo, a alternativa **D** é a alternativa correta, uma vez que o ideário neoliberal compreende que o Estado não deve intervir no campo social, pois essa concepção defende o pressuposto que a intervenção estatal nas refrações da questão social é destruidora da liberdade dos cidadãos e da vitalidade das competências dos

sujeitos, afirmando que a desigualdade é um fator positivo e indispensável de que as sociedades necessitam (HOUTART, POLET, 2002), uma vez que impulsiona a competitividade entre os sujeitos, que, segundo essa concepção, é fundamental para o seu “desenvolvimento”. Diante desse contexto, o Estado deve ser moderado nas despesas sociais, sendo que esse processo de minimização do estatal se dá por uma dupla via: de um lado uma crescente mercadorização dos atendimentos às necessidades sociais, de outro, uma transferência das suas responsabilidades governamentais para “organizações sociais” e “organizações da sociedade civil de interesse público” (IAMAMOTO, 2008). Assim, a ideologia neoliberal desloca para a sociedade civil as responsabilidades do Estado, apelando para o discurso da solidariedade, apoiada na ideia de “bem comum”, que esconde por trás dessa concepção a desresponsabilização do Estado e a redução das possibilidades de intervenção e participação política, sobretudo das camadas populares, dos segmentos sociais subalternos e suas representações coletivas (DEGENSZAJN, 2010).

Pode-se perceber, dessa forma, que o ideário neoliberal busca o fortalecimento do modo de produção capitalista de modo perverso, potencializando as desigualdades em prol do fortalecimento da lógica do modo de acumulação, especialmente quando tal concepção fomenta, através de ajustes estruturais, os processos de desigualdades sociais, considerados elementos necessários para potencializar a competitividade do modo de produção capitalista. Sendo assim, a alternativa **A** é incorreta, uma vez que a presente questão afirma que essa ideologia tem como meta a luta contra a tirania da maioria. A ideologia neoliberal possui como meta a estabilização da economia, a conservação da taxa de lucro e estabilização dos processos inflacionários, desse modo, tal ideologia não “luta contra a tirania”, mas sim dá condições de potencializar os processos de exploração de modo mais contundente, uma vez que, quanto mais a competitividade for acirrada para aqueles que vendem a sua força de trabalho, menores serão os salários da classe que vive do trabalho (ANTUNES, 2009) e maior o lucro dos proprietários dos meios de produção. Essa lógica perversa sustenta os processos de dominação de exploração de uma classe sobre a outra.

Nesse sentido, a alternativa **C** também está incorreta, uma vez que afirma que o modelo de Estado Neoliberal é aquele que amplia as suas responsabilidades no tratamento da questão social, quando, para essa concepção, o Estado deve ser mínimo, reduzindo ao máximo o atendimento no campo social, deslocando ações governamentais públicas para a instância do mercado e da sociedade civil.

Esse deslocamento da satisfação das necessidades da esfera pública para a esfera privada ocorre em detrimento das lutas e de conquistas sociais e políticas extensivas a todos. É exatamente o legado dos direitos nos últimos séculos que está sendo desmontado nos governos de orientação neoliberal, em uma nítida regressão da cidadania que tende a ser reduzida à sua dimensão civil e política, erodindo a cidadania social. (IAMAMOTO, 2008, p. 197)

Como o Estado, segundo as orientações neoliberais, deve ser mínimo quanto às suas responsabilidades no enfrentamento da questão social, pode-se perceber que a alternativa **E** está incorreta, uma vez que afirma que essa concepção reconhece a universalização dos direitos sociais a todos os cidadãos, quando essa ideologia prega o desmonte dos direitos conquistado pelas lutas históricas por sua efetivação. A ideologia neoliberal não defende a universalização dos direitos sociais a todos os cidadãos, pelo contrário, convoca o desmantelamento desses direitos universais, uma vez que o mercado deve ser a instância reguladora das necessidades sociais da população; sendo que essas necessidades devem ser supridas na lógica da compra e venda e não na lógica do acesso a direitos universais.

## REFERÊNCIAS

- ANTUNES, Ricardo. **Os Sentidos do Trabalho: Ensaio sobre a Afirmação e a Negação do Trabalho**. 2. ed. São Paulo: Boitempo, 2009.
- DEGENSZAJN, Raquel R. Cidade, questão social e relações internacionais. **Revista Temporalis** nº 19, jan./jun. Brasília: ABEPSS, 2010.

HOUTART, François; POLET, François. O Outro Davos: Mundialização de Resistências e Lutas. São Paulo: Cortez, 2002.

IAMAMOTO, Marilda Villela. **Serviço Social em Tempo de Capital Fetiche**: capital financeiro, trabalho e questão social. 2. ed. São Paulo: Cortez, 2008.

NETTO, José Paulo. **Crise do Socialismo e Ofensiva Neoliberal**. 1. ed. São Paulo: Cortez, 1993.



### QUESTÃO 17

As principais vertentes de fundamentação teórico-metodológica que emergiram no bojo do Movimento de Reconceituação foram: a vertente \_\_\_\_\_, caracterizada pela incorporação de abordagens funcionalistas e estruturalistas e, mais tarde, sistêmicas (matriz positivista), voltadas a uma modernização conservadora (NETTO, 1994, p. 164); a vertente de inspiração \_\_\_\_\_, centrada na análise do vivido e das vivências dos sujeitos; e a vertente \_\_\_\_\_, que remete a profissão à consciência de sua inserção na sociedade de classes.

Assinale a opção cujas palavras preenchem corretamente as lacunas na ordem em que estão dispostas no texto.

- 
- A. modernizadora, fenomenológica, marxista
  - B. fenomenológica, modernizadora, marxista
  - C. sistêmica, marxista, modernizadora
  - D. marxista, sistêmica, fenomenológica
  - E. sistêmica, fenomenológica, marxista

- 
- \* **Gabarito: Alternativa A.**
  - \* **Tipo de questão: Escolha simples, com indicação da alternativa correta.**
  - \* **Conteúdos avaliados: Vertentes de fundamentação teórico-metodológicas no Serviço Social.**
  - \* **Autoras: Maria Isabel Barros Bellini e Luiza Barreto Eidt.**

### COMENTÁRIO

O Movimento de Reconceituação do Serviço Social não teve sua expressão apenas no Brasil e sim envolveu alguns países da América Latina nos anos entre 1965 e 1975, período em que vários países latino-americanos vivenciavam crises e governos ditatoriais, o que serviu como mola propulsora para a organização de movimentos sociais. O Movimento de Reconceituação do Serviço Social significou a construção de uma relação diferenciada da profissão com a sociedade e com os trabalhadores, na medida em que buscou romper com teorias e métodos importados e “empacotados” especialmente do contexto norte-americano que não dialogava com a realidade latina e, no caso específico, com a realidade brasileira. O Serviço Social latino-americano em um movimento de contranitência à submissão aos métodos e teorias americanas e/ou europeias, ou seja, em um movimento de oposição ao conservadorismo que caracterizava a profissão desde sua origem, organizou um movimento que teve como propósito: reconceituar/reconceber ou rever opiniões, conhecimentos, fundamentos, finalidades e compromissos,

ou seja, propunha uma revisão crítica ao tradicionalismo profissional. Denominado de Reconceituação do Serviço Social, esse movimento “[...] de base teórica e metodológica eclética [...] foi polarizado pelas teorias desenvolvimentistas [...], representou as primeiras aproximações do Serviço Social à tradição marxista” (IAMAMOTO, 2008, p. 212) e impôs aos profissionais a revisão dos fundamentos da profissão e a preocupação com o caráter científico e não doutrinário das atividades profissionais (IAMAMOTO, 2008). O movimento também teve importância quanto à denúncia da “pretensa neutralidade político-ideológica” (IAMAMOTO, 2008), o que impulsionou a busca da vocação do Serviço Social brasileiro e, a partir daí, o surgimento de vertentes de fundamentação teórico-metodológica para fundamentar essa vocação. A reconceituação é, sem qualquer dúvida, parte integrante do processo de erosão do Serviço Social “tradicional”, portanto, nessa medida, partilha de suas causalidades e características. Como tal, ela (a Reconceituação) não pode ser pensada sem a referência ao quadro global (econômico-social, político, cultural e estritamente profissional) em que aquele se desenvolve. No entanto, ela se apresenta com nítidas peculiaridades, procedentes das particularidades latino-americanas, nas nossas latitudes e ainda “a ruptura com o Serviço Social tradicional se inscreve na dinâmica de rompimento das amarras imperialistas, de luta pela libertação nacional e de transformação da estrutura capitalista excludente, concentradora” (NETTO, 2005, p. 145-146). Sobre essas vertentes de fundamentação teórico-metodológica desencadeadas pelo Movimento de Reconceituação, trata a questão aqui analisada.

A **vertente modernizadora** se caracteriza pela incorporação de abordagens funcionalistas, estruturalistas e, posteriormente, sistêmicas (matriz positivista), voltadas a uma modernização conservadora (NETTO, 1994, p. 164), com a melhoria do sistema pela mediação do desenvolvimento social e enfrentamento da marginalidade e da pobreza na perspectiva de integração da sociedade. Os recursos para alcançar tais objetivos estão baseados na modernização tecnológica e em processos e relacionamentos interpessoais. Essas opções, conforme Yasbek (2009, p. 149), configuram um projeto renovador tecnocrático que buscava moldar a profissão às exigências sociopolíticas e integrá-la no processo de desenvolvimento, tornando-a instrumento integrador e não questionador da ordem social vigente. Fundado na busca da eficácia, norteando a produção do conhecimento e a intervenção profissional.

Centrada na análise do vivido e das vivências dos sujeitos, a **vertente de inspiração fenomenológica**, propunha outra forma de compreensão e intervenção da realidade, antagônica à vertente modernizadora de cunho positivista. Com interesse centrado no vivido e nas vivências dos sujeitos, rompendo, assim, com as formas de controle, ajuda, adaptação, cooptação e desajustes, situando-se como uma proposição inovadora e de orientação psicossocial. Apresenta uma metodologia baseada na tríade: diálogo, pessoa e transformação social.

A **vertente marxista** remete a profissão à consciência de sua inserção na sociedade de classes, introduzindo novas reflexões e compromissos para os assistentes sociais. Claramente rompe com a herança conservadora das concepções teóricas e metodológicas que não permitiam a crítica radical das relações econômicas e sociais vigentes. A aproximação com essa vertente se iniciou na década de 1960, tendo como estofos os movimentos reivindicatórios internacionais. No Serviço Social brasileiro, tivemos como impulso a constatação da incapacidade do Serviço Social tradicional frente ao padrão de acumulação capitalista vigente (NETTO, 1989). Para Netto (1991, p. 117), Serviço Social tradicional é entendido como

a prática empirista, reiterativa, paliativa e burocratizada dos profissionais, parametrada ‘por uma ética liberal-burguesa’ e cuja teleologia consiste na correção – desde um ponto de vista claramente funcionalista – de resultados psicossociais considerados negativos ou indesejáveis, sobre o substrato de uma concepção (aberta ou velada) idealista e/ou mecanicista da dinâmica social, sempre pressuposta a ordenação capitalista da vida como um dado factual ineliminável.

Já nos anos 80 e 90 (do século XX), essa nova direção social assumida pelo Serviço Social baseada no pensamento social crítico fomentou avanços teórico-metodológicos, ético-políticos e técnico-operativos. Avanços esses notórios nos Códigos de Ética Profissional de 1986 e também no último e atual Código de Ética de 1993. Rompendo com a visão tradicional da profissão, assumindo uma reflexão ética e apreendendo a inserção da profissão em um espaço contraditório, de antagonismo de interesses e classes, tendo, de um lado, interesses das classes dominantes e,

de outro, os interesses das classes dominadas. Essa oposição de interesses torna-se geradora de tensões, sendo essas realmente visíveis em uma perspectiva crítica, concebida através de encontro e aproximação do Serviço Social com a vertente marxista.

Considerando essa discussão, é possível afirmar que a alternativa correta é **A**, pois a vertente modernizadora caracteriza-se pela incorporação de abordagens funcionalistas, estruturalistas e, mais tarde, sistêmicas (matriz positivista), voltadas a uma modernização conservadora (NETTO, 1994, p. 164). Na segunda lacuna da questão, identifica-se que a vertente de inspiração fenomenológica era centrada na análise do vivido e das vivências dos sujeitos; e finalmente que a vertente marxista é a que remete a profissão à consciência de sua inserção na sociedade de classes, conforme exposto anteriormente. A alternativa **B** está incorreta pois nem a fenomenológica nem a modernizadora propuseram o que está aportado nas lacunas correspondentes. Apenas a terceira parte da questão está correta. A alternativa **C** está incorreta pois a primeira lacuna dessa alternativa considera a abordagem sistêmica como uma vertente e não um tipo de abordagem incorporada pela vertente modernizadora. Na segunda e terceira lacuna, igualmente não há correspondência entre a vertente e a caracterização afirmada na questão. A alternativa **D** está incorreta pois a posição/ordem das vertentes marxista e fenomenológica na resposta não corresponde às lacunas a serem preenchidas e ao que está explicitado na citação, e a abordagem sistêmica não se caracteriza como uma vertente em si. E, finalmente na alternativa **E**, a primeira lacuna a ser preenchida considera a abordagem sistêmica como uma vertente, o que está incorreto, conforme já afirmado anteriormente. A segunda e terceira parte da questão estão corretas.

## REFERÊNCIAS

- IAMAMOTO, M. **Serviço Social em tempo de capital fetiche**. Capital financeiro, trabalho e questão social. São Paulo: Cortez, 2008.
- NETTO, J. P. O Serviço Social e a tradição marxista. **Revista Serviço Social e Sociedade**, n. 30, Cortez, São Paulo, 1989.
- \_\_\_\_\_. **Capitalismo Monopolista e Serviço Social**. 2. ed. São Paulo: Cortez, 1992.
- \_\_\_\_\_. **Ditadura e Serviço Social: uma análise do Serviço Social no Brasil pós-64**. 8. ed. São Paulo: Cortez, 2005.
- \_\_\_\_\_. **Ditadura e Serviço Social: uma análise do Serviço Social no Brasil pós-64**. São Paulo: Cortez, 1991.
- \_\_\_\_\_. O movimento de reconceituação – 40 anos depois. **Revista Serviço Social e Sociedade**, n. 84. São Paulo: Cortez, 2005, p.21-37
- \_\_\_\_\_. Notas sobre marxismo e Serviço Social, suas relações no Brasil e a questão de seu ensino. **Cadernos ABESS**, n. 4, Cortez, São Paulo, 1991.
- YASBEK, M.C. **Fundamentos históricos e teórico-metodológicos do Serviço Social in Serviço Social: direitos sociais e competências profissionais**. Brasília: CFESS/ABPESS, 2009, p. 143-164.



### QUESTÃO 18

O serviço social tem, junto às questões ambientais, um espaço que vale a pena ser ocupado pelas inúmeras possibilidades de estudos interdisciplinares que apresentam, não só frente às questões ligadas ao desenvolvimento urbano, à preservação do meio ambiente e à geração de renda, mas também pela importância da qual se revestem essas questões, que criam inúmeras oportunidades de intervenção ao serviço social, em ações de mobilização, organização das populações ameaçadas pela degradação do seu meio ambiente ou de educação dessa mesma população para sua preservação.

COLITO, M. C.; PAGANI, A. M. M.

#### **Conversando sobre as questões ambientais e o serviço social.**

Disponível em: <[http://www.ssrevista.uel.br/c\\_v1n2\\_conversando.htm](http://www.ssrevista.uel.br/c_v1n2_conversando.htm)>.

Acesso em: 17 ago. 2010 (adaptado).

Nesse contexto, a educação ambiental é compreendida como um dos processos mais importantes de construção de valores, conhecimentos, habilidades e atitudes, tendo como objetivo

- 
- A. estimular e fortalecer uma consciência crítica sobre a problemática ambiental e social.
  - B. estimular as práticas preservacionistas calcadas no senso comum, valorizando-as em relação à ciência e tecnologia.
  - C. garantir o sigilo sobre informações ambientais que possam causar prejuízos às comunidades e que comprometam a segurança nacional.
  - D. fortalecer a interferência de povos possuidores de consciência ambiental sobre povos que desenvolvem procedimentos de destruição do meio.
  - E. incentivar a responsabilização do poder público na preservação do equilíbrio do meio ambiente, restringindo-se à defesa da qualidade ambiental ao Estado.

---

\* **Gabarito: Alternativa A.**

\* **Tipo de questão: Escolha simples, com indicação da alternativa correta.**

\* **Conteúdos avaliados: Serviço Social junto às questões ambientais.**

\* **Autora: Idília Fernandes.**

### COMENTÁRIO

A alternativa **A** está correta pelo fato de realmente ser necessário ter como objetivo “estimular e fortalecer uma consciência crítica sobre a problemática ambiental e social”. Esse fato é uma necessidade

quando nossas ações são pautadas na educação ambiental. Para o serviço social, será imprescindível agregar conhecimentos em torno da preservação ambiental e planetária para cumprir com sua função social de buscar uma sociedade justa para todos e todas. O contexto natural, no qual todos os indivíduos sociais estão inseridos, vem sofrendo com a agressão de um sistema social que não respeita os seres humanos nem a natureza que o cerca. Para o envolvimento com questões ambientais, é necessário investimento de estudo nessa área, na qual não temos acúmulo de conhecimento.

E os assistentes sociais, em muito, contribuindo, nas últimas décadas, para a construção de uma cultura do direito e da cidadania, resistindo ao conservadorismo e considerando as políticas sociais como possibilidades concretas de construção de direitos e iniciativas de “contradesmanche” nessa ordem social injusta e desigual. (YASBEK, 2009, p. 161)

Não é possível tratar questões que envolvem a vida das pessoas de forma superficial. Nesse sentido, a alternativa **B** está errada, pois indica que “estimular as práticas preservacionistas calcadas no senso comum, valorizando-as em relação à ciência e tecnologia”. O senso comum não é um bom indicador e muito menos o mesmo deveria ser valorizado em relação à ciência e à tecnologia. Pelo contrário, todo conhecimento sobre a realidade deve ser profundo, pois só é possível transformar aquilo que se conhece profundamente. É necessário buscar consistência teórico-reflexiva sobre as práticas sociais e a realidade social, por isso o senso comum não é o indicado. Nesse, o conhecimento sempre é superficial e sem uma visão de totalidade e conexão.

A alternativa **C**, “garantir o sigilo sobre informações ambientais que possam causar prejuízos às comunidades e que comprometam a segurança nacional”, está, também, errada, porque não pode ser um objetivo ter sigilo em relação a informações ambientais que prejudiquem às comunidades. Ao contrário, é necessário dar visibilidade para isso, demonstrando como expressão da questão social fatos ambientais que estejam em detrimento dos sujeitos e pondo em risco a segurança nacional.

“Fortalecer a interferência de povos possuidores de consciência ambiental sobre povos que desenvolvem procedimentos de destruição do meio”, como diz na alternativa **D**, seria um equívoco, pois isso favoreceria uns em detrimento de outros e não desenvolveria a consciência ecológica.

A alternativa **E** diz que é preciso “incentivar a responsabilização do poder público na preservação do equilíbrio do meio ambiente, restringindo-se à defesa da qualidade ambiental ao Estado”. Essa questão está errada, pois as questões do meio ambiente são uma responsabilidade de todos, da sociedade civil, das empresas, do Estado, das organizações não estatais e de cada cidadão. Além da defesa da qualidade ambiental, para se preservar o Planeta, é preciso colocar limite na produção e consumismo exagerados que extrapolam a capacidade que o Planeta Terra tem de comportar as extravagâncias do consumo desenfreado.

O capitalismo se desenvolveu, estamos na era toyotista da acumulação flexível, o que significa dizer na era da superinformatização, de superexigências para o trabalhador que hoje deve ser polivalente, na era da flexibilização dos contratos de trabalho, dos direitos trabalhistas, mas grande parte da sociedade vive em condições de pobreza e exclusão social. Segundo Netto (2001), a questão social surge com a capacidade de a sociedade produzir riquezas e bens sociais e muitos não terem acesso a isso. O país se modernizou sim, produziu riquezas, mas ainda somos dependentes de outras economias e com alto nível de exclusão social e pobreza de seu povo. E todo esse processo se deu, também, em cima da exploração da natureza e à revelia de sua degradação e de imensa agressão ao ambiente natural do ser humano. Todos nós sofremos a consequência do desregramento de um sistema social que se concentra na acumulação sem importar-se com as consequências para o Planeta e para as pessoas do mesmo.

No Brasil, por exemplo, o estudo do período colonial torna-se essencial para compreender a estrutura econômica da sociedade em detrimento do bem-estar de seus cidadãos, pois é sobre esse “passado” que se conforma uma certa estrutura econômica, dotada de características próprias, distintas das estruturas que emergem de um passado feudal, sobre essa estrutura irá se desenvolver uma economia capitalista, cujo ponto culminante estará na emergência de forças produtivas especificamente capitalistas, com a “industrialização pesada”, a partir da segunda metade do século XX. Essa

industrialização pesada se desenvolveu sem considerar a preservação do planeta em que vivemos e hoje a consequência é danosa. Em razão desse processo é imprescindível que as profissões do social se atentem às questões ambientais e ecológicas que são expressões da “questão social”.

A expressão questão social é estranha ao universo marxista, tendo sido cunhada por volta de 1830 (STEIN, 2000). Historicamente foi tratada sob o ângulo do poder, vista como ameaça que a luta de classes – em especial, o protagonismo da classe operária – representativa à ordem instituída. Entretanto, os processos sociais que ela traduz encontram-se no centro da análise de Marx sobre a sociedade capitalista. Nessa tradição intelectual, o regime capitalista de produção é tanto um processo de produção das condições materiais da vida humana quanto um processo que se desenvolve sob relações sociais, históricas, econômicas – de produção específicas. Em sua dinâmica produz e reproduz seus expoentes: suas condições materiais de existência, as relações sociais contraditórias e formas sociais através das quais se expressam. Existe, pois, uma indissociável relação entre produção dos bens materiais e a forma econômica – social em que é realizada, isto é, a totalidade das relações entre os homens em uma sociedade historicamente particular, regulada pelo desenvolvimento das forças produtivas do trabalho social (IAMAMOTO, 2001, p. 30).

No âmbito de nossa profissão, serviço social, se compreende a questão social como objeto de nossa intervenção e a mesma se configura a partir de suas inúmeras expressões que são causadas pela sociedade capitalista e na tensão entre capital e trabalho. Nesse sentido, percebe-se a questão ambiental da contemporaneidade como uma das expressões da questão social. O desenvolvimento da sociedade industrial no qual se estabelece as bases do sistema social do capitalismo surge à agressão ao ambiente natural, por falta de cuidado com o contexto de natureza em que vivem os sujeitos sociais. Dessa forma, se faz necessário que os profissionais da área social, estejam atentos a essa expressão e desenvolvam estratégias de ação que possam vir a colaborar com a reversão desse processo de exploração da natureza pelo gênero humano. O direito a uma vida humana digna é também o direito a poder viver em um ambiente natural que não esteja ameaçado pela sua extinção. E, nisso, também, se vê, todos os dias, uma violação dos direitos à vida humana com o desrespeito às leis da natureza.

## REFERÊNCIAS

- CASTEL, Robert. *As Armadilhas da Exclusão. Desigualdade e a Questão Social*. 2. ed. São Paulo: EDUC, 2000.
- ENGELS, Friedrich. *A Dialética da Natureza*. 5. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1979.
- FREIRE, Paulo. *À sombra desta mangueira*. São Paulo: Olho D'Água, 1995.
- HOLANDA, Sérgio Buarque. *Raízes do Brasil*. 26. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.
- IAMAMOTO, Marilda. A Questão Social no Capitalismo. *Revista Temporalis* 3, ano II, nº 3, jan./jul. 2001. Brasília: ABEPSS, Graflina, 2001,
- MARX, Karl. *Manuscritos Econômicos e Filosóficos de 1844. Conceito Marxista do Homem*. Apêndice: manuscritos econômicos e filosóficos de 1844 de Karl Marx. 8. ed. Rio de Janeiro: Zahar editores, 1983.
- NETTO, José Paulo. Cinco Notas a Propósito da “Questão Social”. *Revista Temporalis* 3, ano II, n. 3, jan./jul. 2001. Brasília: ABEPSS, Graflina, 2001.
- YASBEK, Carmelita. *Fundamentos Históricos e Teórico-Metodológicos do Serviço Social. Serviço Social: direitos sociais e competências profissionais*. Brasília: CFESS/ABEPSS, 2009.
- ZILIOTO, Marco Aurélio (org.) *Mudanças Climáticas, Sequestro e Mercado de Carbono no Brasil*. Curitiba: Instituto Ecoclima, 2009.



### QUESTÃO 19

As transformações internacionais da década de 1970 significaram uma verdadeira revolução originária, cujas consequências foram os desequilíbrios nas balanças de pagamento, choque do petróleo, globalização do comércio, finanças e setor produtivo, crise do sistema fordista e substituição pela especialização flexível. Essas rápidas transformações implicaram sérias dificuldades para os países em desenvolvimento, entre os quais o Brasil, devido à dependência tecnológica e as consequentes dificuldades de competitividade no novo cenário.

Nesse cenário, o Brasil reagiu, à época, de acordo com as recomendações dos organismos internacionais, alinhados com a(s)

- 
- A. medidas protecionistas, que iniciaram o processo de desconcentração interna de renda.
  - B. lógica keynesiana de ampliar o papel do Estado de maneira a constituir um novo patamar de proteção social.
  - C. vertente neoliberal, que resultou, ao longo do tempo, na manutenção do processo de concentração de renda.
  - D. flexibilização do processo produtivo, que ampliou o mercado de trabalho interno devido ao aumento das exportações.
  - E. inovação tecnológica do parque industrial brasileiro visando superar a dependência externa e qualificar a mão de obra.
- 

- \* **Gabarito: Alternativa C.**
- \* **Tipo de questão: Escolha simples, com indicação da alternativa correta.**
- \* **Conteúdos avaliados: Transformações sociais e implicações para o Brasil.**
- \* **Autoras: Maria Isabel Barros Bellini e Marisa Camargo.**

### COMENTÁRIO

Ao longo do processo histórico, enquanto relação social que orienta a dinâmica e a inteligibilidade de todo o processo da vida social, o capitalismo tem apresentado movimentos cíclicos de crise e reconfiguração (IAMAMOTO, 2008). Dentre os movimentos mais contemporâneos, destaca-se a crise estrutural do capitalismo, com repercussões em escala global, ocorrida no início dos anos 70 do século XX, período no qual se reverteu a tendência expansionista da economia internacional presente até o final dos anos 60.

A crise estrutural do capitalismo desafiava as medidas que vinham sendo empregadas pelos países industrializados, estando associada a dois grandes vetores. O primeiro refere-se ao esgotamento do referencial fundamentado nas teorias keynesianas de formulação das políticas econômicas e sociais, que cedeu espaço à ascensão do neoliberalismo. O segundo relaciona-se à saturação do modelo de gestão e organização do trabalho de inspiração taylorista-fordista, que adquiriu características flexíveis, impactando em transformações nos processos de gestão e produção (HARVEY, 1993; ANTUNES, 2002; GROS, 2003).

As recomendações dos organismos internacionais estavam alinhadas com a vertente neoliberal, que resultou, ao longo do tempo, na manutenção do processo de concentração de renda, estando, portanto, correta a alternativa **C**. Iniciou-se o período de fortes tendências protecionistas nos países centrais, que viriam a afetar as economias exportadoras, como as da América Latina (GROSS, 2003). Contudo a maior parte dos países latino-americanos experimentou as consequências do ajuste neoliberal somente a partir da década de 1980.

Considerando que a adoção de medidas contra o protecionismo econômico, a liberdade individual de concorrência no mercado privado e a concentração de renda se constituem em alguns dos pressupostos básicos do neoliberalismo, a alternativa **A** está incorreta. Além disso, os ajustes econômicos promovidos pelos países latino-americanos, a partir da década de 1980, em atenção às imposições dos organismos internacionais, com saneamento das contas públicas e corte de salários, gastos e investimentos, visavam “gerar enormes saldos na balança comercial para o pagamento da dívida externa” (TAVARES, 2000, p. 23) e não à desconcentração de renda ou diminuição das desigualdades sociais.

O ajuste neoliberal é marcado pela privatização do Estado, desregulamentação dos direitos sociais, desmonte do setor produtivo estatal, intenso processo de reestruturação produtiva (ANTUNES, 2002), tendo em vista dotar o capital dos meios necessários para buscar a reposição dos padrões de expansão anteriores. Essas características se contrapõem à lógica keynesiana de ampliação do papel do Estado de maneira a constituir um novo patamar de proteção social, o que torna incorreta a alternativa **B**. De acordo com os idealizadores do neoliberalismo. “a regulação social e o igualitarismo promovidos pelo Estado de Bem-Estar Social ameaçavam a prosperidade de todos ao destruir a liberdade dos cidadãos e a vitalidade da concorrência” (GROS, 2003, p. 24).

Sob a orientação dos pressupostos neoliberais, o capitalismo foi responsável pelo desencadeamento de múltiplas transformações no mundo do trabalho. O aspecto mais negativo resultante dessas transformações que sinalizam um processo de heterogeneização, fragmentação e complexificação da classe trabalhadora trata-se da expansão do desemprego estrutural, em escala global (ANTUNES, 1998), que atinge os trabalhadores provenientes dos mais diversos setores econômicos. No Brasil, “segmentos inteiros da [...] economia foram desmantelados, com todas as sequelas econômicas e sociais conhecidas, [...] provocando um desemprego sem precedentes na história” (TAVARES, 2000, p. 44). Emergente no âmbito da produção e acumulação flexíveis, o desemprego estrutural é mais uma das características do neoliberalismo, estando, portanto, incorreta a alternativa **D**. Aliada ao desemprego estrutural, ampliam-se também as alternativas desregulamentadas de trabalho, a exemplo das distintas formas de terceirização (ANTUNES, ALVES, 2004).

Por fim, a alternativa **E** está incorreta, pois, no lugar de inovação tecnológica do parque industrial brasileiro visando superar a dependência externa e qualificar a mão de obra, o Brasil passou a enfrentar um contexto de crise econômica e financeira, crescimento da dívida externa, inflação, agravamento dos problemas sociais e uma séria ameaça do aprofundamento do atraso tecnológico da indústria (CANO, 1989). Enquanto determinados setores permanecem desproporcionalmente dependentes de formas de utilização da força de trabalho humano, paralelamente, há outros setores em que a força de trabalho humano é intensamente substituída pelo uso de máquinas ou equipamentos modernos, conhecimento técnico e/ou científico (MARTINS, 1997). Com isso, surgem o emprego e o desemprego sazonais, as migrações temporárias, o tráfico de mão de obra e problemas sociais, a

exemplo da exploração do trabalho infantil complementar ao adulto e familiar, fazendo ressurgir com novas roupagens antigas expressões de exploração da força de trabalho por parte do capital.

## REFERÊNCIAS

ANTUNES, Ricardo. **Adeus ao trabalho?** Ensaio sobre as metamorfoses e a centralidade do mundo do trabalho. 5. ed. São Paulo: Cortez; Campinas: Editora da Universidade Estadual de Campinas, 1998, 155 p.

\_\_\_\_\_. **Os sentidos do trabalho:** ensaio sobre a afirmação e a negação do trabalho. São Paulo: Boitempo, 2002, 349 p.

\_\_\_\_\_; ALVES, Giovanni. As mutações no mundo do trabalho na era da mundialização do capital. **Rev. Educação & Sociedade**, Campinas, vol. 25, n. 87, p.335-351, mai./ago. 2004. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/es/v25n87/21460.pdf>. Acesso em: 06 mai. 2011.

CANO, Wilson. **Reestruturação internacional e repercussões inter-regionais nos países subdesenvolvidos:** reflexões sobre o caso brasileiro. Campinas: UNICAMP, Instituto de Economia, 1989, 37 p.

GROS, Denise Barbosa. **Institutos liberais e neoliberalismo no Brasil da Nova República.** Porto Alegre: FEE, 2003, 253p. Disponível em: [http://www.fee.tche.br/sitefee/download/teses/teses\\_fee\\_06.pdf](http://www.fee.tche.br/sitefee/download/teses/teses_fee_06.pdf). Acesso em: 08 mai. 2011.

HARVEY, David. **A condição pós-moderna:** uma pesquisa sobre as origens da mudança cultural. São Paulo: Loyola, 1993.

IAMAMOTO, Marilda Villela. **Serviço Social em tempo de capital fetiche:** capital financeiro, trabalho e questão social. 2. ed. São Paulo: Cortez, 2008, 495 p.

MARTINS, José de Souza. **Exclusão social e a nova desigualdade.** São Paulo: Paulus, 1997.

TAVARES, Laura Soares. **Os custos sociais do ajuste neoliberal na América Latina.** São Paulo: Cortez, 2000. Coleção Questões da Nossa Época, v. 78.



### QUESTÃO 20

A flexibilização das relações de trabalho que atingem inclusive os postos de trabalho situados no âmbito do Estado brasileiro, importante empregador dos assistentes sociais do país, geram como consequências para essa categoria de profissionais

- 
- A. retração dos postos de trabalho, com melhoria salarial.
  - B. maior liberdade para o profissional que souber se situar e vencer a concorrência.
  - C. oportunidades diferenciadas de inserção no mercado, sempre com possibilidades concretas de maior incremento salarial.
  - D. novas possibilidades de trabalho, pois poderão ocupar espaços antes destinados a profissionais com formação técnica diversa.
  - E. obrigação de permanente qualificação profissional, pois o profissional é chamado a responder a demandas variadas e mutantes.
- 

- \* **Gabarito: Alternativa E.**
- \* **Tipo de questão: Escolha simples, com indicação da alternativa correta.**
- \* **Conteúdos avaliados: Flexibilização das relações de trabalho e consequências para os assistentes sociais.**
- \* **Autoras: Maria Isabel Barros Bellini e Marisa Camargo.**

### COMENTÁRIO

Em sua versão contemporânea, o modo de produção capitalista orientado por pressupostos neoliberais é responsável pelo desencadeamento de uma múltipla processualidade no mundo do trabalho. De um lado, tem-se uma diminuição da classe operária industrial tradicional, com maior ou menor repercussão em áreas industrializadas do terceiro mundo (ANTUNES, 1998). De outro lado, constata-se uma expansão do trabalho assalariado, a partir da ampliação do assalariamento no setor de serviços (ANTUNES, 1998).

Nesse íterim ocorre a heterogeneização, ou seja, incorporação do contingente feminino no mercado de trabalho, acompanhada de intensificada subproletarização, isto é, expansão do trabalho parcial, temporário, subcontratado, terceirizado, precário etc. (ANTUNES, 1998). A reestruturação produtiva emerge como condição necessária à retomada do padrão de acumulação capitalista, com significativos impactos sobre o mundo do trabalho. Esse novo regime de acumulação, apoiado na concorrência entre os trabalhadores e flexibilização do trabalho, tem como aspecto mais perverso o desemprego estrutural, em escala global, perpetuado nos mais diversos espaços sócio-ocupacionais,

atingindo as inúmeras categorias profissionais que compõem a divisão social e técnica do trabalho. Trata-se de uma retração dos postos de trabalho marcada também por significativa perda salarial, o que torna, concomitantemente, incorretas, as alternativas **A** e **C**.

Em meio ao processo de reestruturação produtiva, há também um novo delineamento do caráter interventivo do Estado brasileiro, marcado pela minimização estatal em relação ao patamar de proteção social e efetivação de direitos. Observa-se o crescente privilégio conferido à lógica do mercado privado; valorização da individualidade dos sujeitos, associada à desmobilização social e política; redesenho do caráter público e transformações de ordem societária. Orientado por pressupostos neoliberais, ao redimensionar-se, o Estado redefine também as políticas sociais e públicas, historicamente implementadas pela categoria profissional dos assistentes sociais (IAMAMOTO, 2001), com forte apelo e transferência de responsabilidades à sociedade civil.

O Serviço Social é considerado uma especialização do trabalho. Por conseguinte, o assistente social tem sua intervenção reconhecida como trabalho, inscrito no âmbito da produção e reprodução social (IAMAMOTO, 2001). Na condição de trabalhador assalariado, inserido na divisão social e técnica do trabalho, não obstante às demais profissões, o assistente social está subordinado às injunções decorrentes da flexibilização das relações de trabalho. Apesar de o Serviço Social ser regulamentado como profissão liberal, o assistente social dispõe de relativa autonomia na condução do seu exercício profissional (IAMAMOTO, 2008), estando, pois incorreta a alternativa **B**, que afirma a existência de uma maior liberdade para o profissional que souber se situar e vencer a concorrência. O dilema da inter-relação entre projeto profissional e trabalho assalariado reside em uma dupla dimensão:

Por um lado, na relativa autonomia do assistente social na condução da atividade profissional socialmente legitimada pelo aparato legal regulador de uma “profissão liberal” na sociedade, condicionada pelas lutas hegemônicas inerentes ao modo de produção capitalista que ampliam ou reduzem as bases sociais que sustentam a direção social e a teleologia da profissão. Por outro, no fato de que o exercício profissional realiza-se pela mediação do trabalho assalariado, sob a forma de mercantilização da força de trabalho, subordinado aos ditames do trabalho abstrato e dilemas dos processos de alienação, sendo o Estado e os organismos privados os maiores responsáveis pelos espaços sócio-ocupacionais dos assistentes sociais (IAMAMOTO, 2008, apud CAMARGO, 2009, p.119).

Compreender o Serviço Social implica o esforço de inseri-lo no conjunto de condições e relações sociais que lhe atribuem um significado social e nas quais a profissão se torna socialmente útil e necessária (IAMAMOTO; CARVALHO, 2006). A divisão do trabalho na qual se insere não é simplesmente a divisão de trabalhos úteis de determinadas qualidades. Trata-se de uma divisão que pressupõe a existência de classes sociais e relações capitalistas de propriedade, representadas pela posse ou não dos meios de produção (IAMAMOTO, 2008). Está incorreta a alternativa **D**, sobre a flexibilização das relações de trabalho desencadear novas possibilidades de trabalho para os assistentes sociais, na ocupação de espaços antes destinados a profissionais com formação técnica diversa. O que se tem visto, no âmbito da sociedade capitalista neoliberal, é que se tornam cada vez mais presentes as disputas de projetos societários e projetos profissionais, na busca pelo estabelecimento de hegemônias.

Diante das estratégias de descentralização das políticas públicas, o momento presente desafia os assistentes sociais a “se qualificarem para acompanhar, atualizar e explicar as particularidades da questão social nos níveis nacional, regional e municipal” (IAMAMOTO, 2001, p. 41). Considerando que o assistente social é chamado a responder a demandas variadas e mutantes, torna-se imperiosa a permanente qualificação profissional, estando, portanto, correta a alternativa **E**.

## REFERÊNCIAS

CAMARGO, Marisa. **Configurações do processo de trabalho em que participa o assistente social na saúde coletiva no espaço sócio-ocupacional da atenção básica**. Dissertação (Mestrado

em Serviço Social). Faculdade de Serviço Social. Programa de Pós-Graduação em Serviço Social. Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul. Porto Alegre, 2009.

IAMAMOTO, Marilda Villela; CARVALHO, Raul de. **Relações Sociais e Serviço Social no Brasil:** esboço de uma interpretação histórico-metodológica. 19. ed. São Paulo: Cortez, 2006. 380 p.

\_\_\_\_\_. **Serviço Social em tempo de capital fetiche:** capital financeiro, trabalho e questão social. 2. ed. São Paulo: Cortez, 2008, 495 p.

\_\_\_\_\_. **O Serviço Social na contemporaneidade:** trabalho e formação profissional. 4. ed. São Paulo: Cortez, 2001, 326 p.



### QUESTÃO 21



A partir da Constituição Federal de 1988, uma nova configuração social se apresenta no cenário brasileiro, sobretudo para as políticas públicas, as quais vêm garantir, de forma efetiva, direitos antes concedidos como benesses e que remetiam a população usuária à situação de dependência. Nesse sentido, a assistência social passa a ser regulamentada pela Lei Orgânica da Assistência Social (LOAS, 1993). Desde então, novos conceitos e novos modelos passaram a vigorar no Brasil, com a assertiva do “direito de cidadania, com vistas a garantir o atendimento às necessidades básicas dos segmentos populacionais vulnerabilizados pela pobreza e pela exclusão social”.

Considerando as informações apresentadas, avalie as afirmativas a seguir.

- I. A assistência social representa uma política pública, componente da seguridade social.
- II. A seguridade social compreende o conjunto de ações integradas de iniciativa dos poderes públicos e da sociedade civil, destinadas a assegurar os direitos da população relativos à saúde, à previdência e à assistência social.
- III. A assistência social é parte integrante das ações que visam garantir direito de cidadania e igualdade de condições de vida a todos os brasileiros que dela necessitar.
- IV. O novo modelo da assistência social no Brasil integra ações de responsabilidade dos serviços públicos e privados para enfrentamento das situações de risco decorrentes da pobreza.

É correto o que se afirma em

- 
- A. I e IV, apenas.
  - B. II e III, apenas.
  - C. I, II e III, apenas.
  - D. II, III e IV, apenas.
  - E. I, II, III e IV.
- 

- \* **Gabarito: Alternativa E.**
- \* **Tipo de questão: Escolha combinada, com indicação da resposta correta.**
- \* **Conteúdos avaliados: Políticas Sociais, Seguridade Social, Assistência Social.**
- \* **Autora: Esalva Maria Silveira.**

## COMENTÁRIO

A assertiva I pode ser considerada correta, considerando que, em 1988, foi promulgada a nova constituição brasileira, que contou com forte apoio popular, que permitiu introduzir significativos avanços na área social. A Assistência Social passa a ser tratada como política pública, integrante da Seguridade Social, junto às políticas de Saúde e Previdência Social. O fato de alçar a Assistência Social à condição de política pública, direito do cidadão e dever do Estado implica a mudança de concepção da Assistência Social, retirando-a do campo da benemerência, do dever moral e do assistencialismo dos direitos sociais.

Reitera-se a escolha como correta, adotando-se a concepção de política pública tal como Potyara Pereira (1996, p. 130) a define: "linha de ação coletiva que concretiza direitos sociais declarados e garantidos em lei". É mediante as políticas públicas que são distribuídos ou redistribuídos bens e serviços sociais em resposta às demandas da sociedade e, por isso, o direito que as fundamenta. E, por último, recorre-se a Couto e Silva (2009, p. 31) quando diz que a assistência social assume um caráter de política pública a partir da Constituição de 1988 ao compor, juntamente com as políticas de saúde e previdência, o sistema de Seguridade Social.

A assertiva I poderá ser considerada incorreta caso queira distinguir-se o conceito de política pública e de política pública social. Então, políticas sociais se referem a ações que determinam o padrão de proteção social implementado pelo Estado, voltadas, em princípio, para a redistribuição dos benefícios sociais, visando a diminuição das desigualdades estruturais produzidas pelo desenvolvimento socioeconômico, bem como alcançar um certo patamar de equidade. Essa definição de política social se inscreve numa ação redistributiva, concepção política que não se perde no jogo do poder ou no desequilíbrio de forças, mas se insere numa ação estatal de alocação e distribuição de valores.

A assertiva II está correta porque a Constituição Federal, no artigo 194, refere que "A seguridade social compreende um conjunto integrado de ações de iniciativa dos Poderes Públicos e da sociedade, destinadas a assegurar os direitos relativos à saúde, à previdência e à assistência social" (BRASIL, 1988).

A assertiva III está correta tendo-se que, para Campos (2001, p. 13), a cidadania significa o "conjunto e a conjugação de direitos civis, sociais e políticos assegurados aos membros de uma determinada sociedade". Tais direitos adquirem efetividade através do exercício das liberdades individuais, da participação política e do acesso a bens de consumo e à proteção social pública. A partir da Constituição Federal de 1988, a Assistência Social ficou regulamentada pela Lei Orgânica da Assistência Social (LOAS). Desde então, novos conceitos e novos modelos passaram a vigorar no

Brasil, com a assertiva do “direito de cidadania, com vistas a garantir o atendimento às necessidades básicas dos segmentos populacionais vulnerabilizados pela pobreza e pela exclusão.

No contexto atual a Assistência Social pode ser uma política social que, orientando-se por padrões de universalidade e justiça e não de focalização, devolva a dignidade, a autonomia, a liberdade a todas as pessoas que se encontram em situações de exclusão e abra possibilidades para que adquiram condições de existir enquanto cidadãos e cidadãs. Neste sentido ela pode ser uma política social que contribui para a inclusão social e para a incorporação de uma cultura de direitos pela sociedade civil (PEREIRA, 2002).

A assertiva **IV** está correta, uma vez que a Constituição Federal de 1988, denominada de “Constituição Cidadã”, pelo reconhecimento e ampliação dos direitos sociais, trouxe inovações significativas ao instituir espaços de participação popular na formulação, gestão e controle das políticas sociais. Uma das principais inovações relacionadas à participação da sociedade civil nas decisões políticas é o controle social exercido pela população que se viabiliza por meio da participação de organizações representativas nos conselhos deliberativos (BRAVO, 2001).

## REFERÊNCIAS

ABRANCHES, Sergio H. Política Social e Combate à Pobreza: a teoria da prática. In: ABRANCHES, S.; SANTOS, W.G.; COMIMBRA, M. **Política Social e a Questão da Pobreza**. Rio de Janeiro: Zahar, 1987.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil** promulgada em 05 de Outubro de 1988. \_\_\_\_\_. **Lei Orgânica da Assistência Social** – Lei 8.742 de 07 de dezembro de 1993.

CAMPOS, Edval Bernardino Campos. Política Social e Cidadania. **Anais do 3º Congresso de Assistência Social da Amazônia**. Belém, 2001. Acesso em: 20 mai. 2011. Disponível em: [unb.revistainterambio.net.br/24h/pessoa/temp/anexo/1/112/118.doc](http://unb.revistainterambio.net.br/24h/pessoa/temp/anexo/1/112/118.doc).

COUTO, Berenice Roja; SILVA, Marta Borba. A política de assistência e o Sistema Único de Assistência Social: a trajetória da constituição da política pública. **O Sistema Único de Assistência Social: as contribuições à fundamentação e os desafios à implantação**. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2009.

PEREIRA, Potyara Amazoneida. Sobre a Política de Assistência Social no Brasil. In: BRAVO, Maria I.S.; PEREIRA, Potyara A.P. **Política Social e Democracia**. 2. ed. São Paulo: Cortez; Rio de Janeiro: UERJ, 2002.



### QUESTÃO 22

O momento conjuntural e as transformações sociais, políticas e econômicas pelas quais passa o Brasil exigem dos assistentes sociais intervenções que respondam às demandas das novas configurações societárias. A apropriação do conhecimento das variáveis conjunturais que compõem o planejamento social, dos métodos e das técnicas eficazes, constitui instrumento fundamental para que as administrações públicas possam atingir seus objetivos e as metas elegíveis como prioritárias.

Nessa perspectiva, o assistente social que for solicitado a trabalhar com planejamento social deve

- I. definir a síntese dos fatos e das necessidades que motivam o plano e a formulação de objetivos.
- II. prever que é possível resolver os problemas sociais com poucos recursos.
- III. prever as mudanças legais, institucionais e administrativas indispensáveis para a viabilidade do plano.
- IV. propor ações que visem atender demandas clientelistas.
- V. propor ações de caráter populista.

---

É correto apenas o que se afirma em

- A. I e II.
- B. I e III.
- C. II e V.
- D. III e IV.
- E. IV e V.

---

\* **Gabarito: Alternativa B.**

\* **Tipo de questão: Escolha combinada, com indicação da resposta correta.**

\* **Conteúdo avaliado: Planejamento Social.**

\* **Autoras: Ana Lúcia Suárez Maciel e Inês Amaro da Silva**

### COMENTÁRIO

Na contemporaneidade, o Serviço Social tem se deparado com um conjunto de demandas que lhe requisitam a construção, criativa e efetiva, de respostas e/ou propostas para intervenção qualificada na realidade social. Dentre essas demandas, destacamos o lugar privilegiado que o planejamento social tem ocupado no cenário das organizações ao qual o profissional está vinculado,

dentre elas, as organizações públicas. O planejamento social constitui-se em uma instância estratégica da intervenção profissional na realidade social e é condição para uma ação profissional competente, crítica e criativa, alinhada com a dinâmica da realidade e das necessidades e demandas sociais.

“O planejamento se realiza a partir de um processo de aproximações, que tem como centro de interesse a situação delimitada como objeto da intervenção profissional” (BATISTA, 2000, p. 27) e responde à necessidade de uma ação sistemática para responder a questões que colocam desafios de respostas mais complexas. Tais questões envolvem necessidades como a de utilizar recursos escassos para atender grandes problemas, de aplicar recursos disponíveis ou de fundamentar novos programas ente outras (BATISTA, 2000, p. 28).

O planejamento envolve uma racionalidade que se expressa em um conjunto de operações complexas e interligadas de reflexão, decisão, ação e retorno da reflexão. Esse processo se dá em um movimento contínuo de análise e síntese entre prioridades, meios e recursos disponíveis para consecução das finalidades, efetivação de metas e realização dos resultados desejados, em determinados períodos de tempo.

Para cada uma dessas fases metodológicas do processo de planejamento social (reflexão, decisão, ação e retorno da reflexão), existem instrumentos correspondentes. O Plano constitui-se no documento que expressa a dimensão mais ampla, é um instrumento normativo e político que contempla as decisões do nível estratégico e de caráter geral do sistema, as grandes linhas, as diretrizes gerais e os macro-objetivos que norteiam a instituição ou organização. Assim, após delimitação do objeto de planejamento (sobre o que planejar), o estudo da situação explora os fatos e as necessidades que motivam o plano numa perspectiva compreensiva e explicativa da realidade. A organização e a análise dos dados obtidos permitirão a identificação de prioridades de intervenção e a definição de objetivos e estabelecimento de metas (BATISTA, 2000, p. 43). Sendo assim, uma das requisições ao assistente social que vai trabalhar com planejamento social é a definição dos fatos e das necessidades que motivam o plano e a formulação de objetivos (item I). A descrição e a interpretação dos dados permitem apreender as prioridades relacionadas ao objeto; e a dialética, explicação e compreensão permitem identificar os pontos sobre os quais se deve atuar para que a ação seja eficaz e efetiva (BATISTA, 2000, p. 74).

Depreende-se, assim, que o planejamento social supõe a construção de uma ação intencional e transformadora na realidade social, rompendo com ações casuísticas e que têm como referência as manifestações imediatas dos fenômenos. Sendo assim, o planejamento constitui-se exatamente em instrumento de ruptura com ações clientelistas, paternalistas e assistencialistas, ao contrário do que afirma o item **IV**. O processo de elaboração e reelaboração do objeto compreende tomar a demanda institucional imediata como ponto de partida, a qual, na interação com as demandas dos demais agentes (usuários, técnicos), vai sendo desocultada/desmistificada/decodificada de modo a apreender as dimensões mais concretas da realidade e suas múltiplas determinações.

Assim, a alternativa correta é a questão **B**, pois, no processo de planejamento social, é condição precípua, na etapa de identificação das demandas, definir a síntese dos fatos e das necessidades que motivam o plano e a formulação de objetivos, bem como prever as mudanças legais, institucionais e administrativas indispensáveis para a viabilidade do plano, tendo em vista o espaço institucional onde o planejamento acontece (nesse caso, junto à administração pública).

No processo de planejamento, a implementação refere-se ao momento em que serão tomadas providências concretas para a realização do que foi planejado. A tarefa da implementação é criar condições favoráveis à implantação do plano. Envolve buscar, formalizar e incorporar recursos humanos, físicos, financeiros e institucionais que viabilizem o projeto, bem como garantir a instrumentalização jurídico-administrativa necessária (BATISTA, 2000, p. 104). Compreende-se assim que prever as mudanças legais, institucionais e administrativas indispensáveis para a viabilidade do plano é uma das solicitações ao profissional que vai atuar com planejamento social (item **III**).

O item **II** está incorreto, pois prever que é possível resolver os problemas sociais, apreendidos como expressões da questão social, com poucos recursos, revela desconhecimento acerca de

rubricas orçamentárias necessárias para o desenvolvimento de planos, programas ou projetos sociais. Há um mito de que a atuação no social dispensa investimento financeiro, o que não é verdadeiro, posto que se considerássemos apenas os profissionais como recursos necessários para o desenvolvimento de um projeto, por exemplo, teríamos que orçar o valor/hora desses profissionais e, também, os encargos sociais dos mesmos, gerando valores que, evidentemente, não poderão ser considerados escassos.

O planejamento deve ser real e factível. Embora uma das motivações do planejamento seja buscar uma adequada e efetiva aplicação dos recursos existentes para os fins a que se destinam e que, não raramente, as solicitações de planejamento respondam a necessidades de decidir sobre a aplicação de escassos recursos para solucionar grandes e/ou complexos problemas, o planejamento expressa a racionalidade técnica e política da decisão sobre a forma de garantir mais efetividade ao recurso disponível e não a previsibilidade de que seja possível resolver os problemas sociais com poucos recursos.

Os itens **IV** e **V** estão incorretos, pois o planejamento social, ao possuir uma dimensão política, ou seja, balizada pela intenção ético-política do profissional (no caso dos assistentes sociais, o seu projeto ético-político), distancia-se de propostas que afiancem o caráter clientelista e/ou populista dos projetos, já que se trabalha em uma perspectiva de que as iniciativas vinculadas ao poder público se ancoram no direito social do cidadão e, portanto, no dever do Estado em ofertar serviços públicos de qualidade e capazes de atender às demandas dos cidadãos.

## REFERÊNCIAS

BATISTA, Myrian Veras. **Planejamento Social: intencionalidade e instrumentação**. São Paulo: Veras Editora; Lisboa: CPIHTS, 2000.

MELO RICO, Elizabeth (org.). **Avaliação de Políticas Sociais: uma questão em debate**. São Paulo: Cortez, 1998.



### QUESTÃO 23

Os estudos de Antunes (2001) acerca da centralidade das transformações no mundo do trabalho esclarecem aspectos fundamentais da influência do toyotismo e do processo de mundialização no setor produtivo.

ANTUNES, R. **Os Sentidos do Trabalho**: ensaios sobre a afirmação e negação do trabalho. 5.ed. São Paulo: Boitempo Editorial, 2001 (fragmento).

A expansão do trabalho social combinado significa

- 
- A. a utilização do trabalho de imigrantes, negros e crianças.
  - B. a articulação do trabalho industrial com o setor de serviços.
  - C. o aumento progressivo do trabalho feminino no interior da classe trabalhadora.
  - D. a incorporação de trabalhadores de diversas partes do mundo no processo de produção e de serviços.
  - E. a ampliação das empresas multinacionais nos países “pobres” como estratégia de exploração de mão de obra barata.
- 

- \* **Gabarito: Alternativa D.**
- \* **Tipo de questão: Escolha simples, com indicação da alternativa correta**
- \* **Conteúdo avaliado: Modo de produção toyotista.**
- \* **Autora: Maria Beatriz Marazita.**

### COMENTÁRIO

A alternativa correta é **D**. A introdução de um novo padrão tecnológico – toyotismo – gerou profundas mudanças no modo de produção, nas condições de trabalho e de sua reprodução. É a chamada produção flexível, que altera o padrão rígido do fordismo mediante uma nova base técnica: a microeletrônica, digital e miniaturizada.

Jonh Persos, engenheiro americano da Força Aérea, em estudos realizados em 1949, vislumbrou a possibilidade de acoplar o computador à máquina – ferramenta universal, introduzindo o controle numérico, permitindo a precisão na produção.

Criou-se, assim, a possibilidade de automatizar a produção em pequena escala, quebrando o saber/poder do trabalhador na operação das máquinas. No modelo taylorista e fordista, a base de

linha de montagem era técnica: o saber do trabalhador era valorizado na medida em que lhe permitia operar as máquinas. Havia produção em massa e garantias salariais para manutenção do consumo.

O toyotismo apresenta um novo padrão tecnológico – microeletrônica –, produção flexível que altera o padrão rígido do fordismo, introduzindo o controle numérico através da produção automatizada em pequena escala. A programação computadorizada passou a ser uma força de trabalho de importância estratégica para as empresas, porque propiciou a articulação entre descentralização produtiva e avanço tecnológico através da rede microeletrônica de informações. Inverte a forma vertical do modelo fordista, introduzindo, assim, a produção flexível, que é horizontal, descentralizada e pode ser realizada através de formas terceirizadas e de subcontratação de pequenas e médias empresas, muitas vezes, com perfil semiartesanal e familiar.

O toyotismo é baseado em tecnologias intensivas, poupadoras de mão de obra e causa efeitos devastadores sobre a força de trabalho tais como: heterogeneização, fragmentação e complexificação da classe trabalhadora; aprofundamento do desemprego estrutural; perda salarial e retrocesso sindical.

Transformações radicais na reestruturação do mercado de trabalho ocorrem a partir da influência do toyotismo. Regimes e contratos flexíveis, redução do emprego regular, trabalho parcial, temporário, subcontratado, empregos de tempo integral com maior margem de direitos, tendências à qualificação e intelectualidade, ou seja, segundo Antunes (1999), desproletização do trabalho fabril e subproletarização do trabalho com tempo parcial sem direitos assegurados.

No âmbito da política, as consequências também foram danosas: queda dos índices de sindicalização e articulações coletivas. Ausência de alianças em favor do trabalhador; tendências neocorporativas e individuais ou econômico-corporativas, que impedem o encaminhamento dos projetos universais: não se forma uma consciência de classe; dificuldades de articulação dos sujeitos políticos e fratura de identidades.

As novas alterações no modo de produção do capital/trabalho, identificadas como revolução tecnológica, incorporam a extração da mais-valia absoluta, especialmente no setor terceirizado e familiar, com reserva inesgotável da força de trabalho, especialmente a feminina nas indústrias têxtil e eletrônica.

Segundo Mattoso (1995) e Harvey (1993), sobre as mudanças contemporâneas no mundo do trabalho, apontam para a insegurança no emprego, com redução da estabilidade, não prioridade do pleno emprego, destruição de empregos em plena expansão econômica; ampliação da desigualdade e redução dos benefícios sociais; insegurança de renda com a flexibilização de salários; queda nos gastos sociais e fiscais das empresas, deteriorização na distribuição de renda, crescimento da pobreza, insegurança no contrato de trabalho, insegurança nas formas de representação do trabalho; retrocesso nas conquistas democráticas.

Segundo análise de Yamamoto (2008), o novo padrão tecnológico acelera a corrida em busca do diferencial de produtividade; causa a mundialização da economia; exige um ajuste neoliberal imprimindo um novo perfil às políticas econômicas e industriais desenvolvidas pelo Estado. Estamos vivendo um regime de acumulação mundial predominantemente financeiro.

A alternativa **A** não está correta. A utilização do trabalho de imigrantes negros e crianças ocorre no Brasil, no final do século XIX, e atravessa a passagem para o século XX, em um outro contexto econômico, político e social – que foi marcado pela formação dos primeiros sindicatos, na agricultura e nas indústrias rurais. Esse processo se dá sob uma forte influência dos imigrantes que traziam os ares dos movimentos anarquistas e socialistas europeus para o país.

A alternativa **B** não é a correta. A afirmação remete a um outro momento histórico da relação entre Estado e sociedade civil identificado como capitalismo tardio ou maduro. O capitalismo tardio ou maduro caracteriza-se por um intenso processo de monopolização do capital, pela intervenção do estado na economia e no livre movimento do mercado, constituindo oligopólios privados (empresas) e estatais (empresas e fundações públicas), e expande-se após a crise de 1929-1932 e, sobretudo, após a segunda guerra mundial.

A alternativa **C** não é correta. A afirmativa está contextualizada na segunda metade do século XIX, quando a força de trabalho reagia à exploração extenuante, fundada na mais-valia absoluta, com a extensão do tempo de trabalho e, também, à expansão feminina no interior da classe trabalhadora.

A alternativa **E** não é correta. Não responde a afirmativa do autor, porque a ampliação das empresas multinacionais estão relacionadas às escolhas políticas dos governos no espaço nacional; o tempo histórico em que ocorrem as mudanças em diferentes formações sociais; a inserção do país na dinâmica do capitalismo é requisito da mundialização.

Na análise de Yamamoto (2008), as consequências foram a dissolução da unidade constitutiva do Estado e do capital nacional, atrativos às invasões estrangeiras, ponto de apoio para as empresas, subordinação das políticas nacionais a grupos mundiais.

## REFERÊNCIAS

ANTUNES, R. **Adeus ao trabalho?** Ensaios sobre as metamorfoses e a centralidade do mundo do trabalho. São Paulo: Cortez/UNICAMP, 1995.

\_\_\_\_\_, **Os sentidos do trabalho**. São Paulo: Boitempo, 1999.

IAMAMOTO, M.V. **Serviço Social em tempo de Capital Fetiche**. Capital Financeiro, trabalho e questão social. São Paulo: Cortez, 2008.

HARVEY, D. **A condição pós-moderna**. São Paulo: Loyola, 1993.

MATTOSO, J. **A desordem do trabalho**. São Paulo: Hucitec, 1995.



### QUESTÃO 24

A Política Nacional de Assistência Social (2004) revela conteúdos, princípios, diretrizes e objetivos da assistência social no sistema de Proteção Social Brasileiro. Em consonância com a Lei Orgânica da Assistência Social (1993), avalie se cada afirmação a seguir constitui um princípio ou uma diretriz da política de assistência.

- I. Supremacia do atendimento às necessidades sociais sobre as exigências de rentabilidade econômica.
- II. Universalização dos direitos sociais, a fim de tornar o destinatário da ação assistencial alcançável pelas demais políticas públicas.
- III. Participação da população, por meio de organização representativa, na formulação das políticas e no controle das ações em todos os níveis.
- IV. Divulgação ampla dos benefícios, serviços, programas e projetos assistenciais, bem como dos recursos oferecidos pelo poder público e dos critérios para sua concessão.
- V. Descentralização político-administrativa, cabendo a coordenação e as normas gerais à esfera federal e a coordenação e execução dos respectivos programas às esferas estadual e municipal, bem como a entidades beneficentes e de assistência social, garantindo o comando único das ações em cada esfera de governo, respeitando-se as diferenças e as características socioterritoriais locais.

São princípios da política de assistência apenas os descritos em

- 
- A. I, II e III.
  - B. I, II e IV.
  - C. I, IV e V.
  - D. II, III e V.
  - E. III, IV e V.

- 
- \* **Gabarito: Alternativa B.**
  - \* **Tipo de questão: Escolha combinada, com indicação da resposta correta.**
  - \* **Conteúdo avaliado: Política de Assistência Social.**
  - \* **Autora: Thaísa Teixeira Closs.**

## COMENTÁRIO

A Política Nacional de Assistência Social (2004) reafirma os princípios e diretrizes presentes na Lei Orgânica de Assistência Social – LOAS (1993), lançando as bases para a constituição do Sistema Único de Assistência Social.

Neste horizonte, a alternativa correta consiste na de letra **B** (itens **I**, **II** e **IV**), pois, como podemos observar no artigo 4º da LOAS, os princípios que norteiam esta política são os seguintes:

I - supremacia do atendimento às necessidades sociais sobre as exigências de rentabilidade econômica; II - universalização dos direitos sociais, a fim de tornar o destinatário da ação assistencial alcançável pelas demais políticas públicas; III - respeito à dignidade do cidadão, à sua autonomia e ao seu direito a benefícios e serviços de qualidade, bem como à convivência familiar e comunitária, vedando-se qualquer comprovação vexatória de necessidade; IV - igualdade de direitos no acesso ao atendimento, sem discriminação de qualquer natureza, garantindo-se equivalência às populações urbanas e rurais; V - divulgação ampla dos benefícios, serviços, programas e projetos assistenciais, bem como dos recursos oferecidos pelo Poder Público e dos critérios para sua concessão.

Em seu conjunto, tais princípios balizam a constituição de nova matriz para a assistência social, demarcando ser esta um campo de materialização de direitos, processada sob responsabilidade estatal, ou seja, uma política de proteção social (YASBEK, 2004). Por tanto, tais princípios situam-se no marco das definições constitucionais referentes à Seguridade Social brasileira, dentre os quais se destaca a universalidade no acesso a direitos e serviços sociais como uma perspectiva fundamental. No que tange especificamente a Assistência Social, essa é regida pelo princípio da não contributividade, ou seja, deve ser prestada ao conjunto da população que dela necessitar, sem quaisquer tipos de discriminação, contrapartida ou contribuição por parte dos seus usuários. Passemos à discussão dos princípios elencados na opção correta, buscando explicitar seus significados para área da assistência social.

A LOAS, ao afirmar a supremacia das necessidades sociais sobre a rentabilidade econômica (item **I** da questão) – desvinculando a prestação de serviços da contribuição –, insere ousadia e inovação para essa área, fato que não encontra precedentes na legislação social brasileira (COUTO, 2006). Assim, a assistência social caracteriza-se como uma política eminentemente social que visa ao atendimento das necessidades sociais básicas, necessitando, portanto, ser desmercadorizada (PEREIRA, 2001): seu destinatário deve usufruir de seus serviços como uma questão de direito e não de cálculo contratual.

Além disso, tal princípio aponta para a necessidade de articulação entre o econômico e o social (YASBEK, 2004), ou seja, significa uma apreensão articulada de como o conjunto das políticas adotadas na área econômica e social resultam em impactos positivos nas condições de vida da população, ou de forma inversa, impactam na (re)produção de desigualdades sociais.

No que tange a universalização dos direitos sociais e o alcance dos seus destinatários pelas demais políticas públicas (item **II** da questão), este princípio significa a garantia da ampliação de acesso a um conjunto de serviços e provisões, considerando que o atendimento às necessidades sociais transcende o âmbito desta política. Dessa forma, fica em evidência o papel proativo da assistência social junto às demais políticas, tendo em vista dar visibilidade às necessidades sociais dos segmentos atendidos e superar experiências de segregação dessa população, de privação do acesso a direitos fundamentais.

Nesse horizonte, a assistência social necessita ser planejada, gerida e executada de forma articulada com as demais políticas públicas. Coloca-se a importância da intersectorialidade, a qual significa a integração de diferentes políticas em torno de objetivos comuns, a efetivação de ações integradas no enfrentamento das desigualdades sociais, assim como uma proposta de gestão integrada de políticas públicas que requer vontade e decisão políticas dos agentes públicos para sua efetivação (COUTO, YASBEK et al, 2010).

Quanto à divulgação ampla das provisões sociais aportadas pela assistência social (item **IV** da questão), esse princípio aponta para a afirmação de uma lógica pública nessa área que rompa

com a tradição privatista e clientelista que marcou a trajetória dessa política. Trata-se do desafio de que essa política e suas provisões alcancem visibilidade junto à sociedade, em especial aos segmentos que dela necessitam.

No quadro societário brasileiro, marcado por profundas desigualdades, são vastos os segmentos destituídos de informação, trabalho e incidência política. Dessa forma, a socialização de informações é um pressuposto básico do acesso a direitos e também base para a construção de uma cultura política que fortaleça o acesso às provisões sociais sob a ótica da cidadania.

No que tange as respostas presentes nas letras **A**, **C**, **D**, **E** da questão em tela, essas estão incorretas porque elencam como opções os itens **III** e **IV**, os quais se constituem em diretrizes da política de assistência social. Podemos visualizar estas diretrizes no artigo 5º da LOAS:

I - descentralização político-administrativa para os Estados, o Distrito Federal e os Municípios, e comando único das ações em cada esfera de governo; II - participação da população, por meio de organizações representativas, na formulação das políticas e no controle das ações em todos os níveis; III - primazia da responsabilidade do Estado na condução da política de assistência social em cada esfera de governo.

As diretrizes presentes na LOAS voltam-se para a operacionalização da política de assistência social, ou seja, consistem em diretrizes através das quais as ações governamentais na área da assistência social devem ser organizadas e realizadas.

Dessa forma, a participação da população no controle e na execução da política de assistência social (item **III** da questão) se materializa através da gestão compartilhada dessa política, envolvendo o Estado e a sociedade civil. Tal gestão é viabilizada através de espaços e instâncias de controle social, tais como os conselhos e conferências, nos três níveis federativos.

A participação da população representa a possibilidade da gestão democrática desta política, pautada no debate público, no controle de orçamentos e fundos, na adequação de suas ações às necessidades sociais de seus destinatários. Para tanto, é fundamental a organização e mobilização social dos segmentos que participam do controle social (usuários, trabalhadores, gestores, entidades assistenciais) em torno da defesa dos princípios dessa política, bem como a realização de ações de educação permanente que potencializem a participação e poder decisórios efetivados nesses espaços, em especial fortalecendo a atuação dos usuários dessa política.

Já o item **IV** da questão refere-se à perspectiva da descentralização da política de assistência social, a qual visa garantir a capilarização dos serviços sociais públicos, ou seja, torná-los mais acessíveis, próximos e atentos às realidades locais e regionais. Além disso, a proximidade dos serviços e mesmo da gestão municipal favorece o controle público das ações e serviços assistenciais, bem como a adequação dos orçamentos e investimentos entre outros aspectos. Assim, a descentralização pressupõe um pacto federativo entre as esferas de governo, delimitando atribuições e também recursos para a efetividade e ampliação da rede socioassistencial.

Nesse quadro, ressalta-se a importância da habilidade e da capacidade gestora da esfera municipal, tendo em vista efetivar a primazia do Estado na condução da política e o comando único da política em cada esfera de governo. A realização de diagnósticos e planejamentos locais e a definição de parâmetros para a participação das entidades assistenciais na rede de serviços municipais são ações fundamentais nessa direção.

## REFERÊNCIAS

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate a Fome – MDS. Secretaria Nacional de Assistência Social. **LOAS anotada**. Brasília, 2009. Disponível em: [http://www.mds.gov.br/assistenciasocial/biblioteca/folder\\_summary\\_view?b\\_start:int=0&-C=](http://www.mds.gov.br/assistenciasocial/biblioteca/folder_summary_view?b_start:int=0&-C=). Acesso em: 27 fev. 2011.

COUTO, B. R. **O direito social e a Assistência Social na Sociedade Brasileira: uma equação possível?** 2. ed. São Paulo: Cortez, 2006.

\_\_\_\_\_; YAZBEK, M. C.; SILVA, M. O. da S.; DEGENSZAJN, R. R. **O Sistema Único de Assistência Social no Brasil**: uma realidade em movimento. 1. ed. São Paulo: Cortez, 2010. v. 01. 301 p.

PEREIRA, P. A. Sobre a política de assistência Social. In: PEREIRA, P. A. (org.). **Política Social e Democracia**. São Paulo: Cortez; Rio de Janeiro: UERJ, 2001.

YAZBEK, Maria Carmelita. As ambiguidades da Assistência Social brasileira após dez anos de LOAS. **Serviço Social e Sociedade**. São Paulo: Cortez, 77, março, ano XXV, 2004.

### QUESTÃO 25

As políticas sociais como modalidades de intervenção do Estado permitem aos cidadãos acessar recursos, bens e serviços sociais necessários, sob múltiplos aspectos e dimensões da vida, tais como: social, econômico, cultural, político e ambiental.

#### PORQUE

As políticas sociais públicas, como reguladoras e fiadoras das relações entre produção e reprodução social, são respostas que o Estado oferece às expressões da “questão social” situando-se no confronto de interesses de grupos e classes sociais.

Analisando a relação proposta entre as duas asserções acima, assinale a alternativa correta.

- 
- A. As duas asserções são proposições verdadeiras, e a segunda é uma justificativa correta da primeira.
  - B. As duas asserções são proposições verdadeiras, mas a segunda não é uma justificativa correta da primeira.
  - C. A primeira asserção é uma proposição verdadeira, e a segunda é uma proposição falsa.
  - D. A primeira asserção é uma proposição falsa, e a segunda é uma proposição verdadeira.
  - E. As duas asserções são proposições falsas.
- 

- \* **Gabarito: Alternativa A.**
- \* **Tipo de questão: Escolha simples, com indicação da alternativa correta.**
- \* **Conteúdos avaliados: Fundamentos das Políticas Sociais Públicas.**
- \* **Autor: Giovane Antonio Scherer.**

### COMENTÁRIO

A alternativa **A** está correta, uma vez que a primeira asserção se refere a uma forma de intervenção Estatal que possibilita ao cidadão o acesso a bens e serviços que respondam às suas necessidades sociais. Nesse sentido, Pereira (2009) afirma que, mediante as políticas sociais, os direitos sociais se concretizam e necessidades humanas são atendidas na perspectiva da cidadania ampliada. Dessa forma, é através da política social que se tem acesso aos direitos sociais, tornando-os possíveis de serem assegurados em uma realidade concreta, por meio dos diversos desdobramentos das políticas sociais públicas.

A política social pública refere-se à política de ação que visa atender um diverso leque de necessidades que são produzidas e reproduzidas pela sociedade capitalista e vivenciadas das mais

variadas formas pelos sujeitos (PEREIRA, 2009). Sendo assim, a Política Social constitui-se em uma intervenção, com a presença do Estado, no enfrentamento às múltiplas expressões da Questão Social que os indivíduos são afetados nas diversas dimensões da sua vida. Nessa perspectiva, a Questão Social é compreendida como o conjunto das expressões das desigualdades e resistências presentes na sociedade capitalista madura, que tem raiz comum: a produção social e cada vez mais coletiva, o trabalho torna-se mais amplamente social, enquanto a apropriação dos seus frutos mantém-se privado, monopolizado por uma parte da sociedade (IAMAMOTO, 2007). Dessa forma, as políticas sociais representam um espoco genérico com a presença do Estado e outros diversos agentes “interessados” no atendimento às demandas e exigências, não exclusivamente democrático-cívicas presentes na sociedade (PEREIRA, 2009).

O Estado representa instância fundamental à universalização das Políticas Sociais Públicas, embora, nas últimas décadas, este vem se retraindo em suas funções devido à ofensiva neoliberal, que busca o desmonte das políticas públicas na subordinação dos direitos a uma lógica orçamentária (IAMAMOTO, 2007; BEHRING, 2008). Diante desse contexto, é necessário compreender o Estado como um conjunto de relações, criado e recriado, num processo histórico tenso e conflituoso, em que grupos, classes ou frações de classes se confrontam na defesa de seus ideais particulares, sendo o Estado uma arena de conflito de interesses (PEREIRA, 2001). Compreendendo o Estado como a condensação de lutas históricas, estando, em grande parte, sob domínio capitalista, as Políticas Sociais Públicas se constituem em formas de regulação social presentes na sociedade. Pereira (2001, p. 26) compreende o conceito de regulação social como:

Processos e meios pacíficos de controle ou ajustamento social pelos quais o Estado leva os membros da sociedade a adotarem comportamentos, idéias, relações e práticas compatíveis com a lógica do sistema social do qual fazem parte. No capitalismo, a política social é um dos principais meios pacificadores de regulação da vida cotidiana [...].

Dessa forma, as Políticas Sociais, apesar de representarem o resultado de uma luta histórica no enfrentamento as múltiplas expressões da Questão Social, representam também uma forma de regulação dos sujeitos que são afetados diretamente pelas falhas do modo de produção capitalista, corroborando e fortalecendo, em grande parte, esse modo de produção. A constituição de Políticas Sociais decorre de conflito de interesses antagônicos entre Estado e Sociedade, não podendo ser compreendida a serviço exclusivo dessa ou daquela classe, pois ela representa um conceito dialeticamente contraditório, simultaneamente positivo e negativo (PEREIRA, 2009).

Considerando essas relações, no que tange o debate sobre as Políticas Sociais Públicas, a alternativa **A** mostra-se correta, uma vez que considera, em sua primeira asserção, a Política Social Pública como uma possibilidade de acesso a bens e serviços necessários, em determinados aspectos, para a reprodução do sujeito dentro do sistema capitalista. A segunda asserção justifica a primeira no momento em que explica que tais políticas são respostas dadas pelo Estado à questão social, considerando as Políticas Sociais Públicas como formas de regulação das relações de interesses na sociedade capitalista.

A alternativa **B** pode ser considerada falsa, uma vez que, mesmo considerando as duas questões verdadeiras, não considera a segunda asserção como uma justificativa correta da primeira. Isso é: não considera que as políticas sociais públicas permitem aos cidadãos acessar recursos, bens e serviços sociais, por serem meios de regulação das relações no âmbito da sociedade capitalista, no enfrentamento à “questão social” em meio a interesses diversos.

A alternativa **C** refere que a segunda asserção é falsa, isso é, não considera as políticas sociais públicas como respostas às expressões da questão social, situando-se em uma relação de interesses opostos. A alternativa **D** mostra-se incorreta por não considerar correta a asserção que afirma que as políticas sociais são formas de o sujeito acessar determinados bens e serviços necessários para a sua reprodução na sociedade capitalista. Da mesma forma, a alternativa **E** mostra-se falsa por não considerar nenhuma das afirmativas corretas.

## REFERÊNCIAS

BEHRING, Elaine Rossetti. **Brasil em Contrarreforma: Desestruturação do Estado e Perda de Direitos**. 22. ed. São Paulo: Cortez, 2008.

IAMAMMOTO, Marilda Vilela. **Serviço Social em tempo de capital fetiche: capital financeiro, trabalho e questão social**. 2. ed. São Paulo: Cortez, 2007.

PEREIRA, Potyara A. **Política Social: Temas e Questões**. 2. ed. São Paulo: Cortez, 2009.

\_\_\_\_\_. Estado, regulação Social e Controle Democrático. In: BRAVO, Inês S.; PEREIRA, Potyara A. **Política Social e Democracia**. São Paulo: Cortez, 2001.



### QUESTÃO 26

O Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA, 1990) prevê medidas socioeducativas aos adolescentes que cometeram ato infracional. O conflito com a lei está atrelado diretamente à questão social e suas diversas expressões, cerne do trabalho do assistente social. Assim, com base no que prevê o ECA, em seu capítulo IV, há cinco diferentes medidas socioeducativas que o adolescente poderá cumprir, entre elas a internação.

CRESS 7ª Região. **Assistente social:** ética e direitos.  
Coletânea de Leis e Resoluções, volume I. 5. ed. rev. e at.  
Rio de Janeiro: 2008 (adaptado).

A internação, medida socioeducativa mencionada no texto,

- 
- A. é de, no mínimo, seis meses quando aplicada a adolescente.
  - B. deve ser aplicada a crianças e adolescentes que estiverem em conflito com a lei.
  - C. deve ser uma medida privativa de liberdade que não pode exceder a três anos.
  - D. permite ao adolescente internado livre convívio com os familiares nos fins de semana.
  - E. é uma medida de semiliberdade, que pode ser cumprida em locais exclusivos para adolescentes.

- 
- \* **Gabarito: Alternativa C.**
  - \* **Tipo de questão: Escolha simples, com indicação da alternativa correta.**
  - \* **Conteúdos avaliados: Direitos da Criança e do Adolescente.**
  - \* **Autora: Patrícia Krieger Grossi.**

### COMENTÁRIO

A alternativa **A** está errada, pois não existe um período mínimo de internação e sim um período máximo de internação previsto no Estatuto da Criança e do Adolescente. De acordo com o artigo 122 do ECA, a medida de internação só poderá ser aplicada quando tratar-se de ato infracional cometido mediante grave ameaça ou violência a pessoa, ou por reiteração no cometimento de outras infrações graves. Se o adolescente descumprir alguma medida anteriormente imposta, por exemplo, medida socioeducativa de prestação de serviços comunitários, que é cumprida em regime aberto, ao adolescente pode ser aplicada uma medida de internação, que, nessa situação, não poderá exceder o período de três meses (vide art. 122, inciso 1º).

A alternativa **B** está errada, pois a medida socioeducativa, seja ela de advertência, obrigação de reparar o dano, prestação de serviços à comunidade, inserção em regime de semiliberdade

ou internação em estabelecimento educacional, não pode ser aplicada a crianças, somente a adolescentes (a partir de 12 anos). Ao ato infracional praticado por crianças, corresponderão às medidas previstas no art. 101 do ECA, que consistem nas medidas protetivas a seguir:

- I. encaminhamento aos pais ou responsável, mediante termo de responsabilidade;
- II. orientação, apoio e acompanhamento temporários;
- III. matrícula e frequência obrigatórias em estabelecimento oficial de ensino fundamental;
- IV. inclusão em programa comunitário ou oficial de auxílio à família, à criança e ao adolescente;
- V. requisição de tratamento médico, psicológico ou psiquiátrico, em regime hospitalar ou ambulatorial;
- VI. inclusão em programa oficial ou comunitário de auxílio, orientação e tratamento a alcoólatras e toxicômanos;
- VII. acolhimento institucional (redação dada pela Lei nº 12.010, de 2009);
- VIII. inclusão em programa de acolhimento familiar (redação dada pela Lei nº 12.010, de 2009);
- IX. colocação em família substituta (incluído pela Lei nº 12.010, de 2009).

A alternativa **C** está correta, pois a medida de internação é uma medida de privação de liberdade caracterizada pelos princípios de brevidade, excepcionalidade e respeito à condição peculiar de desenvolvimento (vide art. 121 do ECA), portanto não poderá exceder, em nenhuma hipótese, o prazo de três anos (art. 121, inciso 3º).

A alternativa **D** está incorreta, pois, apesar de estar previsto no ECA, o direito a visitas semanais de familiares e/ou amigos (art. 124), a autoridade judiciária poderá suspender temporariamente a visita, inclusive de pais e/ou responsável, se existirem motivos sérios e fundados de sua prejudicialidade aos interesses do adolescente (art. 124, inciso 2º). Caberá à equipe técnica do estabelecimento no qual o adolescente está cumprindo medida de internação determinar também se esse adolescente terá o direito a visitar seus familiares nas suas casas aos finais de semana conforme critérios estabelecidos pela equipe.

A alternativa **E** está incorreta, pois a medida de semiliberdade é uma forma de transição para o meio aberto, possibilitando ao adolescente a realização de atividades externas, independentemente de autorização judicial. Nem todos os adolescentes com medida de internação têm possibilidade de realização de atividades externas. Enquanto a internação deverá ser cumprida em entidade exclusiva para adolescentes (art. 123), a medida de semiliberdade deve, sempre que possível, utilizar os recursos existentes na comunidade (art. 120).

## REFERÊNCIAS

BRASIL. **Estatuto da Criança e do Adolescente**. Lei 8.069/1990, de 13/07/1990. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/Leis/L8069.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L8069.htm). Acesso em: 16 mai. 2011.

### QUESTÃO 27

Os artigos 182 e 183 da Constituição Federal estabelecem parâmetros para a política urbana, os quais estão regulamentados na Lei nº 10.257, de julho de 2001, o Estatuto da Cidade. De acordo com essa Lei, avalie se cada um dos itens a seguir constitui uma diretriz para a elaboração da política urbana.

- I. - Planejamento do desenvolvimento das cidades.
- II. - Regularização fundiária e urbanização de áreas ocupadas por população de baixa renda.
- III. - Desapropriação de solo urbano para fins da constituição de zonas de interesse social.
- IV. - Instituição do imposto territorial progressivo para terrenos subutilizados nas zonas urbanas centrais da cidade.
- V. - Integração e complementaridade entre as atividades urbanas e rurais, tendo em vista o desenvolvimento socioeconômico do município e do território sob sua área de influência.

Estão corretos apenas os itens

- 
- A. I, II e III.
  - B. I, II e V.
  - C. I, III e IV.
  - D. II, IV e V.
  - E. III, IV e V.

- 
- \* **Gabarito: Alternativa B.**
  - \* **Tipo de questão: Escolha combinada, com indicação da resposta correta.**
  - \* **Conteúdos avaliados: Estatuto da Cidade e Política Urbana.**
  - \* **Autoras: Ana Lúcia Suárez Maciel e Nilene Maria Nalin.**

### COMENTÁRIO

A Constituição Federal, através da Lei nº 10.257, de 10 de julho de 2001, regulamenta os artigos 182 e 183 e rege que

A política de desenvolvimento urbano, executada pelo poder público municipal, conforme as diretrizes gerais fixadas em lei, tem por objetivo ordenar o pleno desenvolvimento das funções sociais da cidade e garantir o bem-estar de seus habitantes (2009, p. 122).

O Congresso Nacional aprovou o Estatuto da Cidade, após onze anos de tramitação, regulamentando os capítulos da política urbana (artigos 182 e 183) na Constituição Federal de 1988. Encarregada pela Constituição de definir o que significa cumprir “a função social da cidade e da propriedade urbana”, a lei atribui essa tarefa aos municípios, oferecendo às cidades um conjunto inovador de instrumentos de intervenção e ordenamento de seus territórios, além de uma nova concepção de planejamento e gestão urbana e territorial.

O referido Estatuto é dividido em cinco capítulos que contemplam: Diretrizes Gerais (capítulo I, artigos 1º a 3º); Instrumentos da Política Urbana (capítulo II, artigos 4º a 38); Plano Diretor (capítulo III, artigos 39 a 42); Gestão Democrática da Cidade (capítulo IV, artigos 43 a 45); e Disposições Gerais (capítulo V, artigos 46 a 58).

Segundo o Ministério das Cidades, “O Estatuto da Cidade é a Lei Federal de desenvolvimento urbano exigida constitucionalmente, que regulamenta os instrumentos de política urbana e devem ser aplicados pela União, Estados e especialmente pelos municípios” (2005, p. 27). Para tanto, o Estatuto estabelece um conjunto de princípios, diretrizes gerais e instrumentos que possuem o papel de nortear a política urbana em todo o território nacional.

Em relação à questão em análise, os itens **I**, **II** e **V**, indicados pela letra **B**, fazem parte de um conjunto de dezesseis diretrizes gerais, conforme o art. 2º da Constituição Federal, portanto é a alternativa correta. A seguir apresentam-se as três diretrizes, estabelecendo um breve comentário relativo a cada uma delas.

**I** – Planejamento do desenvolvimento das cidades, da distribuição espacial da população e das atividades econômicas do município e do território sob sua área de influência, de modo a evitar e corrigir as distorções do crescimento urbano e seus efeitos negativos sobre o meio ambiente.

O Estatuto da Cidade compreende o crescimento e desenvolvimento urbano como um processo que pressiona o equilíbrio social e ambiental. A prática do planejamento urbano, portanto, mais do que estabelecer modelos ideais de funcionamento das cidades, deve contemplar os conflitos e possuir uma função de correção dos desequilíbrios de todas as ordens que são causados pela urbanização. Nesse sentido, deve haver uma compreensão integrada do desenvolvimento urbano e econômico, incluindo as relações entre as regiões urbanizadas e as áreas sob sua influência direta.

**II** – Regularização fundiária e urbanização de áreas ocupadas por população de baixa renda mediante o estabelecimento de normas especiais de urbanização, uso e ocupação do solo e edificação, consideradas a situação socioeconômica da população e as normas ambientais.

Essa diretriz visa efetivar o direito à moradia de milhões de brasileiros que vivem em condições precárias e sem nenhuma segurança jurídica de proteção ao direito de moradia nas cidades, em razão dos assentamentos urbanos em que vivem serem considerados ilegais e irregulares pela ordem legal urbana em vigor. Mediante essa diretriz, o Estatuto da Cidade aponta para a necessidade da constituição de um novo marco legal urbano que constitua uma proteção legal ao direito à moradia para as pessoas que vivem nas favelas, nos loteamentos populares, nas periferias e nos cortiços, a partir da legalização e da urbanização das áreas urbanas ocupadas pela população considerada pobre.

**V** – Integração e complementaridade entre as atividades urbanas e rurais, tendo em vista o desenvolvimento socioeconômico do município e do território sob sua área de influência.

Essa diretriz afirma a responsabilidade do município em relação ao controle do solo das zonas rurais e urbanas, na perspectiva do crescimento econômico e do desenvolvimento social, unindo ambas as áreas. Também deve-se levar em conta a relação de dependência entre as regiões urbanas e rurais, estendendo as premissas do Estatuto para além da região urbanizada do município, integrando os diferentes recursos que a cidade oferece.

Os itens **III** e **IV** não fazem parte das diretrizes gerais da política urbana, mas, conforme o artigo 4º da Constituição Federal, da Lei 10.257/01, são considerados instrumentos. Enquanto as diretrizes oferecem uma noção ampla da política urbana, os instrumentos, por sua vez, definem os

passos que os entes públicos deverão seguir para concretizar as diretrizes ou princípios da referida política e garantir os direitos estabelecidos pela Carta Magna. Para tanto se prevê:

**III – Desapropriação de solo urbano para fins da constituição de zonas de interesse social.** O poder público municipal poderá efetuar essa desapropriação no caso de o proprietário deixar de cumprir com a obrigação de conferir uma destinação social à sua propriedade urbana, nos termos e prazos estabelecidos no plano urbanístico local, após o término do prazo máximo de cinco anos de aplicação do imposto predial e territorial urbano progressivo no tempo. De acordo com o art. 8º do Estatuto da Cidade, a desapropriação para fins de reforma urbana poderá ser procedida pelo município, quando transcorridos cinco anos do IPTU progressivo, sem que o proprietário tenha cumprido a obrigação de cobrança, edificação ou utilização.

**IV – Instituição do imposto territorial progressivo para terrenos subutilizados nas zonas urbanas centrais da cidade.** O imposto predial e territorial urbano progressivo no tempo, como sanção ao proprietário que não destinou sua propriedade a uma função social, tem natureza extrafiscal. Seu objetivo é motivar a utilização devida da propriedade urbana, de modo a garantir, nos termos do Plano Diretor e do plano urbanístico local, o cumprimento da função social da propriedade. A finalidade do poder público municipal na utilização do IPTU progressivo no tempo não é a arrecadação fiscal, mas sim a de induzir o proprietário do imóvel urbano a cumprir com a obrigação estabelecida no plano urbanístico local, de parcelar ou edificar, de utilizar a propriedade urbana de forma a atender sua função social.

Existem outros instrumentos importantes da política urbana, entre os quais: o Plano Diretor da Cidade, o Plano Plurianual, as Diretrizes Orçamentárias e Orçamento Anual, os Planos de Habitação de Interesse Social, as Conferências de Habitação e das Cidades, dentre outros estabelecidos por lei. É importante reiterar que, a partir de 2005, passou a ser obrigatório aos municípios, com mais de 20 mil habitantes e aos Estados que desejarem fazer uso do Fundo Nacional de Habitação de Interesse Social, a elaboração dos Planos de Habitação de Interesse Social. Além desses Planos, tanto os municípios quanto os Estados deverão definir os Conselhos Locais de Habitação de Interesse Social, bem como os Fundos de Habitação de Interesse Social.

Assim, através do cumprimento do conjunto de diretrizes e instrumentos defendidos pelo Estatuto da Cidade, poder-se-á concretizar a gestão das cidades, fazendo com que essas se tornem mais justas, equitativas, democráticas e participativas. Conclui-se, portanto, que o Estatuto da Cidade é uma legislação vocacionada para a democratização do acesso e a garantia do direito do cidadão à moradia, assentada em uma preocupação com o futuro da política urbana do nosso país.

## REFERÊNCIAS

BRASIL. **Estatuto da Cidade:** guia para a implementação pelos municípios e cidadãos. 3. ed. Brasília: Câmara dos Deputados.Coordenação de Publicações, 2005.

\_\_\_\_\_. **Coletânea de Legislação Administrativa, Constituição Federal.** MEDAUAR, Odete (org.). 9. ed. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2009.



### QUESTÃO 28

O Brasil tem obtido avanços em relação ao tratamento dado às denúncias relativas à violência contra a mulher, com medidas, como, por exemplo, a instituição da Lei nº 11.340/2006, a chamada Lei Maria da Penha. No entanto, existe um tipo de violência difícil de combater, que incide sobre a identidade social das mulheres, que é a violência simbólica, que

- 
- A. expõe a mulher de forma negativa por meio da calúnia, difamação ou injúria.
  - B. retém ou destrói seus bens pessoais, recursos econômicos, objetos e documentos pessoais.
  - C. impõe comportamentos e papéis sociais resultantes da lógica de dominação do masculino sobre o feminino em toda a esfera social.
  - D. causa dano emocional, diminui a autoestima, humilha, persegue, controla suas ações, manipula, compromete sua autodeterminação.
  - E. constrange a mulher mediante intimidação, ameaça ou uso da força, para induzi-la a exercer sua sexualidade ou a limitar seus direitos reprodutivos.
- 

- \* **Gabarito: Alternativa C.**
- \* **Tipo de questão: Escolha simples, com indicação da alternativa correta.**
- \* **Conteúdos avaliados: Violência de gênero e Lei Maria da Penha.**
- \* **Autora: Patrícia Krieger Grossi.**

### COMENTÁRIO

A alternativa **A** está errada, pois a exposição da mulher de forma negativa através da calúnia, difamação ou injúria consiste em violência moral (vide artigo 7º, inciso V, da Lei Maria da Penha).

A alternativa **B** está errada, pois qualquer conduta que configure retenção, subtração, destruição parcial ou total dos objetos da mulher, como instrumentos de trabalho, documentos pessoais, bens, valores ou recursos econômicos configura-se como violência patrimonial (vide art. 7º, inciso IV, da Lei Maria da Penha).

A alternativa **C** está correta, pois a violência simbólica é reproduzida graças à ideologia naturalizadora e reprodutora das desigualdades sociais pautadas em papéis tradicionais de gênero, reforçadas pelo machismo e patriarcado, ainda presentes em nossa sociedade, que situam a mulher em uma condição subalternizada. Para Almeida (2007, p. 29), a dimensão simbólica é fundamental para a compreensão da violência contra a mulher.

Forjada em um campo de forças mais amplo, vivida em limites geográficos extremamente restritos, com as características peculiares assinaladas, a ordem simbólica favorece o exercício da

exploração e da dominação, por limitar a possibilidade de apreensão de novos referenciais simbólicos e de construção de alianças. Dessa forma, a família e o espaço doméstico apresentam-se como território propício para o desenvolvimento da violência de gênero (ALMEIDA, 2007, p. 29-30).

A violência simbólica é altamente eficaz na reprodução das desigualdades de gênero, incidindo na menor remuneração salarial das mulheres pela mesma função exercida que os homens, pela atribuição dos cuidados dos filhos à mulher, resultando em sobrecarga com triplas jornadas de trabalho a que as mulheres são submetidas, menor participação no espaço político, entre outros. A violência simbólica implica disputa de poderes e deve ser compreendida dentro de uma perspectiva histórica e relacional, construída em bases hierarquizadas, refletindo na inserção desigual de mulheres e homens na estrutura familiar e societal, mediatizada por relações de classe social, etnia/raça, gênero, entre outras.

A alternativa **D** está errada, pois se trata da violência psicológica contra a mulher, que é definida na Lei Maria da Penha como

qualquer conduta que lhe cause dano emocional e diminuição da autoestima ou que lhe prejudique e perturbe o pleno desenvolvimento ou que vise degradar e controlar suas ações, comportamentos, crenças e decisões mediante ameaça, constrangimento, humilhação, manipulação, isolamento, vigilância constante, perseguição contumaz, insulto, chantagem, ridicularização, exploração e limitação do direito de ir e vir ou qualquer outro meio que lhe cause prejuízo à saúde psicológica e à determinação (art. 7º, inciso II).

A alternativa **E** está errada, pois se trata da violência sexual, caracterizada na Lei Maria da Penha como

qualquer conduta que a constranja a presenciar, a manter ou a participar de relação sexual não desejada, mediante intimidação, ameaça, coação ou uso da força; que a induza a comercializar ou a utilizar, de qualquer modo, a sua sexualidade, que a impeça de usar qualquer método contraceptivo ou que a force ao matrimônio, à gravidez, ao aborto ou à prostituição, mediante coação, chantagem, suborno ou manipulação; ou que limite ou anule o exercício de seus direitos sexuais e reprodutivos (art. 7º, inciso III, da Lei Maria da Penha).

A violência simbólica está relacionada à violência sexual, quando, no imaginário social, a mulher casada deve estar sempre disponível para a manutenção de relações sexuais com o marido, tornando difícil para muitas mulheres e/ou sociedade, em geral, conceber a existência de estupro marital. Muitas mulheres cedem aos desejos sexuais de seu cônjuge, companheiro e/ou namorado, na crença social de que é seu papel satisfazer suas necessidades sexuais, contrariando seus desejos e vontades. A fidelidade conjugal é ainda apontada como o primeiro fator precipitante da violência contra a mulher em recente pesquisa nacional da Fundação Perseu Abramo, realizada em 2010, que entrevistou homens e mulheres. Existe ainda uma dupla moral sexual na sociedade, que tolera mais o adultério masculino do que o feminino, relacionado aos papéis tradicionais de gênero.

## REFERÊNCIAS

ALMEIDA, Sueli Souza de (org.). **Violência de Gênero e Políticas Públicas**. Rio de Janeiro: Editora da UFRJ, 2007.

BRASIL. **Lei 11.340**. Lei Maria da Penha, de 07/08/2006.

### QUESTÃO 29

Analise a relação proposta entre as duas asserções a seguir, relativas aos procedimentos de pesquisa em serviço social.

A padronização e a neutralidade nos procedimentos garantem a cientificidade da investigação.

PORQUE

A pesquisa qualitativa trabalha com significados e o pesquisador deve entender o processo social nas transformações e determinações construídas historicamente pelos sujeitos.

Considerando a coerência das correntes da pesquisa social, as asserções fundamentam-se

- 
- A. em vertentes diferentes, no entanto se complementam, pois a padronização é necessária para delimitar as etapas do processo de apreensão da historicidade.
  - B. na mesma vertente, mas considerar a historicidade do sujeito rompe com a visão de neutralidade que é necessária à cientificidade da pesquisa social, bem como aos procedimentos de padronização.
  - C. em vertentes diferentes, pois apreender a historicidade exige procedimentos de pesquisa construídos em diálogo com o cenário social, o que rompe com a neutralidade e com a padronização de procedimentos.
  - D. na mesma vertente, pois, mediante padronização, chega-se aos dados quantitativos, enquanto os qualitativos, complementares a esses, são obtidos por meio da adoção de postura neutra pelo pesquisador.
  - E. em vertentes diferentes, porém, na pesquisa de teor qualitativo, as vertentes fundem-se em uma única, eclética e completa, na qual a combinação dos elementos depende do julgamento do pesquisador e de sua percepção de coerência perante o objeto.
- 

**Gabarito:** Alternativa C.

**Tipo de questão:** Escolha simples, com indicação da alternativa correta.

**Conteúdos avaliados:** Correntes em pesquisa social.

**Autora:** Leonia Capaverde Bulla.

### COMENTÁRIO

Na Questão 29, é solicitado que se analise a relação entre as duas asserções relativas aos procedimentos de pesquisa em Serviço Social. Examinando-se as duas asserções e considerando-se a coerência das correntes da pesquisa social, conclui-se que a alternativa de resposta **C** é a correta,

isto é, que as asserções fundamentam-se “em vertentes diferentes, pois apreender a historicidade exige procedimentos de pesquisa construídos em diálogo com o cenário social, o que rompe com a neutralidade e com a padronização de procedimentos”. Para analisar essa questão, torna-se necessário definir, em primeiro lugar, quais são as vertentes que fundamentam as duas asserções.

A primeira asserção busca seus fundamentos epistemológicos no Positivismo (MINAYO, 2007; TRIVIÑOS, 1995), que orienta o método empírico-analítico. Nas pesquisas orientadas por esse paradigma, a finalidade é a procura das causas dos fenômenos de natureza empírica, utilizando procedimentos das ciências analíticas. Esses procedimentos, de natureza quantitativa, visam à comprovação ou rejeição de hipóteses que se referem às relações entre as causas e os efeitos dos fenômenos observados, tendo em vista o estabelecimento de leis e teorias, que permitam antecipar, prever e controlar esses fenômenos. Esse processo, na visão positivista, levaria ao conhecimento científico verdadeiro (CUPANI, 1985; GAMBOA, 2007). Nessa corrente de pesquisa, a cientificidade da investigação seria garantida, especialmente, por dois procedimentos básicos: a padronização e a neutralidade científica.

A padronização dos procedimentos requer técnicas cuidadosas no fazer científico, assim definidas: a realização de um processo de amostragem probabilística, que conduz a uma amostra aleatória, representativa do universo que está sendo pesquisado; o uso de observação controlada, a utilização de instrumentos de pesquisa estruturados, devidamente testados e aferidos; o tratamento, a análise e a interpretação dos dados coletados, com apoio da lógica formal e de modelos estatísticos sofisticados. Toda essa formalização teria em vista o reconhecimento da validade científica e a aplicabilidade dos resultados da investigação.

Por outro lado, essa padronização de procedimentos garantiria um conhecimento objetivo, “alheio a qualquer traço de subjetividade” (TRIVIÑOS, 2007, p. 36). A padronização e a neutralidade estão, portanto, intimamente relacionadas. A neutralidade se concretizaria na relação de distanciamento entre o sujeito do conhecimento com o objeto que pretende conhecer. Esse procedimento permitiria a objetividade do investigador, que não interferiria no fenômeno a ser investigado, com sua subjetividade, seus valores e posicionamentos e que não se deixaria influenciar pela realidade que está sendo estudada. Esses pressupostos são criticados pelos pesquisadores que utilizam procedimentos predominantemente qualitativos.

A segunda asserção traz para a discussão um pressuposto fundamental da pesquisa qualitativa, a questão do significado do fenômeno que se pretende investigar e que não pode ser captado pela observação empírica ou pela percepção sensorial, nem comprovado por procedimentos experimentais, fugindo à lógica formal. O sentido ou sentidos precisam ser desvendados, sejam os interesses, os valores, as concepções, as experiências vividas pelos sujeitos, com a utilização de formas diferenciadas de produzir conhecimentos. Torna-se necessário ir além do fato observado, além do que é aparente e buscar a essência não aparente desse fato. Como enfatiza Lefebvre (1995, p. 222), quem investiga um fato não deve se “contentar em olhar ou mesmo observar as coisas. É preciso penetrar ativamente nelas”. A relação de proximidade entre o sujeito do conhecimento e o objeto que está sendo conhecido permite ao sujeito penetrar com mais profundidade no objeto, na busca de sua essência e dos sentidos que estão ocultos. Aliás, para a abordagem dialética, o sujeito e objeto são partes constituintes “da mesma totalidade” (MINAYO, 2007, p. 120), de modo especial, nas ciências humanas, que assume como objeto de conhecimento os seres humanos, sujeitos e atores da vida social, como o sujeito investigador.

O método dialético-crítico, uma das orientações da pesquisa qualitativa e abordagem utilizada, de forma predominante, pelo Serviço Social, busca o conhecimento dos significados do fenômeno, buscando interpretar seus sentidos, mas “não renuncia à origem empírica objetiva do conhecimento” (GAMBOA, 2002, p. 101). Esse método, que se fundamenta no Marxismo e na Dialética Materialista Histórica (MARX; ENGELS, 1982; FRIGOTTO, 2002), concebe a realidade em contínuo movimento e procura compreender todos os aspectos dessa realidade, tanto os objetivos como os subjetivos, tantos os da natureza física e viva como os do pensamento e da sociedade. Por ser materialista, esclarece

Gadotti (1997), o método dialético-crítico considera o mundo como uma realidade material (natureza e sociedade) em que o ser humano, o sujeito que conhece a realidade, tem de assumir, também, a tarefa de transformar. Isso significa que, no processo de produção do conhecimento, não se requer apenas a “elaboração de um saber explicativo e unificador, mas a construção de um conhecimento que contribua realmente para o processo de mudança e de transformação social” (BULLA, 1998, p. 15). Essa tarefa tem sido desempenhada pelo ser humano ao longo da história. Como lembra Kosik (1995, p. 218), “a premissa fundamental da história é que ela é criada pelo homem”, pois é na história que ocorrem mudanças e transformações. Como um ser social e histórico, através de seu trabalho, ele foi se apropriando da natureza e produzindo os bens necessários a sua sobrevivência, o que lhe deu condições de existir, de se reproduzir e de “fazer história” (MARX, ENGELS, 1982, p. 19). Dessa forma, o ser humano transforma o mundo, tornando-o mais humano e, nesse processo, ele transforma a si mesmo (VAZQUEZ, 1977). Como sujeitos ativos, os seres humanos, numa trama de relações, foram transformando as condições sociais e, dessa forma, “foram sendo gerados os progressos econômico e social, bem como toda uma cultura” especificamente humana (BULLA, 2003, p. 2). Destaca-se, portanto, o caráter transformador do sujeito humano frente à realidade social, como um dos pressupostos da abordagem dialético-crítica e base da categoria historicidade. Esse método, portanto, não tem como objetivo somente a compreensão do real, mas sim busca desvendá-lo para transformá-lo, ou seja, o método não segue uma postura de neutralidade diante da realidade pesquisada. A postura transformadora das pesquisas dialético-críticas é enfatizada por Gamboa (2004, p. 97) quando afirma que elas “manifestam um interesse transformador das situações ou fenômenos estudados, resgatando sua dimensão sempre histórica e desvendando suas possibilidades de mudança”. Essa postura supõe a participação ativa do sujeito no processo social, o diálogo do sujeito com os outros sujeitos, a interação dinâmica entre investigadores e atores que fazem parte da realidade que está sendo investigada, para penetrar no âmago dessa realidade, compreendê-la e dar sua contribuição para a sua transformação, o que retira dessa relação toda a pretensão de neutralidade. Trata-se de “uma relação dialética entre o sujeito e o objeto, em que se reconhece uma reciprocidade de influências entre esses dois elementos, tanto no processo de conhecimento da realidade, como na atividade prática que visa transformá-la” (BULLA, 2003, p. 3).

Para resolver a questão de validade e de reconhecimento de um conhecimento produzido de forma diversa, que rompe com pressupostos do Positivismo, paradigma dominante na ciência, Demo (1999) propõe uma atitude de objetivação, que supõe uma vigilância crítica do sujeito que está conhecendo, tentando ser o mais objetivo possível, mas sabendo que todo o conhecimento é complexo, tem determinantes, implicações, interesses subjacentes, valores e ideologias, que precisam ser reconhecidos. Mas, como acentua Minayo (2007, p. 62), se “a objetivação leva a repudiar o discurso ingênuo ou malicioso da neutralidade”, exige uma postura crítica do investigador no uso de métodos, instrumentos e técnicas de investigação. Essa atitude contrapõe-se à fetichização do método ou ao “reducionismo tecnicista” (GAMBOA, 2007, p. 47), que prima pela padronização e formalização dos procedimentos. Ao contrário, utiliza-se de todo o arcabouço tecnológico disponível para a produção do conhecimento, sem abdicar das exigências da lógica dialética aprofundadas por Lefebvre (1981) e do interesse e das ações libertadoras e transformadoras das abordagens dialético-críticas.

Pelos argumentos apresentados, ficou demonstrado que a alternativa **C** é a resposta correta. As alternativas **A** e **E**, como a alternativa **C**, carregam uma premissa correta, isto é, que as asserções apresentadas fundamentam-se em vertentes diferentes da pesquisa em Serviço Social, mas as conclusões são incorretas. Em relação à alternativa **A**, pelo que foi argumentado ao longo dos comentários anteriormente expostos, as duas vertentes se fundamentam em paradigmas diferentes, não se completam, não sendo a padronização necessária para delimitar as etapas do processo de apreensão da historicidade. Em relação à alternativa **E**, conclui-se que suas conclusões são incorretas, pois as pesquisas de teor qualitativo não se fundem, não adotam uma postura eclética e completa, nem pode haver combinação de elementos que dependam do julgamento ou da percepção do pesquisador em relação ao objeto, porque podem orientar-se por paradigmas diferentes, como,

por exemplo, a Fenomenologia (método fenomenológico-hermenêutico) e o Marxismo (método dialético-crítico). As alternativas de respostas **B** e **D** são igualmente incorretas, porque as premissas são falsas e as conclusões são incoerentes, considerando-se os fundamentos das correntes da pesquisa social e os argumentos apresentados no decorrer dos comentários sobre a alternativa correta à questão proposta.

## REFERÊNCIAS

- BULLA, Leonia Capaverde. Relações sociais e questão social na trajetória histórica do Serviço Social brasileiro. **Revista Virtual Textos & Contextos**, n. 2, dez. 2003. Porto Alegre: PPGSS/PUCRS, 2003.
- \_\_\_\_\_. Introdução. In: \_\_\_\_\_; BARRILI, Heloísa de Carvalho; ARAÚJO, Jairo Mello. **A pesquisa em Serviço Social e nas áreas humano-sociais**. Porto Alegre: EDIPUCRS, 1998.
- CUPANI, Alberto. **A crítica do Positivismo e o futuro da Filosofia**. Florianópolis: UFSC, 1985.
- DEMO, Pedro. **Introdução à metodologia da Ciência**. 6. ed. São Paulo: Atlas, 1999.
- FRIGOTTO, Gaudêncio. O enfoque da dialética materialista histórica na pesquisa educacional. In: FAZENDA, Ivani. **Metodologia da pesquisa educacional**. 3. ed. São Paulo: Cortez, 2002.
- GADOTTI, Moacir. **Concepção Dialética da Educação**. São Paulo: Cortez, 1997.
- GAMBOA, Silvio A. Sanchez. A dialética na pesquisa em Educação: elementos de contexto. In: FAZENDA, Ivani. **Metodologia da Pesquisa Educacional**. 3. ed. São Paulo: Cortez, 2002.
- \_\_\_\_\_. **Pesquisa em Educação: métodos e epistemologias**. Chapecó: ARGOS, 2007.
- KOSIK, Karel. **Dialética do Concreto**. 6. ed. São Paulo: Paz e Terra, 1995.
- LEFEBVRE, Henri. **Lógica formal e Lógica dialética**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1995.
- MARX, Karl; ENGELS, Friedrich Feuerbach. **Oposição das concepções materialista e idealista**. Lisboa: Avante, 1982. (Obras Escolhidas).
- MINAYO, Maria C. de S. (org.). **O desafio do conhecimento: pesquisa qualitativa em saúde**. 10. ed. São Paulo: Hucitec, 2007.
- TRIVIÑOS, Augusto N. S. **Introdução à pesquisa em Ciências Sociais: a pesquisa qualitativa em Educação**. São Paulo: Atlas, 1995.
- VAZQUEZ, Adolfo Sanchez. **Filosofia da práxis**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1977.

### QUESTÃO 30

De acordo com o Código de Ética Profissional (Resolução CRESS 273, de 13/03/93), que prevê, em seu capítulo V, artigo 18, o sigilo profissional como direito do assistente social e a proteção ao usuário quanto ao teor revelado em decorrência do exercício das funções profissionais, permite-se a quebra do sigilo apenas

- 
- A. diante de solicitação expressa dos familiares do usuário.
  - B. diante de solicitação dos responsáveis pela preservação dos interesses institucionais.
  - C. mediante autorização expressa da organização prestadora de serviços sociais.
  - D. perante situações cuja gravidade possa prejudicar interesses da coletividade.
  - E. em situações em que a revelação de detalhes se faça necessária para dirimir conflitos.
- 

- \* **Gabarito: Alternativa D.**
- \* **Tipo de questão: Escolha simples, com indicação da alternativa correta.**
- \* **Conteúdos avaliados: Ética profissional do Serviço Social e sigilo profissional.**
- \* **Autora: Maria Palma Wolff.**

### COMENTÁRIO

Sigilo profissional consiste numa “proibição legal de divulgar informações obtidas no exercício de uma atividade profissional; dever ético de não revelar dados confidenciais obtidos no âmbito da profissão” (DICIONÁRIO da Língua Portuguesa, 2011). Esse dever ético é disciplinado pelos códigos específicos das profissões, que definem as regras a serem aplicadas em relação à informação recebida pelo profissional. No Serviço Social, a preocupação em proteger, através do sigilo profissional, dados sobre a vida privada das pessoas atendidas, fez parte de todos os códigos de ética profissional instituídos. Espera-se que informações colhidas a partir de um contexto profissional não sejam divulgadas, a não ser em certas circunstâncias específicas. O sigilo profissional se constitui também em uma prerrogativa do profissional que é quem detém o poder de decidir quando um princípio ético superior justifica a quebra do sigilo. Silva (2007) menciona a necessidade de o assistente social informar ao usuário sobre os limites da confidencialidade, para que esse possa avaliar as informações fornecidas ao profissional.

O primeiro código de ética profissional foi instituído em 1947, com uma base claramente fundamentada em valores cristãos. Definia, entre os deveres fundamentais do assistente social, “cumprir os compromissos assumidos, respeitando a lei de Deus, os direitos naturais”; o profissional também devia “manter uma atitude honesta, correta, procurando aperfeiçoar sua personalidade

e dignificar a profissão” e “guardar rigoroso sigilo, mesmo em depoimentos policiais, sobre o que saiba em razão do seu ofício” (Seção I, itens 1, 2 e 5). Nesse documento, não eram mencionadas situações em que fosse possível a revelação do sigilo profissional.

O Código editado em 1965 disciplinou de forma mais detalhada a questão. Da mesma forma como o Código anterior, via como obrigação moral e legal profissional “guardar segredos sobre todas as confidências recebidas e fatos de que tenha conhecimento ou haja observado no exercício de sua atividade profissional” (art. 15º). A revelação do sigilo só era admitida “após terem sido empregados todos os recursos e todos os esforços, para que o próprio cliente se disponha a revelá-lo” (art. 15º, § 2º) e ainda só poderia ser “feita dentro do estrito necessário o mais discretamente possível, quer em relação ao assunto revelado, quer em relação ao grau e ao número de pessoas que dele devam tomar conhecimento” (art. 15º, § 3º). A revelação do sigilo profissional estaria justificada quando tivesse por objetivo “evitar um dano grave, injusto e atual ao próprio cliente, ao assistente social, a terceiros e ao bem comum” (art. 15º, § 1º). Esse Código e o que a ele se seguiu, em 1975, foi marcado pela presença de valores abstratos, compatíveis com uma visão idealista de sociedade (BARROCO, 2010).

O Código de 1975 repete, em seu artigo 7º, o disposto na normatização anterior sobre: a obrigatoriedade do segredo profissional; as condições em que sua quebra é possível; a necessidade de se esgotarem as tentativas “para que o próprio cliente se disponha a revelá-lo” (art. 7º, § 3º) e sobre o fato de a revelação ser procedida apenas quanto ao “estritamente necessário e o mais limitado possível” (art. 7º, § 4º). Esse Código apenas inclui parágrafo que define não constituir quebra de “segredo profissional a revelação de casos de sevícias, castigos corporais, atentados ao pudor, supressão intencional de alimento e uso de tóxicos, com vista à proteção do menor” (art. 7º, § 5º).

O código seguinte, editado em 1986, tornou-se uma marca, tanto da ruptura do Serviço Social com seu projeto profissional tradicional como da opção da profissão por uma prática vinculada aos interesses desta classe trabalhadora (BARROCO, 2010). Nesse contexto, propugnava que a quebra de sigilo só seria admissível quando se tratasse de situações cuja gravidade pudesse trazer prejuízos a essa classe (art. 4º, §1º). Esse documento colocou o sigilo profissional como dever (art. 4º) e como vedação (art. 5º, inciso b), dispondo ainda que somente deveria acontecer dentro do estritamente necessário (art. 4º, § 2º).

O atual Código de Ética, editado em 1993, traz o sigilo profissional como direito do profissional (art. 15º) e sua revelação como uma vedação (art. 17º). Tal revelação é apenas admissível de forma mais limitada possível (parágrafo único) e “quando se tratarem de situações cuja gravidade possa, envolvendo ou não fato delituoso, trazer prejuízo aos interesses do usuário, de terceiros e da coletividade” (art. 18º).

Assim, mesmo diante “de solicitação expressa dos familiares do usuário”, como refere a opção **A**, ou “de solicitação dos responsáveis pela preservação dos interesses institucionais”, como pressupõe a alternativa **B**, não seria justificável a quebra de sigilo. Isso porque, além do que está expressamente definido no artigo 18º, devem-se considerar ainda os princípios fundamentais contidos no Código, que remetem à preservação dos interesses dos usuários e à defesa de sua liberdade e autonomia e não para a preservação dos interesses de familiares ou das instituições.

É também por esse motivo que está incorreta a alternativa **C**, a qual fala da possibilidade de quebra de sigilo “mediante autorização expressa da organização prestadora de serviços sociais”. Essa opção aduz à necessidade de autorização da organização, o que contraria ainda a autonomia profissional e o direito ao sigilo expresso no artigo 15º do Código. A alternativa **E**, que remete a “situações em que a revelação de detalhes se faça necessária para dirimir conflitos”, está igualmente incorreta, pois a resolução de conflitos não é motivo arrolado pelo Código para a revelação de sigilo.

De acordo com o que está determinado no artigo 18 do atual Código de Ética dos Assistentes Sociais, como anteriormente mencionado, a quebra de sigilo está prevista para situações “cuja gravidade possa, envolvendo ou não fato delituoso, trazer prejuízo aos interesses do usuário, de terceiros/as e da coletividade”. Assim, a única alternativa correta é a letra **D**, conforme definição do gabarito oficial.

## REFERÊNCIAS

- ABAS. **Código de Ética Profissional dos Assistentes Sociais – 1947**. Disponível em: <http://www.cfess.org.br/legislacao.php>. Acesso em: abr. 2011.
- BARROCO, Maria Lúcia Silva. **Ética e Serviço Social: fundamentos ontológicos**. 8. ed. São Paulo: Cortez, 2010.
- CFAS. **Código de Ética Profissional do Assistente Social – 1965**. Disponível em: <http://www.cfess.org.br/legislacao.php>. Acesso em: abr. 2011.
- CFAS. **Código de Ética Profissional do Assistente Social – 1975**. Disponível em: <http://www.cfess.org.br/legislacao.php>. Acesso em: abr. 2011.
- CFESS. Código de Ética dos Assistentes Sociais. Aprovado em 13 de março de 1993. **Coletânea de Leis** – revista e ampliada. Porto Alegre: CFESS 10, 2000.
- DICIONÁRIO da Língua Portuguesa. Editora Porto. Disponível em: <http://www.infopedia.pt/lingua-portuguesa-ao/sigilo>. Acesso em: 09 mai. 2011.
- SILVA, Manuel Domingos Menezes da. Mediações éticas na prática quotidiana dos assistentes sociais. **Revista Serviço Social e Sociedade**, nº 92, São Paulo, Cortez, 2007.



### QUESTÃO 31

O Serviço Social é uma profissão de caráter sociopolítico, crítico e interventivo, que se utiliza do instrumental científico multidisciplinar das Ciências Humanas e Sociais para análise e intervenção nas diversas refrações da “questão social”, isto é, no conjunto de desigualdades que se originam do antagonismo entre a socialização da produção e a apropriação privada dos frutos do trabalho e, para sua atuação, geralmente elabora registros dos atendimentos que realiza, redige relatórios, preenche fichas e formulários.

Disponível em: <<http://www.cressrj.org.br/index.php>>.

Acesso em: 21 ago. 2010.

O material referido acima

- 
- A. pauta-se por uma neutralidade garantidora da cientificidade.
  - B. configura a produção de conhecimento do assistente social sobre sua prática.
  - C. está sujeito ao sigilo profissional, o que impede seu uso para redefinição das ações profissionais.
  - D. tem a finalidade precípua de salvaguardar a responsabilidade do profissional, informando os passos adotados a partir de um parecer sobre as demandas apresentadas.
  - E. serve como objeto de reflexão com base nos fundamentos teóricos de sua profissão, possibilitando o desvelamento das reais necessidades dos usuários.

- 
- \* **Gabarito: Alternativa E.**
  - \* **Tipo de questão: Escolha simples, com indicação da alternativa correta.**
  - \* **Conteúdos avaliados: Formação Profissional, Questão Social, Direção Ético-Política da Profissão.**
  - \* **Autora: Esalba Maria Silveira.**

### COMENTÁRIO

Alternativa **A** está incorreta. O discurso da neutralidade que garante a cientificidade serve como estratégia para a ocultação do real. Como argumento, recorre-se ao Código de Ética do Assistente Social (2011), que destaca as conquistas e ganhos da categoria profissional, reiterada pelo Código de Ética desde 1986, através de dois procedimentos: negação da base filosófica tradicional, nitidamente conservadora, que norteava a “ética da neutralidade”, e afirmação de um novo perfil do(a) técnico(a), não mais um(a) agente subalterno(a) e apenas executivo(a), mas um(a) profissional competente teórica, técnica e politicamente. O material referido reforça e respalda as ações profissionais na

direção de um projeto em defesa dos interesses da classe trabalhadora e que se articula com outros sujeitos sociais na construção de uma sociedade anticapitalista.

A alternativa **B** está incorreta porque o tema central do texto não se configura como a produção de conhecimento do assistente social sobre sua prática. Todavia fundamenta o entendimento do objeto de trabalho a partir da questão social, exigindo então o desvelamento das múltiplas determinações do real.

A alternativa **C** está incorreta porque o texto não apresenta conteúdo que possa relacionar-se ao sigilo profissional conforme o Capítulo V do Código de Ética. A alternativa **D** está incorreta porque o entendimento da questão social não é para salvaguardar a responsabilidade do profissional e, sim, fundamenta o entendimento das demandas e estratégias adotadas.

A afirmativa **E** está correta. O material serve como objeto de reflexão com base nos fundamentos teóricos de sua profissão, possibilitando o desvelamento das reais necessidades dos usuários, a fim de analisar e intervir na realidade. O texto propõe que o assistente social tem, entre as suas atribuições, a análise e intervenção nas diversas refrações da “questão social”, isto é, no conjunto de desigualdades que se originam do antagonismo entre a socialização da produção e a apropriação privada dos frutos do trabalho. Faz-se imprescindível o entendimento do que é refração, um conceito importado da física que serve de analogia para entender as diferentes cores e intensidades produzidas pela questão social.

Refração é um fenômeno relacionado à propagação da luz, que passa de um meio para outro meio, produzindo uma série de fenômenos óticos que fazem parte do cotidiano. Um desses exemplos é a profundidade de uma piscina que pode parecer menor do que é, conforme a incidência da luz sobre ela. Trazendo para o trabalho do assistente social, a afirmação destaca a necessidade de entender a realidade além do aparente. Iamamoto (2000) afirma ser necessário, também, para apreender a questão social, captar as múltiplas formas de pressão social, de invenção e de reinvenção da vida, construídas no cotidiano. Então, “ao mesmo tempo em que a questão social é desigualdade, é também rebeldia, pois envolve sujeitos que vivenciam estas desigualdades e a ela resistem e se opõem” (IAMAMOTO, 2000, p. 28). Para entender a refração da questão social, exigem-se a análise crítica, um diagnóstico não liberal sobre os processos sociais e a profissão neles inscrita. Uma análise do Serviço Social que afirme a centralidade do trabalho na conformação da questão social e dos direitos sociais consubstanciados em políticas sociais universais, em contraposição às alternativas focalizadas e fragmentadas de combate à pobreza e à miséria, centrando-se apenas no “como fazer”. A imediata aparência das necessidades nem sempre revela as suas múltiplas determinações. A partir dessa apreensão, pode-se concluir que o objeto da ação do assistente social não está construído *a priori*. Eles são construídos com ferramentas teórico-metodológicas, ético-políticas, que imprimem a direção da profissão.

## REFERÊNCIAS

CFESS. Aprovado em 13 de Março de 1993. **Código de ética:** com as alterações Introduzidas pelas Resoluções CFESS nº 290/94, 293/94, 333/96 e 594/11.

NETTO, José Paulo. Cinco notas a propósito da “questão social”. In: **Temporalis**, Brasília, ABEPSS, ano 2, n. 4, p. 41-49, 2001.

IAMAMOTO, Marilda Villela. **As Dimensões Ético-Políticas e Teórico-Metodológicas no Serviço Social Contemporâneo**. Disponível em: [http://www.fnepas.org.br/pdf/servico\\_social\\_saude/texto2-2.pdf](http://www.fnepas.org.br/pdf/servico_social_saude/texto2-2.pdf). Acesso em: 12 ago. 2011.

\_\_\_\_\_. **Serviço Social na Contemporaneidade: Trabalho e Formação Profissional**. 3. ed. São Paulo: Cortez, 2000.

\_\_\_\_\_. **Serviço Social em Tempo de Fetiche: capital financeiro, trabalho e questão social**. 3. ed. São Paulo: Cortez, 2008.

### QUESTÃO 32

O processo de descentralização das políticas sociais públicas, com ênfase na sua municipalização, requer dos assistentes sociais (...) novas funções e competências. Os assistentes sociais estão sendo chamados a atuar na esfera da negociação, formulação e avaliação de políticas e do planejamento, gestão e monitoramento, inscritos em equipes multiprofissionais. Ampliam seu espaço ocupacional para atividades relacionadas ao controle social, à implantação e orientação de conselhos e políticas públicas, à capacitação de conselheiros, à elaboração de planos e projetos sociais, ao acompanhamento e avaliação de políticas, programas e projetos.

IAMAMOTO. M. V. Os espaços sócio-ocupacionais do assistente social.

**Curso de especialização em serviço social:**

direitos e competências profissionais.

Brasília: CEFESS, UnB, 2009 (adaptado).

Avalie se as afirmações a seguir estão de acordo com o perfil do assistente social na contemporaneidade.

- I. Localizar-se na linha de frente das relações entre população e instituição, sendo executor terminal de políticas sociais.
- II. Desenvolver capacidade de negociação, conhecimento e *know-how* na área de recursos humanos e relações no trabalho.
- III. Fazer leitura e análise dos orçamentos públicos, identificando seus alvos e compromissos, assim como os recursos disponíveis para projetar ações.
- IV. Decifrar as situações particulares com que se defronta o assistente social no seu trabalho, de modo a conectá-las aos processos sociais microscópicos que as geram e as modificam.

É correto apenas o que se afirma em

- 
- A. I e II.
  - B. I e III.
  - C. I e IV.
  - D. II e III.
  - E. II, III e IV.
-

- \* **Gabarito: Alternativa D.**
- \* **Tipo de questão: Escolha combinada, com indicação da resposta correta.**
- \* **Conteúdos avaliados: Processos de trabalho do assistente social na gestão das políticas públicas.**
- \* **Autoras: Ines Amaro da Silva e Thaísa Teixeira Closs.**

## COMENTÁRIO

Em relação ao item I, processos de descentralização das políticas públicas têm demandado do assistente social superar a atuação no campo da execução dos serviços sociais, o que demarca estar incorreta essa opção. Nesse horizonte, o redimensionamento dos espaços sócio-ocupacionais do assistente social vem solicitando que ultrapassemos a esfera das tradicionais competências circunscritas ao atendimento direto da população, restritas à execução de serviços sociais.

A caracterização do exercício profissional situado no campo da execução terminal das políticas é cunhado por Netto (2004), sinalizando uma tendência histórica dessa profissão, que necessita ser alvo de atenção. A realidade contemporânea – marcada pela agudização das expressões da questão social e pelo desafio de construção de respostas inovadoras no plano da garantia de direitos – requer que conjuguemos respostas profissionais em diferentes planos da realidade social.

Assim, o exercício profissional no plano do atendimento direto à população necessita estar articulado com uma leitura mais ampla das políticas públicas. A apreensão de demandas e necessidades coletivas dos sujeitos, a sistematização de dados que deem visibilidade a essas necessidades, a articulação com espaços de gestão e controle social tendo em vista a qualificação das políticas são possibilidades nesse sentido.

Nesse horizonte, as diretrizes para a formação profissional em Serviço Social (ABEPSS, 1996) e a Lei de Regulamentação da profissão (BRASIL, 1993) demarcam a constituição de um perfil profissional com competências amplas que atendam às exigências atuais de qualificação e democratização das políticas públicas. Dessa forma, o desafio consiste em fortalecermos e ampliarmos competências profissionais que mediem a materialização do projeto ético-político, assim como viabilizem a conquista de novos espaços sócio-ocupacionais.

Quanto ao item II, está correto. As requisições feitas ao assistente social na empresa a partir dos anos 90 passam a ser mediadas por novas formas de controle da força de trabalho, no processo de reestruturação produtiva e no contexto da consolidação do capitalismo financeiro, caracterizando um espaço sócio-ocupacional que apresenta ao profissional o desafio da formulação de novas estratégias, as quais exigem desenvolver competências de negociação, bem como conhecimento e *know-how* na área de recursos humanos e relações no trabalho, garantindo ao profissional um lugar social de reconhecimento e legitimidade nas equipes ínter ou multiprofissionais no mundo do trabalho.

A inserção do assistente social na empresa relaciona-se à modernização do capital, e o profissional passa a ser requisitado para operar programas e projetos de qualidade de vida no trabalho, vinculados aos processos de inovação tecnológica e gerencial no âmbito da organização do trabalho. Por outro lado, no tensionamento com o projeto ético-político da profissão emergem novas possibilidades de legitimidade profissional no campo das relações do trabalho.

Cesar (MOYA, 2000) aponta o conjunto dos incentivos materiais e simbólicos que visam integrar os trabalhadores aos requisitos da qualidade e produtividade nas empresas e as novas exigências aos assistentes sociais, articuladas às políticas de recursos humanos. A nova racionalidade técnica e ideopolítica no âmbito das políticas de administração de recursos humanos mesclam assim “velhas” e “novas” demandas. A inclusão de novos requisitos ao profissional relacionados às estratégias gerenciais volta-se a instituir práticas de negociação cooperativa com os trabalhadores em torno dos diversos mecanismos técnicos e políticos que viabilizam o aumento da produtividade. Conforme Cesar, o assistente social passa a ser um dos mediadores na construção de uma outra racionalidade técnica

e política na área de recursos humanos e responder crítica e criativamente às exigências colocadas pela reestruturação produtiva, defendendo suas condições de trabalho e resistindo às práticas de passivização, passa a ser um dos grandes desafios para os profissionais.

Em relação ao item **III** da questão – referente às ações profissionais no campo da leitura e análise de orçamentos públicos –, essa consiste numa opção correta, pois aponta para uma competência profissional necessária para a atuação na esfera da gestão das políticas públicas. Uma análise acurada desses orçamentos públicos demandará a mobilização de diferentes competências profissionais, assim como o conhecimento da área/política pública a qual se destina sua aplicação.

Entre essas competências, estão a realização de estudos, pesquisas e diagnósticos das necessidades sociais a serem atendidas, juntamente com a construção de indicadores sociais, tendo em vista identificar a adequação dos orçamentos frente ao desafio de qualificação das políticas públicas. Assim, é fundamental que o trabalho profissional no plano da gestão frente à análise de orçamentos esteja direcionado para a perspectiva da garantia da universalidade do acesso a direitos, ou seja, se contraponha à lógica da seletividade e focalização, na qual o atendimento às necessidades é subordinado à dimensão contábil e à redução de investimentos nos serviços públicos.

Além disso, é fundamental que as informações relativas aos orçamentos públicos sejam socializadas, analisadas em conjunto com instâncias de controle social e, em especial, sejam acessíveis aos destinatários das políticas públicas. O conhecimento e crítica dos orçamentos públicos são instrumentos fundamentais para a potencialização da gestão democrática das políticas públicas. Dessa forma, a disputa pelo direcionamento do fundo público integra a luta pelo próprio aprofundamento da democratização do Estado, tendo em vista a distribuição da riqueza socialmente produzida e a universalidade do acesso a bens, serviços e direitos.

Finalmente, no item **IV**, considera-se que as requisições ao profissional na contemporaneidade vão além da execução terminal das políticas e programas sociais e exigem, entre outras competências, a capacidade de decifrar as situações particulares com que se defrontam no seu cotidiano de trabalho de modo a conectá-las aos processos sociais mais amplos nas quais se inscrevem e que as geram, bem como as modificam. O item **IV** está incorreto ao referir-se aos processos sociais microscópicos, pois exatamente a diferença está nas mediações que o profissional constrói para, partindo dos processos microscópicos do cotidiano, estabelecer as relações e conexões com as dimensões que expressam a historicidade e a totalidade dos fenômenos sociais.

A capacidade de decifrar o cotidiano e conectá-lo às dimensões mais amplas do contexto histórico, econômico, social, político e cultural habilita o profissional a intervir nas instâncias da gestão e do planejamento de políticas, programas e projetos sociais. Necessidades e demandas coletivas, reconhecidas como legítimas e constituídas em direitos, são incorporadas no processo de gestão social. Como processo técnico-político, o planejamento requer a capacidade de reelaboração da demanda imediata, por níveis diferentes de apreensão e intervenção desde o campo das microinterações ao campo das relações sociais mais amplas (BATISTA, 2000), em movimentos que vão do particular ao universal e retornam ao particular, em outro patamar. As novas competências relacionam-se à possibilidade de identificar a demanda coletiva e incorporá-la no processo de planejamento, bem como nas práticas de monitoramento e avaliação das políticas, dos programas e dos projetos sociais.

## REFERÊNCIAS

ABEPSS. Proposta básica para o projeto de formação profissional. **Revista Serviço Social e Sociedade**. São Paulo: Cortez, n. 50, 1996.

BATISTA, Myrian Veras. **Planejamento Social: intencionalidade e instrumentação**. São Paulo: Veras Editora; Lisboa: CPIHTS, 2000. Disponível em: <[http://www.cfess.org.br/arquivos/legislacao\\_lei\\_8662.pdf](http://www.cfess.org.br/arquivos/legislacao_lei_8662.pdf)>. Acesso em: 25 set. 2009.

BRASIL. **Lei nº 8.662**, de 7 de junho de 1993. Dispõe sobre a profissão de assistente social e dá outras providências.

IAMAMOTO, M. V. Projeto Profissional, espaços ocupacionais e trabalho do(a) assistente social na atualidade. **CFESS. Atribuições Privativas do(a) Assistente Social em questão**. Brasília: 2002.

MOTA, Ana Elizabete (org). **A nova fábrica de consensos: ensaios sobre a reestruturação produtiva e as demandas ao serviço social**. 2. ed. São Paulo: Cortez, 2000.

NETTO, J. P. **Ditadura e serviço social: uma análise do Serviço Social no pós-64**. 7. ed. São Paulo: Cortez, 2004.

RICO, Elizabeth de M.; RAICHELI, Raquel. **Gestão Social: uma questão em debate**. São Paulo: EDUC, IEE, 1999.

SIMÕES et al. A intervenção do assistente social na empresa – novas demandas e projeto ético-político. **Libertas** vol. 1, n. 2, Juiz de Fora, jul.-dez. 2001.

### QUESTÃO 33

A Lei n. 8.662/1993, que regulamenta a profissão do assistente social, enfatiza como atribuição privativa do assistente social realizar estudos sociais, perícia e laudos em matérias específicas do Serviço Social. Segundo Favero (2004), na perspectiva da atuação do Serviço Social na área jurídica, o estudo social é uma das principais ferramentas que fundamentam decisões sobre outrem.

FAVERO, E. T. O estudo social: fundamentos e particularidades de sua construção na área jurídica. In: CFESS (Org.). **O Estudo social em perícias, laudos, pareceres técnicos**. 2. ed. São Paulo: Cortez, 2004.

Na perspectiva abordada acima, é função do estudo social

- 
- A. emitir parecer à autoridade solicitante.
  - B. mapear a realidade econômica dos sujeitos.
  - C. diagnosticar e emitir parecer com a equipe multidisciplinar.
  - D. fomentar as competências e habilidades dos profissionais de Serviço Social.
  - E. colaborar internamente nas decisões econômicas e políticas das instituições.
- 

- \* **Gabarito: Alternativa A.**
- \* **Tipo de questão: Escolha simples, com indicação da alternativa correta.**
- \* **Conteúdo avaliado: Instrumentalidade do Serviço Social na área Sociojurídica.**
- \* **Autora: Gleny Terezinha Duro Guimarães.**

### COMENTÁRIO

A alternativa **A** está correta, pois a função do estudo social é emitir parecer à autoridade competente. A lei de regulamentação, no art. 5, menciona que “constitui atribuições privativas do assistente social: IV realizar vistorias, perícias técnicas, laudos periciais, informações e pareceres sobre a matéria de Serviço Social” (art. 5. CRESS, 2005, p. 13), dentre eles se inclui o estudo social. Segundo Favero, o estudo social tem “por finalidade conhecer com profundidade e de forma crítica uma determinada situação ou expressão da questão social, objeto da intervenção profissional especialmente nos seus aspectos socioeconômicos e culturais” (2004, p. 42). Portanto o assistente social se utiliza do estudo social para aprofundar o conhecimento da realidade do sujeito e, no campo jurídico, esse documento irá permitir a autoridade competente tomar determinadas decisões, a partir do parecer profissional.

A alternativa **B** está incorreta porque o estudo social na área sociojurídica não se restringe ao mapeamento da realidade econômica dos sujeitos. O estudo social é um instrumento mais amplo, que pode ser utilizado nos mais diferentes espaços sócio-ocupacionais, desde uma avaliação de Benefício de Prestação Continuada (BPC) até o acesso a determinados serviços e auxílios, financeiros ou não. Alguns autores como Mioto (2009) se referem ao estudo social ou estudo socioeconômico, caracterizando-o por suas finalidades e pelas particularidades dos espaços sócio-ocupacionais.

Operacionalmente, os estudos socioeconômicos/estudo social podem ser definidos como o processo de conhecimento, análise e interpretação de uma determinada situação social. Sua finalidade imediata é a emissão de um parecer – formalizado ou não – sobre tal situação, do qual o sujeito demandante da ação/usuário depende para acessar benefícios, serviços e/ou resolver litígios (MIOTO, 2009, p. 488).

A alternativa **C** está incorreta porque o estudo social, na área jurídica, não se destina a diagnosticar e emitir parecer com a equipe multidisciplinar. A alternativa **D** está incorreta porque o estudo social não se destina a fomentar as competências e habilidades dos profissionais de Serviço Social. As competências e habilidades dizem respeito à Lei de Regulamentação da profissão, ao código de ética, ao projeto ético-profissional.

A alternativa **E** está incorreta porque o estudo social não se destina a colaborar internamente nas decisões econômicas e políticas das instituições, principalmente no que diz respeito à área sociojurídica. O profissional pode utilizar outros instrumentos como relatórios e instrumentos de gestão, que irão incidir sob as políticas das organizações.

Os estudos sociais são estruturados a partir dos sujeitos para os quais a ação está dirigida, formas de abordagem desses sujeitos, bem como pela utilização dos instrumentos técnico-operativos e pela produção de documentos. Documentos esses relacionados tanto às ações na sua singularidade, como na produção de sistematizações como: informes e relatórios que podem desencadear outras ações profissionais, de si e de outros, ou subsidiar outras instâncias de planejamento, gestão e formulação de políticas sociais. (MIOTO, 2009, p. 488).

## REFERÊNCIAS

- CRESS. Conselho Regional de Serviço Social – 10ª Região. **Coletânea de leis: revista e ampliada**. Porto Alegre: CRESS, 2005.
- FAVERO, E. T. O estudo social: fundamentos e particularidades de sua construção na área jurídica. In: CFESS (Org.). **O Estudo social em perícias, laudos, pareceres técnicos**. 2. ed. São Paulo: Cortez, 2004.
- MIOTO, Regina Célia. Estudos Socioeconômicos. In: CFESS (Org.) **Serviço Social: direitos sociais e competências profissionais**. Brasília: CFESS/ABEPSS, 2009.

### QUESTÃO 34

O Serviço Social é uma das poucas profissões que possui um projeto profissional coletivo e hegemônico, denominado Projeto Ético-Político Profissional, que foi gestado no interior da categoria profissional e que expressa seu compromisso com a construção de uma nova ordem societária, mais justa, democrática e garantidora de direitos universais.

CFESS. Código de ética profissional do assistente social  
(Resolução 273/93).

O projeto mencionado no texto tem seus contornos claramente expressos na Lei n. 8.662/1993, no Código de Ética Profissional de 1993, o qual assegura ao assistente social o direito de

- 
- A. desempenhar suas atividades profissionais com eficiência e responsabilidade, observando a legislação em vigor.
  - B. utilizar, no exercício da profissão, seu número de registro no Conselho Regional.
  - C. abster-se, no exercício da profissão, de práticas que caracterizem a censura, o cerceamento da liberdade, o policiamento dos comportamentos, denunciando sua ocorrência aos órgãos competentes.
  - D. aprimorar seu conhecimento profissional de forma contínua, colocando-o a serviço dos princípios estabelecidos no próprio Código.
  - E. participar de programas de socorro à população em situação de calamidade pública, no atendimento e na defesa de seus interesses e necessidades.
- 

- \* **Gabarito: Alternativa D.**
- \* **Tipo de questão: Escolha simples, com indicação da alternativa correta.**
- \* **Conteúdo avaliado: Código de Ética dos Assistentes Sociais.**
- \* **Autora: Thaísa Teixeira Closs.**

### COMENTÁRIO

A construção do projeto ético-político é fruto do processo de ruptura com o conservadorismo na profissão, o qual tem seu maior desdobramento na década de 1980 e 1990. É no movimento da correlação de forças entre classes, como nos elucida Iamamoto (1995), que a profissão reconhece as contradições sociais e implicações políticas do seu próprio fazer profissional como polarizado pela luta de classes, assumindo objetivamente o compromisso com os interesses dos usuários, dando um

novo rumo às atividades profissionais. Essa vertente de renovação que difere das demais ocorridas na profissão, denominada intenção de ruptura (NETTO, 2004), sustenta a construção desse projeto e adquire hegemonia no âmbito da profissão.

Esse projeto tem repercussões no campo da normatização do exercício profissional, materializando-se na elaboração do atual Código de Ética Profissional dos Assistentes Sociais (CFESS, 1993). Esse Código nos remete à vinculação do projeto profissional com um projeto social radicalmente democrático, com valores emancipatórios referentes à conquista da liberdade, além de indicar a centralidade do trabalho na (re)produção da vida social (BARROCO, 2006).

A valoração ética do projeto profissional remete, prioritariamente, ao campo da ação profissional frente à questão social, balizando a intencionalidade e a direção do trabalho do assistente social. Dessa forma, o Código define princípios da atuação profissional, que expressam a direção social do exercício profissional. Além disso, busca traduzir essa direção social em direitos, deveres e vedações ao exercício profissional, tendo em vista tornar esse Código um guia efetivo para as ações profissionais diante das diferentes situações que emergem no cotidiano dos espaços sócio-ocupacionais. Assim, o código estabelece parâmetros para a relação do assistente social frente aos usuários, às instituições empregadoras e à justiça, além de normatizar o sigilo profissional.

Nesse horizonte, a questão correta consiste na opção de letra **D**, pois apenas esta representa um direito profissional dentre as opções listadas, os quais estão presentes no artigo 2º deste Código. Assim, o aprimoramento contínuo do conhecimento profissional constitui-se em um direito fundamental, associado à própria qualidade dos serviços prestados à população.

Os direitos profissionais previstos no Código de Ética podem ser apreendidos na ótica de recursos a serem acionados na relação com as instituições empregadoras e demais atores com quem o assistente social interage, tendo em vista a defesa do exercício profissional pautado na materialização dos princípios éticos profissionais. Cabe destacarmos a importância desse direito profissional, citado na opção de letra **D**, tendo em vista as exigências e desafios que se apresentam no cotidiano dos processos de trabalho. A dinamicidade da realidade e das demandas profissionais requer um movimento permanente do assistente social na busca de novos conhecimentos, tendo em vista a qualificação das competências profissionais e a viabilização de formas alternativas de trabalho.

Esse processo pode ser apreendido na ótica da educação permanente: formação contínua mobilizada a partir de necessidades emergentes do processo de trabalho, mobilizando diferentes processos educativos que empreendam respostas aos desafios concretos vivenciados neste mesmo trabalho. Grupos de discussão e estudo no espaço institucional, inserção em cursos de capacitação oferecidos pelas políticas e órgãos públicos, participação em cursos de pós-graduação, entre outras modalidades de formação, são estratégias que podem ser acionadas nesse sentido.

As opções de letra **A**, **B**, **C** e **E** estão incorretas porque seus conteúdos referem-se aos deveres profissionais, os quais são explicitados no artigo 3º do Código de Ética. Os deveres podem ser entendidos como compromissos concretos a serem efetivados no exercício profissional, sendo o seu descumprimento passível de responsabilização ética e penalidades previstas pelo Código. Assim, o Código de Ética sinaliza para determinações concretas no campo da competência ético-política (BARROCO, 2006): essa competência não depende apenas de vontade política e adesão a valores, mas sim da capacidade de torná-los concretos, na unidade entre as dimensões ética, política, intelectual e prática, como direção na prestação de serviços sociais.

Assim, em relação à opção de letra **A** – desempenhar as atividades profissionais de forma eficiente e responsável, com atenção à legislação vigente –, este dever apresenta exigências objetivas para o trabalho profissional. Destaca-se a importância do resultado das ações profissionais, ou seja, eficiência entendida como um trabalho que tenha como produto a garantia de direitos, que empreenda respostas qualificadas às demandas dos usuários e das instituições empregadoras. Nessa linha, também a responsabilidade é atributo essencial do trabalho profissional: responsabilidade ética, compromissada e atenta com as repercussões de nossas ações junto à população usuária.

No que se refere à atuação profissional que contemple a legislação em vigor, este dever abarca tanto o cumprimento das legislações referentes à profissão, como também outras legislações relacionadas aos espaços sócio-ocupacionais no qual desenvolvemos nosso trabalho. Dentre as legislações profissionais, merece atenção a Lei de Regulamentação da Profissão (BRASIL, 1993) e as Resoluções do Conjunto CFESS/CRESS, pois ambas regulam e respaldam o exercício profissional. Contudo também é fundamental o conhecimento de outras legislações, tais como aquelas referentes aos direitos de segmentos sociais com os quais atuamos – como, por exemplo, o Estatuto da Criança e do Adolescente –, as quais estabelecem parâmetros e deveres para o nosso trabalho.

Já a opção de letra **B**, qual seja, a utilização do número de registro do Conselho Regional durante o exercício profissional, não pode ser entendida como uma formalidade, mas sim como uma medida que auxilia na garantia de direitos da população usuária dos serviços profissionais. Cabe destacar que a função precípua dos Conselhos Regionais consiste na fiscalização do exercício profissional, com base no Código de Ética e nas legislações profissionais, buscando assegurar a qualidade dos serviços prestados pelos assistentes sociais à sociedade.

O número de registro consiste numa forma de identificação do profissional de Serviço Social junto ao seu Conselho Regional, bem como se trata de uma identidade pública frente à população usuária, aos empregadores e a demais órgãos públicos e privados com os quais se relaciona durante o exercício profissional. Assim, possuir o número de registro significa a garantia para a sociedade de que se trata de um profissional habilitado para o desempenho de atribuições e competências relativas à área de Serviço Social. Além disso, significa que esse profissional deve se ater a princípios e deveres éticos em sua atuação, sendo passível de ser responsabilizado ética e tecnicamente quando infringir os parâmetros previstos na sua legislação profissional.

A opção de letra **C** expressa claramente, em um dever profissional, o reconhecimento da liberdade como valor central, princípio profissional presente no Código de Ética. Liberdade essa apreendida histórica e socialmente: não desconsidera as determinações colocadas pela realidade e se posiciona frente a elas, “apontando para uma nova direção social, que tenha o indivíduo como fonte de valor, mas dentro da perspectiva de que a plena realização da liberdade de cada um requer a plena realização de todos” (PAIVA, SALES, 2003, p. 182).

Dessa concepção de liberdade, decorre o compromisso com a autonomia, a emancipação e a plena expansão dos indivíduos sociais, princípios avessos às práticas tuteladoras, que desqualificam crenças, valores e práticas sociais dos sujeitos. Assim, o dever profissional de abster-se da censura e policiamentos de comportamentos também pode ser relacionado com negação de práticas de moralização da questão social (BARROCO, 2006), a qual consiste numa perspectiva conservadora que atribui aos sujeitos a responsabilização pelas desigualdades sociais por eles vivenciadas.

Esse dever profissional também se relaciona com o princípio ético da defesa intransigente dos direitos humanos e recusa do autoritarismo, mobilizando o posicionamento ético-profissional que se contrapõe às práticas institucionais violadoras de direitos, comunicando sua ocorrência aos órgãos competentes. Contudo, mais do que a denúncia dessas práticas, torna-se necessário tecer e fortalecer forças sociais para sua efetiva superação e qualificação dos serviços públicos: a busca de articulações com outros profissionais, a interlocução com movimentos, órgãos e instâncias públicas de defesa de direitos.

Por fim, a opção de letra **E** aponta para o dever profissional de participar do atendimento a populações que foram alvo da ocorrência de situações de calamidade pública. Trata-se do compromisso do assistente social de integrar ações que visem não só ao atendimento imediato das necessidades dessas populações, como também integrar o planejamento e execução de medidas e ações governamentais na proteção e garantia dos direitos dessas populações.

## REFERÊNCIAS

- BARROCO, M.L.S. **Ética e serviço social: fundamentos ontológicos**. 4. ed. São Paulo: Cortez, 2006.
- BRASIL. **Lei nº 8.662**, de 7 de junho de 1993. Dispõe sobre a profissão de assistente social e dá outras providências. Disponível em: <http://www.cfess.org.br>. Acesso em: 25 set. 2009.
- CFESS. Resolução CFESS n. 273/93, de 13 março de 1993. **Institui o Código de Ética Profissional dos Assistentes Sociais**. Disponível em: <http://www.cfess.org.br>. Acesso em: 17 jul. 2009.
- IAMAMOTO, M. V. **Renovação e conservadorismo no serviço social: ensaios críticos**. 2. ed. São Paulo: Cortez, 1995.
- NETTO, J. P. **Ditadura e serviço social: uma análise do Serviço Social no pós-64**. 7. ed. São Paulo: Cortez, 2004.
- PAIVA, B. A. de; SALES, M. A. A nova ética profissional: práticas e princípios. In: DILSEA, A. B. (Org.). **Serviço social e ética: convite a uma nova práxis**. 5. ed. São Paulo: Cortez, 2003.

### QUESTÃO 35

A atuação dos assistentes sociais nas empresas revela que há uma demanda crescente de participação nos Círculos de Controle de Qualidade (CCQ), visando à adesão dos trabalhadores às metas empresariais de competitividade e produtividade. Há, ainda, um crescente deslocamento do Serviço Social para a área de Recursos Humanos, enfatizando a criação de comportamentos que contribuam para a produtividade e a participação.

#### PORQUE

A substituição do modelo de produção fordista pelo toyotista exige o máximo de qualidade e produtividade, investimento em tecnologia e a adesão dos trabalhadores.

IAMAMOTO, M. V. **O Serviço social na contemporaneidade**: trabalho e formação profissional. 4. ed. SP: Cortez, 2001 (adaptado).

SERRA, R. M. S. **Trabalho e reprodução**: enfoques e abordagens. São Paulo: Cortez; Rio de Janeiro: PETRES – FSS/UERJ, 2001 (adaptado).

Analisando a relação proposta entre as duas asserções anteriores, assinale a opção correta.

- 
- A. As duas asserções são proposições verdadeiras, e a segunda é uma justificativa correta da primeira.
  - B. As duas asserções são proposições verdadeiras, mas a segunda não é uma justificativa correta da primeira.
  - C. A primeira asserção é uma proposição verdadeira, e a segunda é uma proposição falsa.
  - D. A primeira asserção é uma proposição falsa, e a segunda é uma proposição verdadeira.
  - E. As duas asserções são proposições falsas.
- 

\* **Gabarito: Alternativa A.**

\* **Tipo de questão: Escolha simples, com indicação da alternativa correta.**

\* **Conteúdos avaliados: Modelo de gestão e organização do trabalho e trabalho do assistente social na empresa.**

\* **Autora: Ana Lúcia Suárez Maciel.**

### COMENTÁRIO

Os Círculos de Controles de Qualidade (CCQ) tiveram origem no Japão, na década de 1960, como resultado de um impulso dado à qualidade na indústria japonesa e do contato entre as

universidades e os operadores de fábricas. Os CCQ podem ser definidos como sendo pequenos grupos voluntários de funcionários pertencentes ou não à mesma área de trabalho, treinados da mesma maneira, com compreensão da mesma filosofia e os mesmos objetivos, e que tentam melhorar o desempenho, reduzir os custos e aumentar a eficiência, especialmente, no que se refere à qualidade dos seus produtos ou de seu trabalho. Seus principais objetivos são: aumentar a motivação e autorrealização dos funcionários, através da oportunidade de participação na solução dos problemas da empresa; concorrer para a formação de uma mentalidade de qualidade disseminando a filosofia de autocontrole e prevenção de falhas; garantir a qualidade do produto; conseguir novas ideias; aumentar a produtividade do trabalho; reduzir custos e diminuir perdas; melhorar a comunicação e o relacionamento humano, tanto no sentido horizontal quanto vertical (HARVEY, 1998).

A emergência dos CCQ se vincula com a alteração no padrão de organização e gestão do trabalho, tendo em vista o processo de reestruturação produtiva que surgiu como estratégia do capital para lidar com a sua própria crise, que culminou na década de 1970, através de uma revisão no seu processo de organização e gestão do trabalho, assentado no padrão taylorista-fordista. Este último é um sistema de organização industrial que foi criado pelo engenheiro mecânico e economista norte-americano Frederick Winslow Taylor, no final do século XIX. A principal característica desse sistema é a organização e divisão de tarefas dentro de uma empresa com o objetivo de obter o máximo de rendimento e eficiência com o mínimo de tempo e atividade.

No bojo da referida crise, a introdução de novas tecnologias emergiu como aliada fundamental tanto na produção, propriamente dita, quanto nas relações de trabalho. Esse modelo de gestão, denominado de toyotista, pode ser compreendido como:

[...] um confronto direto com a rigidez do fordismo. Ela se apoia na flexibilidade dos processos de trabalho, dos mercados de trabalho, dos produtos e dos padrões de consumo. Caracteriza-se pelo surgimento de setores de produção inteiramente novos, novas maneiras de fortalecimento de serviços financeiros, novos mercados e, sobretudo, taxas altamente intensificadas de inovação comercial, tecnológica e organizacional (HARVEY, 1998, p. 140).

[...] uma nova forma produtiva que articula, de um lado, um significativo desenvolvimento tecnológico e, de outro, uma desconcentração produtiva baseada em empresas médias e pequenas artesanais.

[...] um modelo produtivo que recusa a produção em massa, típico da grande indústria fordista, e recupera uma concepção de trabalho que, sendo mais flexível, estaria isenta da alienação do trabalho intrínseca à acumulação de base fordista (ANTUNES, 1997, p. 17).

Características como produção flexível, desenvolvimento tecnológico, intelectualização do trabalho, generalização das funções, remuneração por lucro/capital intelectual e a emergência de um trabalhador-indivíduo, em detrimento do trabalhador-massa do paradigma anterior, inauguram o paradigma da acumulação flexível (toyotista).

Como consequências desse paradigma, a gestão e a organização do trabalho também sofrem alterações significativas, quais sejam: a implementação de novas formas de atender a demanda por produtos, com um mínimo de estoque; o melhor aproveitamento do tempo, através da implementação de várias metodologias; a busca pelo atendimento de exigências mais especializadas, dos consumidores e do mercado como um todo e marcadas pela excelência e qualidade dos serviços; a mudança no perfil do trabalhador que passa a ser demandado pela sua polivalência, multifuncionalidade e capacidade de trabalhar em equipes de forma integrada e horizontal.

Para os trabalhadores, as consequências desse novo padrão de gestão do trabalho são bastante intensas e repercutem na redução do proletariado fabril estável; no incremento de um novo proletariado (trabalho precarizado e terceirizado); no aumento do trabalho feminino; no incremento dos assalariados médios e de serviços; na exclusão de jovens e pessoas de meia-idade do mercado de trabalho e na inclusão de crianças no mercado de trabalho (ANTUNES, 1999).

Os assistentes sociais, ao serem incorporados nas empresas, também têm seu trabalho organizado nessa perspectiva, assim como veem uma alteração na demanda pelo mesmo, fruto das substantivas alterações que se processam no seu objeto profissional. Historicamente, a atuação desse profissional esteve atrelada às necessidades de reprodução social dos trabalhadores,

entretanto, com a sua crescente incorporação nas áreas de Recursos Humanos (FREIRE, 2001), a demanda por contribuir com a gestão do trabalho passa a ser imperativa. Confirma essa percepção, a conclusão de que

[...] a emergência histórica da institucionalização do Serviço Social na empresa, como mecanismo técnico e político atuando junto à força de trabalho, relaciona-se, obrigatoriamente, com o nível de eficiência, racionalidade e produtividade exigido pela modernização do capital no contexto mais geral do conflito de classes no processo de produção (MOTA, 1987, p. 114).

Nesse sentido, a necessidade de criar estratégias de participação dos trabalhadores na gestão das empresas se tornou condição *sine qua non* para o trabalho dos assistentes sociais. Evidentemente que essas estratégias têm sua vinculação com o atual padrão de organização e gestão do trabalho, já que neste o trabalhador precisa participar mais ativamente, tendo em vista o aumento da competitividade e a necessidade de adesão dos trabalhadores às metas empresariais.

Portanto a alternativa correta é **A**, já que as duas asserções são proposições verdadeiras, e a segunda é uma justificativa correta da primeira. A alternativa **B** é incorreta, pois, como mencionado na questão anterior, a segunda proposição é uma justificativa da primeira. As alternativas **C**, **D** e **E** estão incorretas, pois ambas as asserções são verdadeiras.

## REFERÊNCIAS

ANTUNES, Ricardo. **Adeus ao trabalho?** Ensaio sobre as metamorfoses e a centralidade no mundo do trabalho. 4. ed. São Paulo: Cortez; Campinas, São Paulo: Editora da Universidade Estadual de Campinas, 1997.

\_\_\_\_\_. Crise capitalista contemporânea e as transformações no mundo do trabalho. **Capacitação em Serviço Social e política social**. Módulo 1: Crise contemporânea, Questão Social e Serviço Social. Brasília: CEAD, 1999, p. 17-31.

FREIRE, Lúcia. In: SERRA, R. M. S. **Trabalho e reprodução**: enfoques e abordagens. São Paulo: Cortez; Rio de Janeiro: PETRES – FSS/UERJ, 2001 (adaptado).

HARVEY, David. **Condição pós-moderna**. 7. ed. São Paulo: Edições Loyola, 1998.

IAMAMOTO, M. V. **O Serviço social na contemporaneidade**: trabalho e formação profissional. 4. ed. SP: Cortez, 2001 (adaptado).

MOTA, Ana Elizabete. **O feito da ajuda**: as determinações do Serviço Social na empresa. 2. ed. São Paulo: Cortez, 1987.

SERRA, R. M. S. **Trabalho e reprodução**: enfoques e abordagens. São Paulo: Cortez; Rio de Janeiro: PETRES–FSS/UERJ, 2001 (adaptado).



### QUESTÃO 36

Considere que, com o objetivo de orientar as intervenções direcionadas à população idosa, residente na zona leste de um município do interior do estado do Espírito Santo, uma equipe técnica do Centro de Referência da Assistência Social (CRAS) tenha decidido realizar uma pesquisa sobre a destinação dos recursos do Benefício de Prestação Continuada (BPC). Suponha ainda que, com essa medida, a equipe tenha tentado as reais necessidades desse segmento populacional e, assim, possibilitar o acesso aos recursos disponíveis de forma adequada e, conseqüentemente, proporcionar a melhoria da condição de vida em sociedade.

Nessa situação e considerando a variação das necessidades em função da faixa etária, a amostra a ser adotada por essa pesquisa deve ser

- 
- A. sistemática.
  - B. estratificada.
  - C. aleatória simples.
  - D. não aleatória por julgamento.
  - E. embasada em estudo comparativo.

- 
- \* **Gabarito: Alternativa B.**
  - \* **Tipo de questão: Escolha simples, com indicação da alternativa correta.**
  - \* **Conteúdo avaliado: Definição de amostra em pesquisa.**
  - \* **Autores: Leonia Capaverde Bulla, Gissele Carraro e Ricardo Flores Cazanova.**

### COMENTÁRIO

Através dessa questão da Prova do ENADE 2010, pretendia-se avaliar a capacidade do estudante de Serviço Social em “realização de pesquisas que subsidiem a formulação de políticas e ações profissionais e a produção de conhecimento em Serviço Social” (INEP, 2010, p. 3). Foi proposto, então, que fosse considerada uma situação hipotética vivida pela equipe do Centro de Referência da Assistência Social (CRAS), que, entre outras atribuições, deveria definir as intervenções direcionadas à população idosa, residente na zona leste de um município do interior do Estado do Espírito Santo, destinando os recursos disponíveis de forma adequada e, dessa forma, contribuindo para a melhoria da condição de vida da população. Com o objetivo de orientar as intervenções, decidiram realizar

uma pesquisa sobre a destinação dos recursos do Benefício de Prestação Continuada (BPC),<sup>1</sup> que levasse em conta as reais necessidades dos idosos.

Na elaboração de um projeto de pesquisa, há necessidade de tomar decisão sobre as condições que existem de estudar todos os indivíduos ou elementos que fazem parte da população que se quer estudar, o denominado universo, ou se há necessidade de trabalhar com uma parte dessa população, a amostra. Na situação apresentada, o universo era a população idosa de uma zona de um município no Estado do Espírito Santo. Pelo que se deduz do problema proposto, a equipe decidiu estudar uma parte desse universo, surgindo, então, a questão da seleção da amostra, processo denominado de amostragem.

Na bibliografia sobre Métodos e Técnicas de Pesquisa, podem ser citados diversos autores, entre os quais Gil (1999), Marconi e Lakatos (2006), Richardson (1999), Soriano (2004), que classificam o processo de amostragem em dois grandes grupos: amostragem probabilística e não probabilística. A amostragem probabilística é, também, denominada de aleatória, porque todos os elementos da população ou universo da pesquisa têm a mesma probabilidade de serem escolhidos. É o tipo de amostragem mais utilizada na pesquisa quantitativa, porque atende os pressupostos de verificação, precisão nas medidas, generalização dos resultados, utilizando-se procedimentos estatísticos sofisticados que possibilitam “compensar erros amostrais e outros aspectos relevantes para a representatividade e significância da amostra” (MARCONI, LAKATOS, 2006, p. 42). A amostragem probabilística apresenta variadas técnicas de seleção, podendo-se citar entre elas: a aleatória simples, a sistemática, a estratificada, de vários degraus ou estágios múltiplos, por conglomerado ou grupos, por etapas.

Por outro lado, a amostragem não probabilística não aplica a teoria da probabilidade, isto é, não faz uso de formas aleatórias de escolha de elementos ou sujeitos, não apresentando, por isso, possibilidades de uso de procedimentos estatísticos na seleção da amostra, não havendo condições de generalização de seus resultados, sendo mais utilizada na pesquisa qualitativa, que trabalha com outros pressupostos. Fazem parte do tipo de amostragem não probabilística, entre outras, as seguintes técnicas de seleção: intencional, por acessibilidade, por tipicidade, por cotas, por *juris* ou por julgamento. As alternativas de resposta à questão enunciada indicam três tipos de amostra probabilística (sistemática, estratificada e aleatória simples).

Para escolher-se o tipo de amostra adequada, é preciso considerarem-se os elementos-chaves da situação hipotética apresentada para análise. No enunciado anterior, explicita-se que a pesquisa a ser efetuada deve considerar as “reais necessidades” da população idosa de uma zona do município do interior do Estado do Espírito Santo, pois se considera que as necessidades da população a ser estudada variam em função da faixa etária. A técnica de amostragem que melhor responde a essa necessidade é a amostragem estratificada, que busca ser representativa em termos populacionais e, para isso, leva em conta características da população, tais como: sexo (percentagem de homens e mulheres), idade (crianças e adolescentes, adultos, idosos), profissão, renda, nacionalidade, condições econômicas, classe social etc. Essas características são chamadas de extratos e, quanto mais extratos forem levados em consideração na montagem da amostra, maior a garantia de que “todos estejam representados” (SORIANO, 2004, p. 209). Dessa forma, os procedimentos serão mais precisos, e os resultados terão melhores condições de generalização.

A amostragem estratificada, alternativa **B**, deve ser, portanto, a alternativa a ser adotada. No caso, o segmento populacional idoso corresponde à população a ser estudada. Dentro desse grupo, a equipe do CRAS levou em consideração aqueles que recebem o Benefício de Prestação Continuada (BPC). Como se pode constatar, duas propriedades foram eleitas para a amostra da pesquisa: idade (população idosa, pessoas com 65 anos ou mais, idade definida para o recebimento do BPC) e renda (recebimento do benefício assistencial).

<sup>1</sup> A Lei Orgânica da Assistência Social estabelece em seu artigo 20º: “O benefício de prestação continuada é a garantia de um salário-mínimo mensal à pessoa com deficiência e ao idoso com 65 (sessenta e cinco) anos ou mais que comprovem não possuir meios de prover a própria manutenção nem de tê-la provida por sua família” (BRASIL, 1993; 2011).

As demais alternativas **A**, **C**, **D** e **E** não poderiam ser adotadas, devido às suas características próprias e porque não satisfaziam às necessidades da pesquisa que estava sendo planejada. A alternativa **A** foi descartada porque a amostra sistemática só é aplicável quando a população pode ser identificada e ordenada “a partir de uma lista que englobe todos os seus elementos, uma fila de pessoas ou um conjunto de candidatos a um concurso, identificados pela ficha de inscrição” (GIL, 1999, p. 102). A equipe não contava com essa possibilidade.

A alternativa **C**, amostra aleatória simples, não seria aplicável, porque os idosos não teriam as mesmas chances de serem sorteados, considerando-se que não se levariam em conta as diferentes faixas etárias em que se colocam os idosos. A velhice não é homogênea, porque “existem formas diferenciadas de vivenciar o envelhecimento, porque as pessoas são diferentes, viveram experiências singulares e estão inseridas em contextos diversos” (BULLA, MARTINS, VALÊNCIO, 2009, p. 33). O fato de terem mais de 60 anos não as coloca em iguais condições, porque, com o aumento da expectativa de vida, são acrescentados muitos anos às vidas das pessoas e há os que alcançam os 80, 90, 100 anos. Dessa forma, poderiam ser encontradas importantes diferenças na velhice, período muito longo que pode incluir pessoas de 60 a 100 anos ou mais. Nesse período, podem ser encontrados, no mínimo, dois subgrupos etários: a faixa de 60 a 79 anos, seriam os “idosos jovens”, que podem estar em pleno vigor, seja em termos de condições físicas, psicológicas ou sociais; os que se situam na faixa de 80 anos e mais, considerados os “mais idosos”, podem apresentar um maior grau de vulnerabilidade e risco em vários aspectos (CAMARANO, KANSO, MELLO, 2004). Se a velhice é heterogênea, as demandas que apresentam são diferentes e, na formulação de políticas públicas para o segmento, essas demandas diferenciadas devem ser consideradas. Só a amostra estratificada pode levar em conta essas diferenças.

A amostra não aleatória por julgamento, alternativa **D**, não leva em conta essas diferenças e, portanto, não pode ser adotada. Esse tipo de amostra, denominada, também, de não aleatória por “júris”, é empregado “quando se deseja obter informações detalhadas, durante certo espaço de tempo, sobre questões particulares” (MARCONI, LAKATOS, 2006, p. 52). Os sujeitos selecionados, nesse caso, os participantes do julgamento, devem preencher relatórios detalhados sobre a situação que está sendo estudada e “julgada”. Na situação citada, seria solicitado aos idosos para preencher relatórios (diários de despesa) sobre a destinação dos recursos do benefício recebido. Essa alternativa não seria viável, porque não levaria em conta a variação das necessidades (e capacidades dos idosos) em função da faixa etária. Entre os idosos podem ser encontrados os que apresentam limitações físicas “decorrentes do próprio processo de envelhecimento humano” (BULLA, MARTINS, VALÊNCIO, 2009, p. 33) e os que sofrem de doenças incapacitantes que os impedem de realizar determinadas tarefas. As dificuldades de visão e de motricidade, além de outras que podem entre os indivíduos considerados “mais idosos”, dificultariam a elaboração dos relatórios sistemáticos necessários aos estudos, que utilizam a amostra aleatória por julgamento. Esse tipo de amostra por “júris”, por suas características e propósitos não se enquadra, portanto, no estudo apresentado.

A alternativa **E** foi descartada porque apresenta uma proposta metodologicamente diferente da situação hipotética descrita anteriormente, que não se caracteriza como estudo comparativo, pois não pretende estudar “indivíduos, classes, fenômenos ou fatos” (GIL, 1999, p. 34) diferentes para estabelecer as semelhanças e contrastes que possam existir entre eles. Reafirma-se, dessa forma, a conveniência da adoção de uma amostra estratificada na pesquisa com idosos, que recebem o Benefício de Prestação Continuada, no contexto apresentado, desde que se pretenda realizar uma pesquisa quantitativa, buscando-se a representatividade estatística da população, com pretensões de generalização dos resultados e validação científica.

## REFERÊNCIAS

BULLA, Leonia Capaverde; MARTINS, Rosemara Rodrigues; VALÊNCIO, Gabriele. O Convívio do idoso com Alzheimer com sua família: Qualidade de vida e suporte social. In: BULLA, Leonia Capaverde;

ARGIMON, Irani (orgs.). **Convivendo com o Familiar Idoso**. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2009.

BRASIL. Lei Nº 8.742, de 07 de dezembro de 1993 – **Lei Orgânica da Assistência Social** – LOAS. Brasília: Diário Oficial da União, 1993. Alterada pela **lei n. 12.435, de 6 de julho de 2011**. Brasília: D.O.U., 2011.

CAMARANO, A. A; KANSO, S.; MELLO, J. L. Como vive o idoso brasileiro?. In: CAMARANO, Ana Amélia. **Os novos idosos brasileiros: muito além dos 60**. Rio de Janeiro: IPEA, 2004.

GIL, Antônio Carlos. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 5. ed. São Paulo: Atlas, 1999.

INEP. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira. Portaria nº 225, de 13 de julho de 2010. **Estabelece as diretrizes para o Exame Nacional de Desempenho de Estudantes (ENADE) na área do Serviço Social, em 2010**. Brasília: Diário Oficial da União, 2010. Disponível em: <[http://download.inep.gov.br/download/enade/2010/PD2010\\_servico\\_social.pdf](http://download.inep.gov.br/download/enade/2010/PD2010_servico_social.pdf)>. Acesso em: 21 set. 2011.

MARCONI, Marina de Andrade; LAKATOS, Eva Maria. **Técnicas de Pesquisa**. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2006.

RICHARDSON, Roberto Jarry. **Pesquisa Social: Métodos e Técnicas**. 3. ed. São Paulo: Atlas, 1999.

SORIANO, Rojas. **Manual de pesquisa social**. Petrópolis: Vozes, 2004.

### QUESTÃO 37

Considere que, em estudo realizado com adolescentes que cometeram ato infracional, tenha se chegado aos resultados apresentados na tabela abaixo, no que concerne à faixa etária dos pesquisados.

Adolescentes que cometeram infração segundo faixa etária

Faixa etária	Nº de adolescentes	%
12-13	3	10
13-14	6	20
14-15	12	40
15-16	3	10
16-17	6	20
	<b>30</b>	<b>100</b>

Com base nessas informações, avalie as afirmativas que se seguem.

- I. Os dados estão agrupados e pertencem à etapa chamada de representação da pesquisa.
- II. Observa-se simetria no gráfico da distribuição do número de adolescentes pesquisados por faixa etária.
- III. Os dados são apresentados de forma a dar visibilidade a valores absolutos e relativos.
- IV. Os dados mostram que a maioria dos adolescentes pesquisados tem entre 14 e 15 anos de idade.

É correto apenas o que se afirma em

- 
- A. (A) I e II.
  - B. (B) I e III.
  - C. (C) II e IV.
  - D. (D) I, III e IV.
  - E. (E) II, III e IV.
- 

\* **Gabarito: Alternativa B.**

\* **Tipo de questão: Escolha combinada, com indicação da resposta correta.**

\* **Conteúdo avaliado: Análise de dados quantitativos.**

\* **Autora: Gleny Terezinha Duro Guimarães.**

## COMENTÁRIO

A tabela apresentada é do tipo simples, cuja análise é univariada, ou seja, análise de apenas uma variável que, no caso, é a faixa etária. A alternativa **B** é a correta, considerando que as afirmativas **I** e **III** explicitam as questões a seguir.

Afirmativa **I**. Os dados estão agrupados e pertencem à etapa chamada de representação da pesquisa ou mais especificamente a representação dos resultados da pesquisa. Essa afirmativa está correta porque a primeira coluna do gráfico representa a faixa etária dos adolescentes pesquisados. Os dados demonstram que foram pesquisados adolescentes da faixa etária dos 12 aos 17 anos de idade.

Afirmativa **III**. Os dados são apresentados de forma a dar visibilidade a valores absolutos e relativos. Os valores absolutos representam o algarismo independentemente de sua posição numérica, no caso, o número de adolescentes observados por faixa etária. A tabela apresenta na terceira coluna a porcentagem de adolescentes observados por faixa etária, isto é, em termos relativos (quantos em cem estão naquela faixa de idade).

As alternativas **A**, **C**, **D** e **E** estão incorretas porque relacionam-se com as afirmativas incorretas, que são as elencadas a seguir.

Afirmativa **II**. Observa-se simetria no gráfico da distribuição do número de adolescentes pesquisados por faixa etária. A tabela não demonstra simetria na frequência das respostas, na medida em que os resultados em porcentagens são diferentes nas classes equidistantes da central. Assim, observam-se 10% na faixa de 12 a 13 anos (menor) e, na classe de 16 a 17 anos (superior), têm-se 40% dos adolescentes. Na faixa dos 13 a 14 anos, têm-se 20%, ao passo que, na faixa dos 15 a 16 anos, é de 10%. Se houvesse a simetria, essas porcentagens seriam iguais.

Afirmativa **IV**. A conclusão de que os dados mostram que a maioria dos adolescentes pesquisados tem entre 14 e 15 anos de idade está incorreta, pois os dados demonstram que 40% (não superior a 50%) dos adolescentes que cometeram infração se encontram na faixa etária entre os 14 e 15 anos de idade. Esta faixa foi a mais frequente, também chamada de modal, mas não representa a maioria.

## REFERÊNCIAS

MARCONI, Marina de Andrade; LAKATOS, Eva Maria. **Técnicas de Pesquisa**: planejamento e execução de pesquisas, amostragens e técnicas de pesquisas, elaboração, análise e interpretação de dados. 3. ed. São Paulo: Atlas, 1996.

MOSCOROLA, Henrique F. J. **Análise de dados quantitativos & qualitativo**: casos aplicados usando o Sphinx. Porto Alegre: Editora Sagra Luzzatto, 2000.